

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Aline Fonseca Iubel

Sensibilidades e documentos:
o movimento de pessoas, fatos e palavras em um *direito*.

Curitiba

2009

Aline Fonseca Iubel

Sensibilidades e documentos:
o movimento de pessoas, fatos e palavras em um *direito*.

Dissertação de Mestrado em Antropologia Social
apresentada no Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade Federal do
Paraná, sob a orientação da Professora Doutora
Ciméa Barbato Bevilaqua.

Curitiba

2009

Sensibilidades e documentos:
o movimento de pessoas, fatos e palavras em um *direito*.

Aline Fonseca Iubel

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua

Prof. Dr. Luiz Eduardo Abreu

Prof. Dra. Rosângela Digiovanni

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação apresenta-se como obra individual; entretanto, por trás da autora que a assina e assume a responsabilidade pelas falhas, há inúmeras pessoas e instituições que, em diferentes momentos, tornaram os trabalhos de estudo, pesquisa e escrita possíveis.

Agradeço à CAPES pela concessão de bolsas de mestrado desde maio de 2007, sem as quais o trabalho não teria sido feito.

Ao PPGAS/UFPR, seus professores e funcionários, pelo ambiente propício ao estudo.

Aos professores Rosângela Digiovanni e Miguel Carid Naveira, integrantes da banca de qualificação da dissertação de mestrado em outubro de 2009, que, com suas leituras atentas e dedicadas contribuíram imensamente ao desenvolvimento deste trabalho.

Alguns professores tiveram particular influência em minha formação, para eles, espero que esta dissertação signifique um fruto (mais maduro que o de ontem e mais verde que o de amanhã) de aulas, diálogos e provocações. São eles: Marcos Lanna, meu primeiro orientador, grande responsável pela formação da minha pessoa enquanto antropóloga (como ele mesmo já disse), incentivador que além de bases intelectuais sólidas soube (no momento certo) dar asas à minha imaginação, amigo e antropólogo que quero sempre por perto; Edilene Coffaci de Lima, professora que além de ótimas aulas (ainda na graduação) mantém em mim uma certa vontade de “enveredar” alguma dia para a etnologia indígena; Andréa Castro, Sandra Stoll, Christine Chaves, Miguel Carid Naveira, Liliana Porto, Rosângela Digiovanni e Dimas Floriani, professores que, com seus diferentes estilos inspiram-me o fascínio pela docência e pela antropologia.

Minha turma de mestrado deu-me mais do que colegas, amigos: Paulo, o único homem da turma soube educadamente aguardar sempre que as oito meninas entrassem no elevador antes dele e ouviu pacientemente nossos “papos de meninas” nos intervalos das aulas, admiro-o não somente pela gentileza e pela paciência, mas principalmente pela forma como vê a vida e pela grande capacidade intelectual (confesso que tenho até certa inveja); Nicole, outra etnóloga que me inspira vontade de mandar-me para alguma aldeia, na esperança de que a

experiência com a “alteridade máxima” me possibilite reflexões antropológicas de alto nível, como as que ela tem em seus trabalhos; Vanessa, com quem o diálogo se intensificou na reta final do mestrado, admiro-a pela capacidade de escrever tão bem em sua segunda língua e agradeço-a pelo sorriso sempre largo; Carol, para mim, foi desde a graduação um exemplo de seriedade e de criatividade intelectual a ser seguido; Daya, com quem, apesar das muitas diferenças, quero continuar dialogando, sobretudo agora que ela também “descobriu” Latour e; Andressa, sem desmerecer meus outros colegas, indubitavelmente a melhor coisa que me aconteceu nos últimos tempos, amizade que veio para ficar.

Aos amigos e amigas com os quais pude desfrutar de momentos de distração e alegria, sempre que a tarefa de concluir o mestrado parecia impossível. São eles: Fabiane Baran, a sempre “ocupada” pela amizade incondicional; Fernanda Marcon, pelo exemplo de determinação; Sandro Strapasson, pela diversão garantida; Max de Filippis Resende, pelas filosofias, a séria e a “de bar”; Fagner Carniel, pelas duas vias das leituras, daqui pra lá e a de lá pra cá; Leandro Silva, Juliana Calábria, Karla Gobo e Ricardo Prates, companhias certas para jogos, viagens e comilanças; Francielli Lisboa Almeida e Anderson Santos, por ceder um espaçozinho precioso em seu apartamento e em suas vidas em Paris; Priscille Magon, colega de apartamento em Lyon, com quem dividi meus erros de francês, as contas da casa e as refeições (temperadas sempre com inúmeras discussões sobre política, cinema, direito, futebol e variedades), com quem aprendi a gostar muito daquele cantinho da França chamado Bretagne; e Ingeborg Cofré, parceria feliz para longas caminhadas e tortas de maçã, com quem aprendi a gostar de chá preto, para mim, um exemplo de mochileira.

Agradeço imensamente àqueles que mais de perto conviveram com o meu mau humor típico, o qual se acirrou nos últimos tempos, mas que, mesmo assim continuam amando-me incondicionalmente: minha mãe Rubia, meu pai Beto e meu irmão Vinícius. Amo vocês, incondicionalmente. Agradeço também especialmente à Helena, a querida avó que pensa em mim quando há jabuticabas no pé, com quem aprendi que mesmo em família o amor é algo a ser construído.

A todos os funcionários das instituições pesquisadas, que permitiram meu acesso a documentos e a parte de suas rotinas. Bem como às mães e pais de crianças que generosamente comigo compartilharam momentos delicados de suas vidas.

Ao Douglas, aquele que mistura racionalidade e intuição na medida exata, agradeço com um imenso carinho pelo companheirismo, mas acima de tudo, amar é o nosso verbo.

Sou imensamente grata à minha orientadora Ciméa Barbato Bevilaqua, com quem convivo desde o primeiro semestre da graduação, por ter me mostrado, agora no mestrado, as inúmeras possibilidades e facetas do fazer antropológico, que vão da seriedade à diversão. Muito obrigada pela orientação dedicada, eficiente e estimulante, e por confiar em mim e em meu trabalho, muitas vezes mais do que eu mesma.

RESUMO

O trabalho tem como objeto os materiais de um *direito* particular, aquele produzido em três instituições estatais voltadas à proteção e ao julgamento de crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Estes materiais são fundamentalmente os *documentos* produzidos por essas três instituições, seus conteúdos e modos de circulação. Acompanhar esses *documentos* permite ver a forma original como no contexto pesquisado conectam-se pessoas, fatos e palavras. A pesquisa foi realizada no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes, uma Delegacia de Polícia Civil especializada neste tipo de crimes; na 12ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente e na Promotoria Pública que atua junto a esta Vara; instituições localizadas em Curitiba-PR. O objetivo é compreender um *direito* particular, do ponto de vista do “como se faz” e “[d]o que se faz”. A pesquisa permite ver que, diante de um tipo de violência específica – aquela cometida contra crianças e adolescente –, o *direito* busca recriar-se em um “novo direito” e a polícia em “nova polícia”. Esta renovação busca fundamentos em *sensibilidades* particulares, que definem o “como fazer” o *direito*, que tem no crédito conferido à palavra das vítimas (crianças e adolescentes), por exemplo, um diferencial em relação a outros ramos do *direito* e ao *direito* em geral.

Palavras-Chave: antropologia, direito, polícia, crianças e adolescentes, sensibilidades.

ABSTRACT

The object of this study are the results of a particular kind of *law*, the one produced in three state institutions devoted to protect and judge crimes committed against children and adolescents. These results are fundamentally the *documents* produced by these three institutions, their content and how they circulate. The *documents* allow us to see the original way people, facts and word connects in the researched context. The research was done in Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes, a Civil Police Department who specializes in this kind of crimes; in the 12^a Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente and in the Promotoria Pública who works in conjunction with the Vara; the institutions resides in Curitiba - PR. The search is to understand a particular kind of *law*, from the "how it's made" and "what it's made of" point of view. The research allows us to see that, in light of a specific kind of violence - the one committed against children and adolescents -, the *law* renews itself in a "new law" and the police in a "new police". That renovation is based in particular *sensibilities*, who defines the "how to do" in *law*, who has in the credits given to the word of the victims (children and adolescents), e.g., a differential in relation to others fields of *law* and to *law* in general.

Keywords: anthropology, law, police, children and adolescents, sensibilities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CONSTRUÇÃO DO OBJETO E DOS OBJETIVOS DA PESQUISA	11
ALGUMAS CHAVES DE LEITURA	22
DA PESQUISA DE CAMPO	27
DA ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	29
 1 O RECONHECIMENTO JURÍDICO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	31
1.1 UM PASSO ATRÁS: DO <i>MENOR</i> À <i>CRIANÇA</i> E AO <i>ADOLESCENTE</i>	36
1.2 O ECA: DAS MUDANÇAS DE PARADIGMA ÀS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS	40
 2 O NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA DE CRIMES	47
2. DA “POLÍCIA EM GERAL” AO NUCRIA: UMA “NOVA CONCEPÇÃO DE POLÍCIA”	50
2.1.1 Mãos à Obra: Reformando Física e “Culturalmente” o Nucria	52
2.1.2 Delegacias “Boas” e “Ruins”: algumas formas “nativas” de classificação	59
2.1.3 Da Circulação Obrigatória dos Policiais	64
2.2 O BOLETIM DE OCORRÊNCIA: OUVINDO E ESCRREVENDO UM CASO	69
2.3 O INQUÉRITO POLICIAL: JUNTANDO DOCUMENTOS E PROVANDO A MATERIALIDADE DO CRIME	78
 3 A 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E A PROMOTORIA PÚBLICA	91
3.1 A 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	92
3.2 “PROMOVENDO A JUSTIÇA”: A <i>DENÚNCIA</i>	96
3.3 ACATADA A <i>DENÚNCIA</i> : O <i>PROCESSO CRIMINAL</i>	111
3.3.1 O Encontro com o <i>Direito</i> : a <i>Audiência</i>	113
3.3.2 O Encontro com a <i>Justiça</i> : a <i>Sentença</i>	118

CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

INTRODUÇÃO

Um homem foi bater à porta do rei e disse-lhe: dá-me um barco. A casa do rei tinha muitas portas, mas aquela era a das petições. Como o rei passava todo o tempo sentado à porta dos obséquios (entenda-se, os obséquios que lhe faziam a ele), de cada vez que ouvia alguém a chamar à porta das petições fingia-se desentendido, e só quando o ressoar contínuo da aldraba de bronze se tornava, mais do que notório, escandaloso, tirando o sossego à vizinhança (as pessoas começavam a murmurar: que rei temos nós, que não atende), é que dava ordem ao primeiro-secretário para ir saber o que queria o impetrante, que não havia maneira de se calar. Então, o primeiro-secretário chamava o segundo-secretário, este chamava o terceiro, que mandava o primeiro-ajudante, que por sua vez mandava o segundo, e assim por aí fora até chegar à mulher da limpeza, a qual, não tendo ninguém em quem mandar, entreabria a porta das petições e perguntava pela frincha: que é que tu queres. O suplicante dizia ao que vinha, isto é, pedia o que tinha a pedir, depois instalava-se a um canto da porta, à espera de que o requerimento fizesse, de um em um, o caminho contrário, até chegar ao rei. Ocupado como sempre estava com os obséquios, o rei demorava a resposta, e já não era pequeno sinal de atenção ao bem-estar e felicidade do seu povo quando resolvia pedir um parecer fundamentado por escrito ao primeiro-secretário, o qual, escusado seria dizer, passava a encomenda ao segundo-secretário, este ao terceiro, sucessivamente, até chegar outra vez à mulher da limpeza, que despachava sim ou não conforme estivesse de maré.

José Saramago, em **O Conto da Ilha Desconhecida**

CONSTRUÇÃO DO OBJETO E DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

A imagem descrita no início do conto do escritor português José Saramago é ao mesmo tempo distante e próxima da realidade de instituições estatais espalhadas mundo afora. No conto, o impetrante que deseja um barco bate em uma das muitas portas da casa do rei – a das petições –, mas é bem provável que antes disto, tenha batido em várias outras. O conto se refere a uma monarquia. Há um rei e é ele quem decide dar ou não um barco a qualquer um dos habitantes de seu reinado, mas o mesmo poderia se passar em uma democracia, em uma oligarquia ou em uma teocracia. O conto também apresenta o caminho percorrido por uma petição, desde o impetrante até o rei; além disso, ressalta a importância de um “parecer fundamentado por escrito” para que se chegue a uma decisão. A imagem é, portanto, clara. Trata-se da conhecida *burocracia*. Por mais que o início do conto só permita ver o ponto de vista crítico do autor em relação à *burocracia*, adianto que, a partir da decisão afirmativa do rei, o impetrante atinge seu objetivo, consegue um barco para então navegar pelo mar em busca da tal ilha desconhecida.

Será que ele teria conseguido o barco se não buscasse seu objetivo pela via escrita e formal? Se não fosse o longo e demorado percurso que teve de trilhar, ou, que lhe fizeram trilhar através dos corredores da casa do rei e pelas mãos dos mais diversos funcionários? É provável que não! Pelo jeito, naquela monarquia, como em nossas sociedades – ocidentais, modernas, de tradição escrita –, a via formal e a linguagem oficial que constituem a *burocracia* são os modos privilegiados como nos relacionamos com o Estado. Se é ao Estado que se deve solicitar um barco, somente o podemos fazer através de uma petição, de preferência por escrito, devidamente assinada, acompanhada do número de nosso documento de identidade e de toda a documentação que comprove coisas como: nossa idoneidade, que estamos em dia com nossas obrigações eleitorais, fiscais ou até mesmo que estamos vivos. Relacionar-se com o Estado implica necessariamente em relacionar-se com a *burocracia*, organização das mais eficientes, segundo Max Weber (1999), visto que prescreve divisão de trabalho e comunicação por documentos. Ainda de acordo com Weber, a própria origem do moderno Estado ocidental pode ser encontrada no desenvolvimento e crescimento contínuo da administração *burocrática*.

Para nós, ocidentais, a *burocracia* é, portanto, um daqueles objetos ao mesmo tempo próximos e distantes. Próximos porque somos obrigados a possuir uma série de documentos, distante porque ainda que muitas vezes nos relacionemos diariamente com ela, a mesma

permanece obscura e incompreendida. Era inevitável, pesquisar em *instituições* estatais em algum momento me colocaria diante da *burocracia*. Fosse como via para a pesquisa, poderiam solicitar-me documentos que comprovassem minha ligação com a universidade, por exemplo; fosse como obstáculo à pesquisa, se eu não tivesse tal documento ou se a *burocracia* para acessar o campo fosse tamanha que inviabilizasse a pesquisa; fosse como objeto de pesquisa, se ela própria se mostrasse tão importante que assumisse papel central em minhas reflexões. Mas ela poderia também ser as três coisas ao mesmo tempo: via, obstáculo e objeto. Eram impressões. Embora falemos e escutemos sempre que o ideal em antropologia é iniciar uma pesquisa de campo despidos o máximo possível de pré-noções, pesquisar em nossa própria sociedade nos faz pesquisadores diferenciados daqueles antropólogos clássicos, que navegavam muitas semanas para chegar a um lugar distante, onde os habitantes não falavam a mesma língua, não tinham os mesmos costumes, nem pensavam como eles. Não que nós, antropólogos, pesquisadores de nossas próprias sociedades, cheguemos ao campo de pesquisa carregados de pré-noções, mas, muitas vezes, já tivemos algum tipo de experiência com aquele campo, que agora se configura como campo de pesquisa.

Pesquisas em sociedades ocidentais (ou nas sociedades dos próprios antropólogos) colocam em questão um dos princípios da reflexão da antropológica. Segundo um dos fundadores da antropologia, Bronislaw Malinowski, uma das vantagens da disciplina estava justamente em seu método de pesquisa – a etnografia –, que, ao obrigar o pesquisador a estabelecer um contato direto com seus pesquisados obrigava-o a relativizar o seu próprio conjunto de crenças e valores que lhe era familiar. Neste sentido, para Malinowski, a “alteridade máxima”, um outro totalmente diferente, era necessário.¹ A meu ver, com esse movimento de pensar nossas próprias sociedades a partir de um ponto de vista antropológico é a própria antropologia quem sai ganhando.

O objetivo inicial da presente pesquisa buscava compreender as múltiplas noções de criança e adolescente, enquanto *pessoas*, presentes nos discursos – oficiais e extra-oficiais –, práticas e textos legais produzidos por uma Delegacia de Polícia Civil especializada em crimes contra crianças e adolescentes localizada em Curitiba-PR, o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes (Nucria). Naquele momento inicial, tal objetivo implicava em analisar as noções de criança e adolescente dos diversos agentes envolvidos – institucionais, pais, crianças e adolescentes – enquanto elementos em torno dos quais se disputam representações e significados que influenciam práticas e discursos, e que mais do

¹ Princípios também encontrado em Émile Durkheim, *As formas elementares da vida religiosa* (1996) e *Algumas formas primitivas de classificação* (1984), este, escrito juntamente com Marcel Mauss.

que isso, influenciam a vida de crianças e adolescente que, vítimas de crimes, entram em um tipo de relacionamento específico com o Estado. Para alcançar tal objetivo, cumpria realizar uma etnografia no Nucria, privilegiando a observação e a descrição dos modos de produção, reprodução, inteligibilidade, estruturação e publicidade dos textos legais produzidos ou acionados no âmbito daquela delegacia e das atividades dos agentes envolvidos nesses processos de produção de *boletins de ocorrência e inquéritos policiais*.

Meu primeiro contato com o Nucria se deu ainda no ano de 2006, quando fui sondar a possibilidade de realizar uma pesquisa etnográfica naquela instituição. Naquela ocasião, aproveitei para conversar com a delegada, que lá atuava desde 2004, e levantei alguns dados visando escrever um projeto pesquisa para o mestrado. Houve demonstrações de aceitação e animação por parte da delegada quanto à realização da pesquisa. Em fevereiro de 2008 retornei ao Nucria para dar início à pesquisa de campo, momento no qual além de deparar-me com uma nova delegada e uma equipe quase totalmente renovada, deparei-me com uma delegacia literalmente em processo de “reconstrução”. Consegui conversar com a delegada passadas duas semanas, justamente porque a delegacia estava em reforma. A história da delegada conheceremos depois, mas vale ressaltar que a atual delegada do Nucria assumiu esta delegacia em fevereiro de 2008, trazendo consigo uma equipe de oito funcionários, e foi logo começando uma reforma, que envolveu troca de piso e de parte da fiação elétrica, pintura das paredes, aquisição de móveis, reorganização de salas, etc. Além disso, como ela afirmou, esta reforma pretendia também transformar “a cultura dos antigos funcionários”. Animei-me com a possibilidade de pesquisar em um contexto em ebulição, pensei que durante a reforma muitas das representações e significados que eu estava procurando ficariam mais evidenciados. De fato, ficaram, mas outros elementos ganharam maior destaque conforme transcorreu a pesquisa.

A autorização que a delegada havia me dado para realizar a pesquisa não me dispensava de ter que me apresentar diariamente aos funcionários toda vez que a eles tivesse que solicitar documentos ou informações. Comecei acompanhando as atividades do plantão e dos funcionários que atuavam neste setor e lendo uma pasta na qual eram anexados todos os registros de ocorrências feitos pelo Nucria. Nesse primeiro momento, dois fatos foram bastante curiosos. Primeiramente, descobri que a sensação de ter que me apresentar e explicar minha pesquisa diariamente era algo mais problemático para mim que para aqueles que lá trabalhavam. Sempre que eu chegava ao plantão, mesmo que aqui estivesse algum funcionário ao qual eu não tivesse sido previamente apresentada, a minha presença não era estranha e não havia ressalvas quanto ao fato de eu chegar, cumprimentá-los e sentar num cantinho para ficar

“fuçando” naquela pasta. Segundo, o funcionário com o qual tive maior empatia nos dois primeiros dias de pesquisa de campo estava no Nucria há apenas um mês quando veio anunciar sua transferência para a Delegacia de Homicídios. A trajetória deste funcionário foi particularmente instigante. Em cerca de dez anos ele trabalhou em pelo menos cinco unidades policiais diferentes. Interroguei-o sobre o fato e ele me explicou que há na Polícia Civil a prática de que o funcionário não deve permanecer por mais de dois anos na mesma unidade policial, segundo ele, por motivos de segurança. Independentemente dos motivos dessa prática, ela fazia com que minha presença não causasse incômodo ou estranheza nos policiais, já que, pessoas “estranhas” ou “novas” fazem parte da rotina da Polícia Civil, visto o alto grau de circulação de pessoas através das diferentes unidades policiais do Estado. Talvez eu tenha passado a “incomodar” um pouco somente no momento em que as pessoas começaram a se dar conta do que eu estava fazendo ali, e então, perguntas do tipo: “você é da Corregedoria da Polícia?”, ou “você está aqui para fiscalizar nosso trabalho?” passaram a ser feitas. Muito depois, percebi que poucos dentre os meus interlocutores se deram conta do que eu fazia ali.

Esse foi um dos desafios que se impôs à pesquisa. Desde o começo, percebi que o Nucria era uma *instituição* em constante movimento, portanto, uma etnografia de tal *instituição* não poderia dela fornecer uma imagem “congelada” ou “estática”. O diálogo com a literatura antropológica também demonstra que as maiores contribuições são dadas por trabalhos que conseguem representar, em certa medida, o movimento próprio dos campos pesquisados em suas etnografias. E no Nucria, além dos funcionários e das pessoas que vinham utilizar os serviços da delegacia havia mais coisas se movimentando, e mais, coisas que me levariam para além das fronteiras do Nucria e da Polícia Civil: os *papéis*. Assim, a ideia de movimento e a centralidade dos *papéis* ganharam força desde a primeira semana de pesquisa de campo.

Em todas as salas do Nucria, além de pessoas, mesas e armários, o elemento de maior constância eram os *papéis*. Da mesma forma que ocorre com a solicitação feita pelo impetrante no conto de Saramago, no Nucria, eu via relatos emocionados de mães que vinham contar à autoridade policial que seu filho ou filha havia sido vítima de um crime serem transformados em um breve texto, escrito de uma forma específica, segundo uma linguagem particular. Eu via policiais produzindo os mais diversos tipos de *papéis*: *boletins de ocorrência*, *requisições de exames*, *ofícios*, *termos de declaração*, *portarias*, *despachos*, *termos de recebimento*, etc. Todos esses *papéis*, produzidos segundo modelos específicos, circulavam incessantemente por entre corredores, mesas e estantes do Nucria – e também para fora dele –, juntados em uma pasta devidamente identificada pelo título *inquérito policial*.

Percebi que residia ali um elemento fortemente característico do trabalho do Nucria, que a despeito de constantes renovações no quadro de funcionários e do momento de ebulição proporcionado pela reforma, continuava a convergir esforços com uma finalidade específica: a confecção do *inquérito policial*.

Passei então a perseguir essa matéria visível, estudável e reconhecível – os *papéis* –, a fim de saber onde me levariam. Deixando-me levar pelos papéis fui conduzida a ampliar os limites da pesquisa, que passou a incluir instituições nas quais os mesmos *papéis* circulavam. Antes mesmo de concluídos, os *inquéritos policiais*, passeavam pelas mesas e estantes da 12ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente (12ª Vara) e da Promotoria de Justiça, para solicitações de regularização de prazo, por exemplo. No Brasil, os *inquéritos policiais* devem ser concluídos no prazo legal de trinta dias, ou em dez dias, em caso de a pessoa que está sendo acusada encontrar-se presa. Porém, poucos são os *inquéritos* concluídos, pelo menos no Nucria, dentro deste prazo de trinta dias. Toda solicitação de prazo deve ser feita a um juiz, que juntamente com o Ministério Público decide pela extensão ou não do prazo. Além disso, outras instituições eram acionadas pelo Nucria, ainda enquanto este produzia o *inquérito policial*, tais como Conselho Tutelar, Instituto Médico Legal, escolas e organizações não-governamentais, secretarias municipais e estaduais, além de Varas e Juizados. Notei que, para além das especificidades de cada caso, havia um circuito necessário dos papéis que iam do Nucria, onde configuravam *inquérito policial*, até a 12ª Vara, onde constituíam *processo penal*, passando pelo Ministério Público. O percurso obrigatório do que até aqui venho chamando de *papéis* permitiu traçar uma linha de continuidade entre o trabalho destas três instituições. Este percurso seguido na pesquisa de campo é o mesmo que servirá de fio condutor para o texto que aqui se apresenta. Ou seja, a dinâmica e o movimento próprios do campo pesquisado determinaram o que, dentre tantos outros elementos, era aquele considerado central pelas pessoas e instituições que estavam se relacionando no universo pesquisado, o atual objeto desta pesquisa: um *direito* – categoria que será definida ainda nesta Introdução.

Após a realização da pesquisa de campo, passei um período de seis meses na Universidade *Lumière Lyon 2*, em Lyon, na França, cursando disciplinas em um programa de pós-graduação em antropologia social. Na França, país de origem de muitos cânones desta disciplina, em grande parte devido ao meu objeto de pesquisa, não me sentia parte de uma comunidade antropológica, ao menos, não em Lyon. Quase todos os meus colegas naquele programa, em sua maioria franceses, tinham objetos de pesquisa bem distantes: no México, no Brasil, na África ou na China. Em uma turma de vinte e quatro alunos, apenas um estudava

algo geograficamente francês, e ainda assim, era um grupo de agricultores produtores de orgânicos.

Essa situação fala talvez sobre resquícios de um período colonial e da antropologia que se fazia então; talvez sobre a melhor condição dos financiamentos de pesquisa na área de ciências humanas na França, em comparação com o Brasil; ou ainda, seja aquela a realidade de uma universidade particular e não seja toda a antropologia que se faz atualmente na França assim, tão dependente de alteridades “tão outras”. Mas, para mim, a situação serviu como possibilidade de estranhamento em relação a minha própria pesquisa e à antropologia que fazemos no Brasil. Mesmo sem realizar uma pesquisa de campo com objeto semelhante na França que permitisse um trabalho comparativo, a experiência em um lugar distante e diferente, em alguma medida, permitiu um certo movimento de “apercepção sociológica”, no sentido em que o antropólogo francês Louis Dumont explicita em sua Introdução ao *Homo Hierarchicus* (1992).

Naquela obra, Dumont “vai” à Índia, entra nos meandros de sua ideologia hierárquica e estratificada – as castas – e, quando “volta” ao Ocidente, tem novas ferramentas para a compreensão do individualismo e da ideologia igualitária. Esse colocar-se em uma perspectiva diferenciada em relação aos nossos próprios valores é o que ele chama de “apercepção sociológica” (DUMONT, 1992, p. 53), perspectiva que lhe possibilitou uma explicação diferenciada de sua própria sociedade. Da mesma forma, minha experiência na França proporcionou experimentar uma certa concepção do conhecimento antropológico, no mesmo sentido pensado por Dumont: como uma disciplina que deve se abrir à perspectiva do outro, que deve estabelecer um plano comparativo no qual o pesquisador possa se olhar a si mesmo a partir de um ponto de vista diferenciado e possa transitar por pontos de vista contraditórios (LEIRNER, 2003). Pude então problematizar não só o meu objeto de pesquisa, mas também minha própria condição de antropóloga, diante de um grupo do qual não me sentia parte. Mas a própria antropologia já havia passado por um momento semelhante, de estranhamento em relação à si mesma.

Sabe-se que desde os anos 1950, pelo menos, começou a ganhar fôlego na antropologia uma tendência de ampliação da agenda temática da disciplina. Os chamados estudos de antropologia urbana, por exemplo, depois de um período dedicado a grupos étnicos, religiosos, minoritários ou desviantes, passaram a reconhecer aqueles mesmos princípios mais gerais e abstratos que fundamentam as relações sociais, objetos preferenciais nos estudos das ditas sociedades primitivas (BEVILAQUA, 2003). Dentre as instituições e fenômenos mais mobilizadores da dinâmica social nativa das sociedades dos antropólogos,

passou-se a reconhecer a organização das instituições estatais e as suas relações com outros setores da sociedade. A antropologia passou a se interessar por aquilo que a própria sociedade pesquisada afirmava diariamente como sendo o mais relevante e significativo e deixou de buscar nos movimentos marginais e minoritários as explicações para a complexa dinâmica social das sociedades dos pesquisadores. Nesse sentido, “não há razão para se descartar uma antropologia do Estado, das elites ou da burocracia, quando tratamos da nossa sociedade” (BEVILAQUA & LEIRNER, 2000, p. 110), ao contrário, esta tarefa deve ser amplamente assumida pela antropologia.

Dentro dessa nova agenda temática, além dos novos objetos, havia revisitação e recriação de alguns antigos, tal como o *direito*. A antropologia se consolidou como campo profissional e disciplina acadêmica na segunda metade do século XIX, e já neste período, sua relação com o campo da jurisprudência era bastante estreita. Advogados e médicos eram os grupos profissionais mais numerosos de onde vieram os primeiros especialistas em antropologia. O antropólogo mexicano estudioso do *direito* Esteban Krotz (2002) recorda que, naquele período, muitos estudantes de direito ao se familiarizarem com o latim, com a civilização romana e às vezes com a antiguidade clássica da Grécia, acabavam familiarizando-se também com outras culturas, o que abria brechas para enfoques comparativos, mais antropológicos e menos jurídicos. Por outro lado, aquele foi um período também marcado por projetos de expansão colonial, o que levou diversos especialistas em *direito* a se ocupar dos aspectos legais de povos não-europeus. Dito de outro modo, houve uma confluência de fatos que alimentou o interesse da antropologia pelas temáticas jurídicas.

Considera-se como um dos expoentes desta fase da antropologia jurídica o autor de *Ancient Law* (1861), Henry Summer Maine, advogado e magistrado inglês, profundo conhecedor da história dos direitos gregos e romanos, objetos da citada obra. A centralidade de seu argumento evolucionista reside na ideia de transição das “sociedades do status”, fundamentadas sobre a família, para as “sociedades do contrato”, fundamentadas sobre o indivíduo. Neste segundo tipo de sociedade há uma expansão da esfera pública e o Estado vai deixando de ser uma entidade limitada à gestão da ordem entre os agrupamentos familiares para converter-se em regulador supremo das múltiplas relações entre indivíduos e grupos de origens diversas. Pouco depois, no final do século XIX, o pensador francês Émile Durkheim (2002; 2008), também demonstrou interesse pela passagem de uma sociedade juridicamente constituída por sujeitos coletivos a uma constituída por sujeitos individuais. O que ele explicou através de fontes históricas européias e de informações etnográficas sobre sociedades não ocidentais. Paralelamente, Durkheim buscou compreender como se gerava a ordem social

dentro de cada tipo de sociedade e qual seria a relação do direito com esta ordem social, a chave explicativa para estas duas questões residiria no conceito de solidariedade. Importa salientar que em sua análise do *direito*, o autor relaciona este conceito à morfologia e à estrutura normativa da sociedade.

Outro importante antropólogo, considerado por muitos o “pai” do método de pesquisa por excelência antropológico, a etnografia, Bronislaw Malinowski (2008) também dedicou bastante atenção aos fenômenos de caráter jurídico. Argumentou que não há sociedade sem lei, ainda que possam existir sociedades sem instituições de autoridade formal reconhecida, argumento desenvolvido a partir da observação da interação entre costumes e normas explícitas na sociedade trobriandesa. Foi ele o primeiro a distinguir lei e costume a partir da gravidade das sanções que acompanham cada um dos dois fatos. Nesse mesmo sentido, o antropólogo inglês Alfred Radcliffe-Brown (1968) continuou desenvolvendo o argumento, afirmando que as posições ocupadas pelos componentes de uma estrutura social se encontram em estado de equilíbrio, de interdependência funcional, o qual pode ser quebrado pela violação de normas, o desequilíbrio sendo então restabelecido pelas sanções. Contudo, diferentemente de Malinowski, para Radcliffe-Brown, só há leis e processos judiciais quando há organização de sanções por parte de autoridades competentes reconhecidas, do contrário, a sociedade se encarrega de costumeira e espontaneamente sancionar de maneira difusa e não organizada.

Conforme caminhava o século XX, a antropologia se consolidava e as temáticas jurídicas continuavam fortes sob as penas de muitos pesquisadores. Os principais expoentes daquele século foram Max Gluckman, seus alunos e interlocutores – principalmente Paul Bohannan –, todos sob a influência de Edward Evans-Pritchard. Gluckman e Bohannan privilegiaram a observação dos sistemas de controle e dos processos de resolução de conflitos em sociedades tribais. Gluckman (1978; 2004) propunha que os mecanismos de resolução de disputas são sempre comparáveis aos modernos processos judiciais, mesmo em sociedades descentralizadas ou naquelas em que é difícil identificar códigos legais propriamente ditos. Sally Falk Moore (2001) lembra que foi ele o primeiro antropólogo a sistematicamente estudar o tribunal da África colonial e a escutar as histórias de acusação e os argumentos desenvolvidos pelas partes em processos julgados por estes tribunais. Esse procedimento de pesquisa o permitiu enfatizar que as regras e as racionalidades acionadas pelos juízes da sociedade africana Lozi eram as mesmas acionadas pelos juízes em cortes ocidentais. Ou seja, haveria, para Gluckman, uma lógica jurídica universal que imprime a necessidade do estudo comparativo, permitindo relacionar semelhanças e diferenças, para então perceber de que

modo objetivos e racionalidades jurídicas se encontram entrelaçados com outros elementos da vida social. É importante ressaltar que Gluckman inovou metodologicamente ao atender para os casos julgados nos tribunais e, teoricamente, abriu espaço para inúmeras pesquisas posteriores sobre os jogos de disputa local, que têm sido desde então a principal forma observada pela antropologia jurídica.

Bohannan (1989) foi o principal crítico das ideias de Gluckman. Aquele autor sustentou que em *direito*, como para todo o resto dos elementos de uma sociedade, cada cultura é exclusiva e única, sendo que em antropologia o mais importante estaria nas singularidades de cada cultura e de cada sociedade. Ou seja, ele sublinhou a necessidade de ver, em relação ao jurídico, cada sociedade humana como uma configuração sociocultural única que deve ser analisada em seus próprios termos e não nos termos do sistema jurídico do qual provém o antropólogo. Outro autor que se assume enquanto “comparativista de sistemas jurídicos” é Clifford Geertz (2007). Este autor vê o direito como processo de representação, assim, se as formas de ver o mundo são culturalmente variáveis haveria também sensibilidades jurídicas diferentes. É neste sentido que Geertz argumenta o *direito* enquanto um “saber local” e não como um “princípios abstrato”.

Essa breve incursão através de parte do que se convencionou chamar antropologia jurídica ou antropologia do direito permite observar ao menos duas, das três interpretações que, segundo Moore (2001), prevaleceram nas pesquisas antropológicas sobre o *direito*, são elas: lei como cultura e lei como solucionador de conflitos. Além dessas duas, haveria uma terceira interpretação, presente fortemente nos textos de Pierre Bourdieu (1989; 1996), que vê a lei como dominação. Moore ressalta que, por maiores que tenham sido os avanços de cada um dos pesquisadores que se dedicaram a pensar a lei de uma perspectiva antropológica, direcionar esforços a análises que privilegiem apenas uma daquelas três interpretações deixa a explicação incompleta, ou ainda, “em um projeto de explicação do pensamento jurídico, as três interpretações estão inevitavelmente entrelaçadas” (MOORE, 2001, p., tradução nossa). Além disso, a trajetória trilhada pela antropologia do direito leva ao reconhecimento de que:

Todas as sociedades conhecem modos de controle social que nós qualificamos de jurídicos. Mas elas não lhe conferem a mesma importância. Algumas demandam ao direito a garantia de valores que lhe parecem essenciais. Outras lhe recorrem com mais prudência, ou em último caso. Observadas essas variações, pode-se definir a antropologia jurídica como a disciplina que, pela análise de discursos (orais ou escritos), práticas e

representações, estuda os processos de judicialização próprios a cada sociedade, e se dedica a descobrir as lógicas que os comandam (ROULAND, 1990, p. 7, tradução nossa).

Assim, vale mais buscar compreender as categorias centrais de uma pesquisa a partir do próprio contexto pesquisado. A teoria antropológica e a experiência de outros pesquisadores ajudam no sentido de mostrar possíveis obstáculos e caminhos que poderão ser encontrados nessa tarefa de compreender as definições êmicas das categorias. Os estudos antropológicos do Estado, principalmente aqueles desenvolvidos pelos africanistas a partir da década de 1940, serviram, dentre outras coisas, para conferir ao político um estatuto diferente do que lhe era atribuído pela filosofia e pela ciência política. Estes autores inauguraram uma nova perspectiva que não abordava o político somente do ponto de vista dos aparatos do poder. Consequentemente, o político deixou de ser visto como algo diretamente identificado com os limites das instituições e dos aparatos de poder. Constata-se cada vez mais que há muito de “não-político” no que tradicionalmente se considera “político” e muito de “político” no que se pensa como estando longe da “política”. O mesmo aconteceu e acontece nas pesquisas antropológicas acerca do *direito*. Cada vez mais fica demonstrado que compreender o *direito* não é o mesmo que compreender a lei, que os dois limites não são coincidentes. Ou, como afirma Rouland:

A antropologia do direito não pode se satisfazer somente com o estudo do conteúdo das prescrições jurídicas e da forma de suas sanções. Ela deve iluminar os processos de judicialização. Em função da importância que ela confere ao direito na regulação social, cada sociedade escolhe de fato qualificar (ou desqualificar) o jurídico das regras e comportamentos já inclusos em outros sistemas de controle social (por exemplo a moral ou a religião). Para a maior parte, os juristas têm até aqui ignorado essas distinções e confundido o direito com o *seu* direito (ROULAND, 1990, p. 7-8, tradução nossa).

Para compreender o *direito* não é suficiente compreender as regras. E falar de regras não significa reduzir a esfera da lei a enunciados. Situar-se diante do *direito* significa tratar de um sistema de regras que inclui enunciados formalizados, mas também geração, aplicação, interpretação, vigilância e modificação de tais enunciados, assim como um sistema que integra instituições, cargos, papéis especializados e atores sociais que estão envolvidos em

todos esses processos. No entanto, sabe-se que a reflexão sobre a regra, em geral, e o *direito*, em particular, é abundante, já o trabalho de descrição é, pelo contrário, bem raro, se entende-se por isso outra coisa que o estudo da produção formalizada das decisões da justiça, sua agregação estatística ou o perfil sóciopolítico e econômico dos atores do direito, que pouco ou nada ensinam sobre os mecanismos do jogo no trabalho de decisão. Somente o trabalho de descrição permite ver até que ponto a questão da regra não existe abstratamente, mas somente em sua relação com um trabalho de leitura, de escrita e de correção dos textos “sobre os quais a dinâmica do raciocínio pode ou não se apoiar” (LATOUR, 2004, p. 170, tradução nossa).

A partir do momento no qual, na pesquisa de campo no Nucria, passei a observar aquela matéria visível – os *papéis* – passei a ter que arriscar algumas definições do que eram aqueles *papéis* e o que eles faziam, já que são eles que mobilizam diariamente a instituição. Um indício de explicação estava evidente, na superfície mesma dos próprios *papéis*, no cabeçalho de quase todos os documentos produzidos pelo Nucria. Este cabeçalho é um retângulo dentro do qual estão impressas as logomarcas do Nucria e da Polícia Civil, além da seguinte identificação: *Divisão de Polícia Especializada e Nucria – Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes*, seguida do endereço e telefone desta delegacia.² Restava evidente que o Nucria é uma unidade policial especializada, mas, especializada em quê? A continuação da resposta veio nos subtítulos agregados aos cabeçalhos de alguns outros *papéis*, nos quais estava escrito *Polícia Judiciária*. A quantidade e a centralidade dos *papéis* e a qualificação *judiciária*, conferida à atividade policial desenvolvida no Nucria me sugeriam que o que se fazia lá era, de alguma forma, *direito*. Se confirmada a hipótese de que o que se fazia no Nucria poderia ser classificado como *direito*, cumpriria identificar que *direito* era aquele.

Um dos objetivos do presente trabalho é, portanto, descrever e qualificar que *direito* é este que se faz no âmbito de três instituições estatais voltadas à defesa e proteção dos direitos

² A Polícia Civil do Estado do Paraná é parte da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP-PR), assim como a Polícia Militar, a Polícia Científica, o Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP) e o Departamento de Trânsito (DETRAN). A Polícia civil neste Estado subdivide-se em: Instituto de Identificação, Divisão Policial da Capital, Divisão Policial do Interior, Divisão de Polícia Metropolitana e Divisão de Especializada (conforme Organograma 1, em anexo). Atualmente, integram a Divisão de Polícia Especializada as seguintes unidades policiais: Divisão Estadual de Narcóticos (DENARC), Delegacia da Mulher, Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Delegacia de Estelionato e Desvio de Carga, Delegacia de Delitos de Trânsito, Delegacia de Crimes contra a Economia e Proteção ao Consumidor, Delegacia do Adolescente, Delegacia de Furtos e Roubos, Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, Delegacia de Homicídios, Núcleo de Combate aos Ciber Crimes (Nuciber). Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (Nurce), Serviço de Investigação de Criança Desaparecida (Sicride), além do Nucria.

de crianças e adolescentes vítimas de crimes – o Nucria, o Ministério Público e a 12ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente. Ou seja, o movimento vai do *direito* em geral a um *direito* em particular, que, como veremos, tem na noção de *sensibilidade* sua singularidade. Para isso, busca-se uma descrição que permita ver o *direito* como algo além da regra e do “porque se faz”; o objetivo com a descrição é explicitar o “como se faz” e “o que se faz”. Assim, quase todas as questões desta pesquisa partem da superfície, da matéria visível, das atividades cotidianas realizadas pelos mais diversos agentes e das manifestações públicas. Se pretende-se compreender o *direito* é para ele que se deve olhar. E como bem demonstrou Latour (2004), compreender e descrever o *direito* implica em seguir passo a passo o seu caminho, mostrar como o regime de circulação de sua matéria textual é constitutivo de sua solidez e de sua objetividade. Mas, antes de entrar na descrição do campo pesquisado propriamente dito, cumpre esclarecer o uso que é feito de algumas categorias que serão chaves para a leitura do presente trabalho.

ALGUMAS CHAVES DE LEITURA

Primeiramente, é preciso esclarecer o que até o momento vem sendo genericamente chamado de *papéis*. Aqueles *papéis* que se reproduziam feito coelhos sobre as mesas e prateleiras e que circulavam entre as três instituições pesquisadas não são simples *papéis*, pois através de uma força que lhes é impressa, eles são transformados em *documentos*, e é assim que serão denominados a partir de agora.

Para que serve um documento? Documentos facilitam o ato de contar, somar, agregar a população (e, assim, taxar a riqueza e controlar a produção) e identificar o indivíduo – para fins de conceder direitos e exigir deveres. Assim, tanto elementos particulares/individuais quanto o conhecimento sobre a coletividade – esses dois componentes indissociáveis do “fato moderno” – se conciliam nos documentos, nos “papéis” que, reconhecidos e regulados pelo Estado, identificam o indivíduo como único. O documento legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle e legítimo para o Estado. O documento *faz* o cidadão em termos performativos e compulsórios. (PEIRANO, 2006, p. 137).

Embora Mariza Peirano esteja falando especificamente de documentos individuais – aqueles que cada cidadão deve portar em situações particulares – algumas das características por ela apontadas também podem ser encontradas nos *documentos* produzidos pelas instituições pesquisadas no presente trabalho. *Papéis*, em geral, tornam-se *documentos* quando passam a legalizar e a oficializar algo, quando passam a *fazer* algo em termos performativos e compulsórios, tudo isso, sob o controle legítimo do Estado. É no Estado que os *documentos* passam a percorrer um itinerário burocrático, já que, como demonstrou Danilo Pinto em um estudo etnográfico sobre desentendimentos burocráticos em cartórios no Brasil, “uma ação oficial sempre remete a outras ações oficiais para ter validade” (2006, p. 5). A pesquisa deste autor demonstrou que a fabricação de um documento remete sempre a outros documentos, e “isto instaura uma comunicação oficial, comunicação por documentos. A linguagem aqui é a linguagem oficial, a linguagem do Estado” (*Ibid.*). Como veremos no decorrer do presente trabalho, aqueles *papéis* comunicam-se entre si e colocam em relação diferentes instituições e pessoas, seguindo a linguagem oficial do Estado. E este é um primeiro motivo, forte o bastante, para chamar alguns *papéis* de *documentos*.

No universo pesquisado, a categoria *documentos* ganha mais força quando se pensa que o objetivo daqueles *papéis* – *boletins de ocorrência*, *inquéritos policiais* e *processos criminais* – é provar a *materialidade* de um crime. Com este objetivo, estes *documentos* (ou, como veremos, conjuntos de documentos) empreendem um movimento que busca converter em um “mundo de papel” um “mundo de fora”, montando um arquivo que circula e transforma a linguagem falada – “mais mole” – em uma linguagem escrita – “mais dura”. Em sua obra *Ciência em Ação*, Latour (2000) menciona a burocracia e distingue dois tipos de enunciados, os critérios para essa distinção são a continuidade de cada um dos enunciados através do tempo, seus modos de elaboração e de disseminação no *socius*. Segundo ele, as alegações “moles” se assemelham muito com a linguagem cotidiana, do diálogo corriqueiro, no qual as informações não precisam remeter a diálogos anteriores que provem a veracidade do que está sendo dito; já nas “duras”, há um interesse imenso por inscrições, pelo acúmulo destas em papel e pela sua movimentação em rede – algo só é válido quando está no interior desta rede, inscrito, isto é, quando é trazido de fora para dentro do papel.

O *boletim de ocorrência* é o primeiro *documento* no qual elementos de um mundo exterior são traduzidos em uma linguagem do Estado e em uma solicitação oficial, seguindo todas as formalidades exigidas pelo idioma burocrático, é por isso que ele será o ponto de partida do presente trabalho. Como veremos, nos outros dois conjuntos de *documentos*

subsequentes – *inquérito policial* e *processo criminal* – a referência ao *boletim de ocorrência* é sempre obrigatória. Nos percursos destes três *documentos*, a cada ação realizada e a cada novo papel anexado ao conjunto há a necessidade de citação obrigatória dos números que identificam os documentos anteriores. Neste movimento de produção de *documentos*, que se comunicam, se produzem e se referem necessariamente uns aos outros, pessoas e coisas se movem no espaço e no tempo e são apropriadas de modo específico num “mundo de papel”. Assim, seguindo a sugestão de Latour, interessa ver “como a mobilidade e a permutabilidade das inscrições são aumentadas, como as redes são ampliadas, como todas as informações são atadas umas às outras numa cascata de representação” (*Ibid.*, p. 401).

Essa definição de *documento* auxiliará na leitura do presente trabalho e na compreensão do que são *boletins de ocorrência*, *inquéritos policiais* e *processos criminais*, mas, vale apresentar sucinta e preliminarmente estes *documentos*. O *boletim de ocorrência* é um *documento* produzido por policiais civis quando alguém decide *notificar* à autoridade policial um fato que considera criminoso. Consiste em um modelo eletrônico de *documento* que é preenchido, no qual constam informações acerca da vítima, do *noticiante* – aquele que *notifica* o fato – e do *noticiado* – aquele sobre quem recai a suspeita de ter cometido um crime –, além de uma breve descrição do ocorrido – subitem intitulado *descrição sumária da ocorrência*, que em geral, não ultrapassa a extensão de seis linhas. É a partir do conteúdo do *boletim de ocorrência* que os policiais capitulam o delito e o delegado instaura ou não *inquérito policial*, para apuração da prática da infração penal e de sua autoria.

O *inquérito policial* é, por sua vez, um conjunto de outros *documentos*. Ele tem caráter inquisitorial, investigativo e informativo, e objetiva demonstrar a autoria e a materialidade do evento criminoso (art. 4 do CPP). Consiste em uma pasta que reúne os mais diversos *papéis* e *documentos* que tenham sido solicitados pela autoridade policial na *portaria* que o instaurou, ou que, durante a investigação os policiais tenham encontrado necessidade de anexar. O destino do *inquérito policial* é o titular da ação penal, o Ministério Público, é a partir do *inquérito* concluído que o Ministério Público oferece ou não uma *denúncia* ao juiz de direito. A *denúncia* é um *documento* destinado ao juiz, no qual o promotor de justiça qualifica aquele que está sob suspeita de ter cometido uma infração penal, descreve os fatos até então relatados e indica as informações obtidas no trabalho investigativo e inquisitorial da polícia; o objetivo do promotor é “convencer” o juiz que o crime de fato ocorreu, para que seja então aberto *processo criminal*. O *processo criminal* é também um conjunto de documentos que tramita na esfera do poder judiciário. Nele estão contidas todas as peças obtidas por todas as instituições participantes desde o início do percurso. Assim, *papéis* e *documentos* que antes faziam parte

de um *inquérito policial* passam a integrar um *processo criminal*. Materialmente, o *inquérito policial* deixa de existir, não é mais possível ter em mãos uma pasta de capa branca intitulada *inquérito policial*, embora enquanto número, este *documento* continue existindo. Ou seja, o *processo criminal* integra uma cadeia de produção de *documentos*, que estão conectados e que vão tendo seu status alterado conforme seus deslocamentos no tempo e no espaço.

Como já foi dito, eram esses *papéis* e *documentos* que mobilizavam diariamente instituições e pessoas. Além disso, eles foram também a matéria mais visível durante todo o período de pesquisa de campo. Mas, eram *papéis* e *documentos* com uma forma e conteúdo específicos, que seguiam modelos pouco variáveis, e que se conectavam uns aos outros obrigatoriamente, e não simplesmente pilhas e mais pilhas de *papéis*. Eles estavam diariamente construindo um *direito*. Portanto, cumpre também esclarecer em que sentido utiliza-se a categoria *direito* no presente trabalho.

Em seu trabalho sobre a mais alta jurisdição administrativa francesa – o Conselho de Estado – Bruno Latour busca uma resposta ao como se produz a verdade jurídica. Em *La Fabrique du Droit* (2004) o trabalho de Latour consiste em seguir passo a passo o caminho do *direito*, mostrando como o regime de circulação de sua *matéria textual* é constitutivo de sua solidez e de sua objetividade. Para isso, ele entra no mecanismo do *direito* mesmo, na acumulação de elementos ordinários, que permaneciam até então negligenciados, mas que lhe conferem toda sua especificidade. Traçando a trajetória do *dossiê*, o autor permite ver as modalidades concretas deste trabalho de juridicização, que consiste em forçar a materialidade de um simples sussurro a se imbricar em uma rede de textos jurídicos, e mais, provando constantemente a resistência destas ligações jurídicas. A fabricação do *direito* consiste, para Latour, em tecer o social com os fios do *direito*, construindo uma trama inteiramente juridicizada e constantemente reconstruída, que tem uma forma particular de enunciação.

Latour (*Ibid.*) distingue pelo menos dois *direitos*, um como “regime de enunciação” e outro como “instituição”, é a primeira opção que lhe permite compreender como se decidem juridicamente o verdadeiro e o falso, ou, como um critério de verdade prevalece sobre outros em uma cadeia textual na qual deslocam-se *enunciados*, *enunciatários* e *enunciadores*. Uma das características da *enunciação* é o “envio” da informação, ou seja, desfaz-se o laço entre aquele que fala e o que é dito. No entanto, a *enunciação* efetuada pelo *direito* prescinde de uma série de elementos que fazem com que os *enunciados* sejam assináveis. Dentre esses elementos, Latour aponta: a noção de procedimento, a atribuição (a assinatura), a qualificação (laço entre texto e caso), a responsabilidade, a autoridade e a propriedade. O interessante dessa forma de conceber o *direito* é que assim a verdade do *direito* não é pensada como algo

que repousa sobre uma fonte exterior, e sim sobre esses elementos que lhes são internos.³ Segundo Latour, há uma relação entre a *enunciação* e a *instituição jurídica*, uma relação na qual a primeira serve como uma “chave de leitura” para a compreensão daquilo que é lido ou dito:

Neste sentido, pretendo ter fornecido uma explicação possível à constante “tautologia” das definições do direito, tautologia que toca tanto os especialistas quanto os leigos: a tautologia vem do que resta incompreendido de um ato qualquer da instituição jurídica, se não acrescentarmos esta chave de leitura: “atenção, o que você vai ler ou ouvir, é o Direito e não ficção, política, etc.” Essa chave de leitura é fornecida pela análise obsessiva da Enunciação Direito. (LATOURE, 2004b, p. 4, tradução nossa).⁴

Se para Latour (*Ibid.*) a própria manutenção das *instituições jurídicas* depende dessa forma particular do *direito* enquanto *enunciação*, estudos rigorosos do *direito* devem, portanto, considerar essas duas dimensões. Por mais que imensas porções da rede que é tecida pelo *direito* sejam dependentes da moral, da política, da técnica, da economia, etc., uma parte importante da compreensão do *direito*, que permanece um tanto negligenciada em relação a outras interpretações do *direito*, é justamente essa sua forma particular de unir e deslocar elementos – *papéis, documentos, pessoas, coisas*, etc.

Como Latour mesmo apontou, “toda tentativa de definição, por mais brutal ou sofisticada que seja, acaba sempre por acrescentar, em desespero de causa, o adjetivo “jurídico” para o qualificar”⁵ (2004, p. 273, tradução nossa). Ou seja, por mais “brutal” que pareça, no presente trabalho fala-se no *direito* em pelo menos esses dois sentidos, diversos e

³ Aqui, o principal contraponto da teoria de Latour acerca do direito é Pierre Bourdieu. Segundo Latour (2004), em qualquer análise do direito, uma ideia que pode colocar tudo a perder seria aquela do direito como uma espécie de embalagem das relações de poder e, essa perspectiva teria sido desenvolvida canonicamente por Bourdieu: “Fazendo acessar ao status de veredito uma decisão judiciária que deve sem dúvida mais às disposições éticas dos agentes que às normas puras do direito, o trabalho de racionalização lhe confere a *eficácia simbólica* que exerce qualquer ação logo que, desconhecida sua arbitrariedade, ela é reconhecida como legítima” (BOURDIEU *apud* LATOUR, 2004, p. 152, tradução nossa).

⁴ *En ce sens, je prétends avoir offert une explication possible à la constante 'tautologie' des définitions du droit, tautologie qui frappe autant les spécialistes que les outsiders: la tautologie vient de ce que l'on ne comprend rien à un acte quelconque de l'institution juridique, si l'on ajoute pas cette clef de lecture: “attention, ce que vous allerz lire ou entendre, c'est du Droit et non pas de la fiction, de la politique, etc.” Cette clef de lecture est fournie par l'analyse obsessionnelle de l'Enoncioation Droit.*

⁵ *Toute tentative de définition, aussi brutale ou sophistiquée qu'elle soit, finit toujours par ajouter, en désespoir de cause, l'adjectif 'juridique' pour le qualifier.*

relacionados, *enunciação e instituição*. Mas é importante esclarecer desde já que, fala-se em *direito*, com “d” minúsculo e não em *Direito*, com “D” maiúsculo, entendido enquanto *corpus* de leis, normas e decretos aplicáveis à realidade, um *Direito* que sem *instituições, pessoas, funcionários, mesas, papéis e documentos*, enfim, sem todo um aparato material, não faria sentido e seria inútil. Pensa-se, portanto, no *direito* enquanto um trabalho cotidiano, e geralmente lento, de transformações, modificações, circulações, rearranjos de *pessoas, documentos e instituições*. Assim, pretende-se que o olhar lançado a estes elementos, em um contexto específico, possibilite dizer muito sobre o particular, mas também, algo sobre o geral.

DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada em períodos esparsos nos anos de 2008 e 2009: no Nucria entre os meses de fevereiro e junho de 2008, e na 12ª Vara e no Ministério Público nos meses de julho e agosto de 2008 e julho e agosto de 2009. Durante os dois primeiros meses de pesquisa no Nucria, dediquei-me à leitura daqueles *papéis e documentos* anteriormente citados – *boletins de ocorrência e inquéritos policiais*. Acompanhando a produção dos *documentos* pude observar também a dinâmica cotidiana das instituições e compreender as atividades de cada um dos funcionários envolvidos nesta produção. Sendo meu primeiro contato com o universo jurídico, aquele primeiro período também foi de familiarização com leis (principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Processo Penal), normas e regimentos que regem e conduzem o trabalho dos funcionários do Nucria. Nos dois últimos meses de pesquisa no Nucria, além de continuar acompanhando diariamente as atividades da delegacia e lendo *boletins de ocorrência e inquéritos policiais*, passei a realizar algumas entrevistas. No Nucria, foram entrevistados três investigadores de polícia, dois escrivães, um psicólogo, além da delegada.

Nos dois primeiros meses de pesquisa na 12ª Vara e no Ministério Público, semelhantemente, dediquei-me à leitura dos *processos criminais*, ao acompanhamento diário das atividades de ambas as instituições e também entrevistei uma escrivã, dois oficiais de justiça, a promotora de justiça e o juiz de direito. Neste período, realizei um levantamento bibliográfico em doutrina e jurisprudência, a fim de melhor compreender o que os agentes do universo pesquisado pensam e escrevem sobre as leis e códigos que até então eu observava

sendo acionados na produção de *inquéritos policiais* e *processos criminais*. Nos dois últimos meses de pesquisa nestas duas instituições acompanhei cerca de dez audiências, continuei a ler *processos criminais* e novamente entrevistei o juiz e o promotor.

As entrevistas foram realizadas individualmente, mas quase todas foram feitas em “lugares de circulação”. As informações obtidas nas entrevistas realizadas em “salas fechadas” e em “lugares de circulação” são substancialmente diferentes. Naquelas realizadas em ambientes no qual circulavam outras pessoas enquanto era feita a entrevista os entrevistados continuavam interagindo com outras pessoas, grosso modo, nesses momentos os discursos ultrapassavam uma dimensão idealizada da sociedade, da instituição e de si que me era dada nas entrevistas em “salas fechadas”. As entrevistas foram gravadas e o conteúdo foi transcrito pela própria pesquisadora. Procurou-se manter o discurso dos entrevistados em uma forma próxima à original, ou seja, conservou-se o estilo informal da linguagem falada, retirando-se apenas as expressões correntes na língua falada, que na linguagem acadêmica podem adquirir conotações pejorativas. Cada entrevistado assinou um termo de consentimento permitindo o uso das entrevistas para finalidades científicas, desde que fosse mantido o sigilo em relação a informações pessoais. Assim, no texto da dissertação não são usados nomes de pessoas, as mesmas são referenciadas pelos cargos ocupados. Muito embora a identificação dos ocupantes de alguns cargos não seja tarefa difícil, como há somente um juiz de direito na 12ª Vara, um promotor de justiça que atua junto a esta Vara e uma delegada de polícia no Nucria, através do período em que foi realizada a pesquisa é possível facilmente saber quem são. Porém, optou-se por manter a referência pelos cargos para manter o mesmo padrão em todo o texto.

DA ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

No primeiro capítulo reconstrói-se brevemente uma história do reconhecimento jurídico dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, atentando para como a história recente destes direitos, que tem seu expoente legal no Estatuto da Criança e do Adolescente, está associada ao contexto internacional dos *direitos humanos*. Neste capítulo passa-se do plano internacional ao plano federal, e deste, ao estadual, em termos legislativos e institucionais. Aqui também são apresentadas algumas das opiniões e representações de doutrinadores e juristas acerca da legislação voltada aos direitos de crianças e adolescentes. Além disso, neste

capítulo as próprias legislações são tomadas como dados etnográficos, ou seja, além de nos falar sobre mudanças de princípios e paradigmas o ECA nos diz coisas sobre uma das faces fundamentais do *direito*, o processo de construção de leis e normas.

No segundo capítulo, começa-se a seguir o caminho percorrido pelos *documentos* nessa trilha de *instituições* e pessoas. Esse percurso se inicia com o *boletim de ocorrência* e tem continuidade com a confecção do *inquérito policial*, ambos documentos produzidos pelo Nucria. Este capítulo descreve o cotidiano desta instituição e as atividades nela desenvolvidas, sobretudo as relacionadas mais diretamente à confecção daqueles dois *documentos*. A partir da definição que é aqui utilizada de *direito*, que já foi explicitada anteriormente, é no âmbito do Nucria que o mesmo começa a se construir e, neste primeiro momento, através de atividades inquisitoriais e investigativas. Estas atividades estão alicerçadas principalmente sobre um trabalho que objetiva comprovar a *materialidade* do fato que tenha sido *notificado* à autoridade policial, portanto, cumpre também identificar neste capítulo em que consiste esta *materialidade*. O trabalho de policiais, em suas mais diversas funções, e escrivães gira em torno da hesitação e da dúvida, mas também em torno da certeza e de afirmações, o ápice da certeza alcançado pelo *direito* ainda no Nucria é a conclusão do *inquérito policial* e o seu envio ao juiz e ao promotor de justiça.

No terceiro capítulo deixa-se a esfera da polícia judiciária para adentrar no universo do Ministério Público e do Poder Judiciário. Continua-se acompanhando a circulação dos *documentos*, e também de pessoas, fatos e palavras, através das instituições. Descreve-se o trabalho da promotora de justiça, desde quando esta recebe o *inquérito policial* e oferece ou não uma *denúncia* ao juiz, e da 12ª Vara, que após acatar a *denúncia* feita pelo representante do Ministério Público, abre um *processo criminal*. Nestas duas instituições inicia-se um novo trabalho de agrupamento e produção de *documentos*, sobre os quais o *direito* segue, hesitando, em busca da verdade e da *sentença*, que só é preferida após um outro momento particular deste processo de produção de *direito*, a audiência, baseada na hesitação e no questionamento dos fatos até então levantados. Após todos esses procedimentos, chega-se à *sentença*, que resta devidamente registrada e, em certa medida, incontestável, em todos os *documentos* que até o momento circulavam entre as instituições, movimentando e mobilizando uma série de pessoas.

A descrição etnográfica do dia-a-dia destas três *instituições* e da produção e circulação de *documentos* permitirá também encontrar alguns limites da teoria latouriana referente ao *direito*, como *enunciação*, como *instituição* ou como *encadeamento de documentos*. Será a noção de *sensibilidade* que, como veremos, é central para compreender as especificidades do

contexto aqui pesquisado, a grande responsável por esse diálogo com outras teorias. Adiantando uma conclusão do presente trabalho, o *direito* feito no âmbito dessas três instituições tem na *sensibilidade* um combustível importante, que além de movimentar pessoas, palavras e pessoas, define esses elementos e os sentidos desses movimentos.

Por fim, uma última observação diz respeito aos critérios de grafia escolhidos para a dissertação. Estes são os seguintes: foi utilizado o itálico para expressões legais ou administrativas (*boletins de ocorrência, inquéritos policiais, processos criminais, denúncia, portaria, audiência*, etc), e para termos que devem ser pensados com sentido muito específico, como explicado nesta Introdução ou ao longo dos capítulos (*papéis, documentos, direito*). As aspas, para além das citações, são usadas para relativizar o sentido de alguns termos empregados e quando, no corpo do texto, faço menção a expressões usadas nos próprios depoimentos ou em outras peças dos processos judiciais. Em respeito ao princípio de “segredo de justiça” que impera sobre todos os *documentos legais* utilizados e citados na presente dissertação, os nomes, informações pessoais (como endereços, números de documentos e de telefones), números de *boletins de ocorrência, inquéritos policiais, processos criminais* e datas, que permitiriam de algum modo identificar as pessoas citadas, foram alterados ou suprimidos. Os funcionários das mais diversas instituições pesquisadas são apenas identificados pelos seus cargos.

1. O RECONHECIMENTO JURÍDICO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Estatuto [da Criança e do Adolescente] cria condições legais para que se desencadeie uma verdadeira revolução, tanto na formulação de políticas públicas para a infância e a juventude, como na estrutura e funcionamento dos organismos que atuam na área inaugurando uma nova etapa no Direito brasileiro ao adotar a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente (FIRMO, 1999, p. 19).

O trecho acima, extraído do livro *A criança e o adolescente no ordenamento jurídico brasileiro*, da advogada e professora Maria de Fátima Carrada Firmo, expressa uma opinião que encontra eco nas vozes de muitos ativistas de movimentos sociais, políticos, doutrinadores e juristas: a ideia de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/1990) é uma legislação revolucionária, que “inaugura uma nova etapa no Direito Brasileiro”. O objetivo deste capítulo é compreender em que sentidos o ECA se distingue de legislações anteriores, suas relações com normas internacionais e algumas de suas consequências institucionais. É evidente que para compreender, nestes sentidos, o ECA é necessário uma breve contextualização histórica, que permitirá ir do plano internacional ao plano federal e deste ao estadual, chegando assim ao universo particular da presente pesquisa. Porém, sinto-me tentada a colocar um aviso à moda de Magritte, *ceci n'est pas de l'histoire*, pelo menos, não apenas.⁶ Para o objetivo geral dessa dissertação, de compreender o *direito*, cumpre considerar o ECA enquanto dado etnográfico. Por mais que o *direito* enquanto produtor de leis e códigos não seja o eixo temático central desta pesquisa, não se pode ignorar o papel central da dinâmica do processo de produção de normas, leis e códigos no *direito*. Colocar o ECA em perspectiva às outras legislações (anteriores e internacionais) permitirá ver que nessa dinâmica o movimento de “inaugurar novas etapas” é inerente e até mesmo desejado.

Antes de qualquer coisa, é preciso “desconfiar” um pouco de afirmações como a da epígrafe acima. É preciso “dar um passo atrás” na história do reconhecimento jurídico dos

⁶ Referência à conhecida obra do artista surrealista belga René Magritte “*Ceci n'est pas une pipe*” (Isto não é um cachimbo), pintura na qual a representação gráfica de um cachimbo é seguida da frase emblemática. Uma das possíveis interpretações da obra é que, de fato, aqui não é um cachimbo, mas a representação ou um signo do mesmo.

direitos de crianças e adolescente para então compreender que papel o ECA assume nesse cenário. O ECA é aqui colocado no papel de protagonista dessa história não porque as instituições da presente pesquisa atuem somente ou fundamentalmente a partir dele. Os outros capítulos evidenciarão que as decisões tomadas no âmbito do Nucria, da 12ª Vara e da Promotoria de Justiça que atua junto a esta vara criminal dependem mais diretamente do Código Penal e do Código de Processo Penal. O protagonismo do ECA está no fato dele propor uma mudança legal e de paradigmas, ou seja, representar um momento de construção e reconstrução do próprio direito e um espaço de luta pela constituição de novos sentidos e valores, os quais fundamentaram a origem de muitas instituições, tais como as pesquisadas no presente trabalho. Assim, por mais que as instituições objeto desta pesquisa não operem somente a partir do ECA, ele é o instrumento legal brasileiro que informa, atualmente, as formas de gestão, atendimento, controle e assistência de crianças e adolescentes. Para além disso, o ECA contém as atuais formas de classificação e definição deste grupo de indivíduos específicos – crianças e adolescentes –, sobre as quais se baseiam fortemente as ideologias de todo o aparato institucional que se constitui após a promulgação do ECA no Brasil.

Lei federal aprovada em 13 de julho de 1990, o ECA é uma legislação especial para crianças e adolescentes brasileiros com até 18 anos de idade, promulgada com o mesmo espírito da Constituição Federal de 1988, um espírito democrático e de ruptura com as velhas políticas repressivas. Sob esse mesmo espírito uma série de leis que visam proteger direitos de grupos específicos, entre outras o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso, foram promulgadas nas últimas duas décadas do século XX. São leis que explicitam os novos princípios, orientações e linguagens que surgem no Brasil após o regime autoritário, que durou de 1964 até 1985. Neste período, a chamada “política de segurança nacional” exercia maior controle sobre os direitos dos cidadãos, principalmente através da restrição do papel de leis anteriormente promulgadas e do sistema judicial brasileiro. A Constituição Federal de 1988 foi, portanto, um importante instrumento no processo de consolidação dos direitos políticos e de restauração do poder do sistema judiciário. O ECA integra esse movimento de redemocratização e expurgo do autoritarismo, o que fica evidente no fato de a elaboração desta nova legislação ter utilizado, semelhantemente à Constituição de 1988, um sistema de participação popular na elaboração de seus artigos e políticas de atendimento, através de associações da sociedade civil.

Buscando entender como novas orientações legais promovidas pelo ECA acabam por modificar as estruturas jurídico-estatais do “campo de atenção ao adolescente infrator” no Rio Grande do Sul, a antropóloga Patrice Schuch afirma que

a mudança, em prática, diz respeito não somente a uma tentativa de transformação de instituições e discursos, mas de sensibilidades e afetos. Refere-se à constituição de novos sujeitos: “sujeitos de ação” e “sujeitos de intervenção”, com posições, papéis e modos pelos quais a transformação de princípios é dinamizada em práticas diversas, institucionalizada em órgãos específicos e entendida por seus protagonistas privilegiados: os agentes jurídico-estatais, na interface de seus relacionamentos com os adolescentes, seus familiares e/ou responsáveis (2005, p. 20).

Assim como muitas das leis que vinham sendo aprovadas no Brasil no contexto pós-Constituição de 1988, o ECA também se alinha a princípios de legislações e diretrizes internacionais. Dentre estas normas internacionais de proteção aos direitos da criança e do adolescente que mais influenciaram a redação e a promulgação do ECA estão a Declaração Universal dos Direitos da Criança (Organização das Nações Unidas, ONU, 20 de novembro de 1959); as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing (ONU, 29 de novembro de 1985); as Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil, Diretrizes de Riad (ONU, 1º de março de 1988) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (ONU, 20 de novembro de 1989) (SCHUCH, 2005). Ou seja, o ECA integra também o processo mais recente de “universalização” dos chamados “direitos humanos”. Esses instrumentos internacionais, formulados após a Segunda Guerra Mundial, explicitavam noções de soberania do indivíduo frente às soberanias nacionais, o que é evidente na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948), por exemplo.⁷ Schuch (*Ibid.*) ressalta que os aspectos envolvidos na metodologia de produção de um documento de validade internacional são baseados numa concepção universalizável de homem e que, mais do que resultados consensuais, essas legislações são resultados de lutas entre filosofias políticas particulares. Essa lógica é a mesma tanto para a Declaração Universal dos Direitos do Homem quanto para a constituição

⁷ A antropóloga Laura Nader (1999) mostra o caráter fortemente ocidental e americano que informou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o qual está explícito nos valores individualizantes por ela promovidos e na própria composição e organização da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, responsável pela elaboração daquela Declaração, a qual foi integrada predominantemente por ocidentais e comandada em grande parte por americanos. Também é importante lembrar, conforme Nader, que a presidente da Comissão dos Direitos Humanos da ONU foi justamente Eleanor Roosevelt, primeira dama dos Estados Unidos e que paralelamente à forte influência ocidental, houve ainda ausências significativas de representação: não houve nenhum representante das populações indígenas e dos povos islâmicos do chamado “TerceiroMundo”, ao que se agregava a pouca expressividade feminina (NADER, 1999).

de outros “direitos”, tais como os “direitos das crianças”. No entanto aqui, no “direito das crianças”, a universalização é não de indivíduos mas de segmentos sociais específicos. Passa-se então a reconhecer, no interior do próprio modelo individualizante de cidadania, direitos relativos a modos particulares de participação no mundo social: como criança, idoso, mulher, grupos étnicos, etc. Assim, os direitos são “universalizáveis” para estes segmentos, mas não para todos os cidadãos.

Muitos desses documentos internacionais vêm acrescidos da qualificação “universal”, mas, na verdade, eles se referem ao que se costuma chamar *direitos humanos* ou *direitos fundamentais*, os quais baseiam-se numa suposta natureza universal humana. No entanto, são categorias complexas e, muitas vezes, problemáticas, no sentido em que argumenta a antropóloga Débora Diniz:

O grande paradoxo desse conceito, que, curiosamente, é sua força e sua fraqueza, é o fato de que exatamente não há nada de inalienável no humano, senão a própria crença humana de que temos algo inalienável e, quem sabe, sagrado a ponto de ser protegido. Tanto essa natureza fundamental não existe como um dado incontestável, que foi preciso criar essa categoria do direito humano para representar essa parcela inalienável que estaria em nós. Não apenas a categoria “direito humano” é histórica, social e culturalmente localizada, como também o seu correlato que é a cultura dos direitos fundamentais (2001, p. 58).

Segundo a autora, essa característica dos chamados *direitos fundamentais* – o fato de se fundamentarem sobre um conjunto de crenças e sobre uma suposta essência inalienável do humano que merece ser protegida e promovida – é também a explicação do porquê serem estes direitos cotidianamente violados. No entanto, este caráter paradoxal dos *direitos fundamentais* não elimina sua validade. Assim,

o fato é que reconhecemos que esse tribunal além das moralidades, esse tribunal do olho de deus não existe. Sim, ele é uma construção histórica, geográfica e cultural. Certamente, podemos apostar que o tribunal do olho de deus vai estar sempre fadado ao fracasso, pois o tribunal além das culturas está sempre fadado aos limites da cultura que os guia. Mas a força do discurso dos direitos fundamentais é exatamente essa: se não reconhecermos essa como a melhor saída, o que nos resta é a aniquilação mútua (*Ibid.*, p.

65).

Ou seja, o reconhecimento mesmo da força do discurso dos *direitos humanos* ou *direitos fundamentais* passa pela certeza de sua fraqueza e de suas limitações, que são impostas em grande medida pelas diferenças culturais.

Aqueles documentos internacionais de direitos da criança e do adolescente explicitam, portanto, uma concepção de “infância universal”, semelhante àquela de “Humanidade”, geral e abstrata, presente nas declarações internacionais de *direitos humanos*. Como já foi apontado, esses documentos resultam de dinâmicas políticas complexas, mas, é justamente esse caráter abstrato, geral e universalizante, baseado em uma ideia de “igualdade”, que tornou possível a internacionalização dos *direitos* propostos nesses documentos. Segundo a antropóloga Adriana Vianna (2002), nas diversas declarações “universais” de direitos da criança e do adolescente ganha força uma concepção de infância concebida como um período da vida dotado de universalidade da natureza humana e se configura um novo tipo de linguagem na problemática do domínio jurídico-estatal da infância e juventude, aquela que pelos teóricos do direito é chamada de *direitos difusos e coletivos*. Segundo Rogério Bastos Arantes (1999), os *direitos difusos e coletivos* implicam o reconhecimento da dimensão coletiva de certos conflitos até então tratados individualmente, como é o caso dos “direitos da criança”. Porém, esses *direitos difusos e coletivos* enunciados em declarações internacionais não têm eficácia normativa por si só, passam a tê-la quando incorporados a ordenamentos jurídicos particulares. Ou seja, eles baseiam-se num sentido promocional e sugestivo, abrindo espaço para o engajamento de diversas nações e instituições – judiciais ou não – na proteção destes “direitos”. Segundo Schuch:

Assim como a “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, a Declaração dos Direitos da Criança enuncia um padrão a que todos devem “aspirar” e se empenhar em construir. É uma iniciativa fundamental para a legitimação internacional de um modo de administração da infância e juventude que tem, nos órgãos de justiça, os instrumentos privilegiados do governo” (2005, p. 66).

Tudo se passa como se essas formas de classificação presentes nesses “códigos de conduta e de princípios” – “internacionais, universais e humanos” – fossem resultados da simples “descoberta” de uma essência ontológica do ser humano. Neste sentido, explica o

antropólogo Luiz Eduardo Abreu que

utilizar a essência como significado tecnicamente correto significa colocar o sentido das coisas num lugar que nos é inacessível: como se precisássemos ser regidos pelo exterior, por uma regra que não é fruto da nossa agência e dos nossos erros, mas da descoberta (2008, p. 8).

Do mesmo modo que a *ciência* “descobre” a *Natureza* e em suas publicações finais não explicita todas as etapas deste processo de “descoberta” (Latour, 2001), o *direito* “descobre” a essência e a expressa em códigos, leis e normas, que por sua vez, não explicitam o fato de serem atos de vontade coletiva resultantes de dinâmicas específicas e de formas contextualizadas de imaginar a realidade. Reside justamente aqui uma primeira contradição do *direito*. Segundo Abreu, nos manuais de direito “as diferenças, a multiplicidade, as incongruências, as mudanças e outros fenômenos que caracterizam aquilo que outros saberes entendem por história são todos ignorados” (*Ibid.*, p. 7). Expandindo o argumento do autor dos manuais para as legislações, a própria expressão de que o ECA “inaugura uma nova etapa no Direito brasileiro” denuncia seu caráter histórico e contextual. Cada nova lei é idealizada e construída em relação a leis anteriores, no entanto, na forma em que as novas leis nos são apresentadas as etapas pelas quais passaram tendem a ser propositadamente escamoteados. Na tentativa de perceber algumas dessas etapas que possam estar, na forma em que o ECA se apresenta, escamoteadas ou não tão evidentes, é necessário dar um pequeno passo atrás.

1.1 UM PASSO ATRÁS: DO *MENOR À CRIANÇA* E AO *ADOLESCENTE*

Se o ECA é por muitos apontado como uma legislação inovadora, cumpre saber em relação a que outras legislações e em que sentido fala-se em inovações. A primeira declaração internacional de direitos da infância e da juventude foi a Declaração de Genebra (1924), a qual, de forte influência individualista, concebia a necessidade de uma proteção especial às crianças. Esta Declaração não indicava, entretanto, nenhum agente particular como responsável por essa proteção. Diferentemente, no mesmo período, debates em Congressos Pan-Americanos desenvolviam argumentos pela criação de um aparelho estatal de atenção às

crianças e suas famílias.⁸ À época vigorava no Brasil o Código de Menores de 1927, primeira legislação brasileira especial para crianças e adolescentes, que utilizava o termo *menor* para designar crianças e adolescentes que eram objeto de intervenção jurídica ou estatal. Também já existia no Brasil o primeiro Juízo de Menores, criado em 1924 por um grupo de juristas do Rio de Janeiro motivados por aquele que veio a ser o primeiro Juiz de Menores do Brasil, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos. Segundo Irene Rizzini (1995), o que se vê desde os primeiros debates, promovidos principalmente por juizes e juristas no Brasil, até a promulgação do primeiro Código de Menores em 1927 é um processo de ampliação da discussão do tratamento especializado das crianças e adolescentes do universo jurídico a outros agentes, tais como, a polícia, setores políticos, médicos e associações filantrópicas e de caridade.

Em 1979 foi aprovado no Brasil um segundo Código de Menores. O que chama atenção é a permanência do uso da categoria *menor*, ambígua e claramente advinda da prática policial (Vianna, A., 2002). A manutenção dessa categoria, que apenas quatro anos após a promulgação do primeiro Código de Menores já era duramente criticada,⁹ demonstra a manutenção do caráter tutelar e discricionário, pautado pela ideia de controle social.¹⁰ Conforme já apontado por Schuch:

O “menor”, como categoria de hierarquização social, era o personagem social que abarcava uma ampla gama de substantivos e adjetivos diversos - “crianças desvalidas”, “miniaturas facínoras”, etc – atribuídos na prática policial e jurídica àqueles indivíduos definidos legalmente em situação de menoridade. Como uma vasta bibliografia sobre o assunto tem destacado, o “menor” era definido, primordialmente, em torno de sua situação de subordinação social pela pobreza. As medidas jurídico-estatais dirigiam-se à população carente da sociedade brasileira, objetos privilegiados das medidas de reforma populacional e alvos de um esforço classificatório de reordenamento do social, algo particularmente relevante em um momento de

⁸ A historiadora Guy (1998) aponta que o primeiro desses Congressos Pan-Americanos da Criança aconteceu em 1916, na Argentina, e há ainda as Conferências Pan-Americanas de Eugenia e “Homicultura”, iniciadas em 1927, em Cuba. A autora também assinala que, nessa primeira fase desses eventos – entre 1916 e 1942 – os debates associavam medidas eugênicas com o privilégio do esforço no uso dos trabalhadores sociais e outras medidas de promoção do bem-estar social para prevenir os problemas emergentes nas famílias das Américas.

⁹ Rizzini (1995) aponta que já em 1931 o Ministério Público escreveu um relatório apontando a necessidade de revisar o Código de Menores de 1927, sobretudo por causa da falta de rigor técnico e de concisão do texto.

¹⁰ Ver ADORNO, 1993; ALVIM e VALLADARES, 1988; COSTA, A., 1992 e MENDEZ, 1991.

recente fim da escravidão” (2005, p. 59-60).¹¹

Naqueles dois Códigos de Menores, a infância, descrita pela categoria *menor* é vista como uma etapa da vida com a qual instituições jurídicas e estatais estabelecem uma relação de dominação e autoridade. Nesse sentido, *menor* é profundamente diferente de *criança* e *adolescente*. Segundo Adriana Vianna, ser *menor* é “encontrar-se em posição de autonomia parcial, por quaisquer motivos que sejam considerados operantes em um dado momento e em uma dada configuração social” (2002, p. 7). Nesse sentido,

menores podem ser mulheres, escravos, filhos não casados, agregados, loucos, índios, enfim, todos aqueles que, em uma configuração social específica, sejam compreendidos como incapazes (ou relativamente incapazes) de responderem de forma integral por seus atos (*Idem.*, grifos da autora).

O argumento de Vianna (*Ibid.*) é que a *menoridade* constrói-se como condição jurídica associada à incapacidade de determinadas categorias que não são exclusivamente identificadas com a idade, mas que nas sociedades ocidentais contemporâneas é tradução aparentemente natural de *infância*.

Ao ser tomada sobretudo como condição que significa a inviabilidade da participação plena dos indivíduos, o que equivale a dizer o seu reconhecimento efetivo enquanto indivíduos, no sentido de sujeitos dotados de capacidade de discernimento, livre escolha e pleno exercício da racionalidade, a *menoridade* encontra na infância sua representação contemporânea mais eficaz (*Ibid.*, p. 8, grifos da autora).

Por isso, a substituição do uso da categoria *menor* pela de *criança* e *adolescente* promovida pelo ECA é bastante significativa. O período no qual predominou o uso da categoria *menor* – de vigência dos dois Códigos de Menores – foi marcado pela chamada doutrina da *situação irregular*, a qual enfatizava a preocupação em intervir sobre infâncias consideradas “erradas” (infratoras, abandonadas, etc) (*Ibid.*). A primeira mudança legal nesse sentido ocorreu com a elaboração da nova Constituição Federal, em 1988, que incluiu em seu artigo 227 as linhas

¹¹ Ver também ALVIM e VALLADARES, 1988; PILOTTI e RIZZINI, 1995; RIZZINI e RIZZINI, 2004 e VIANNA, A., 2002.

gerais do que viria a ser a nova legislação para a infância e a juventude.¹² No ano seguinte, a ONU aprovou a Convenção Universal dos Direitos da Criança, confirmando a tendência mundial de criação de legislações influenciadas por uma noção de “infância universal” e centradas na concepção de crianças e adolescentes como “sujeitos de direitos especiais”. Tendência que no Brasil se confirmou completamente com a aprovação do ECA e a separação por ele sugerida das políticas para as “crianças e adolescentes sujeitos às medidas de proteção especial” e para os “adolescentes sujeitos às medidas sócio-educativas”.

Na tentativa de tirar de cena categorias ambíguas como *menor* uma primeira transformação promovida pelo ECA, em relação às legislações anteriores, é justamente essa separação entre “crianças e adolescente sujeitos às medidas de proteção especial” e “adolescentes sujeitos às medidas sócio-educativas”. Para além dessa especialização em relação ao público alvo das políticas, segundo Vianna, A.,

com esta nova legislação, entrou em cena, no plano legal, outra concepção acerca da infância e, sobretudo, das obrigações e responsabilidades do Estado frente a crianças e jovens. Tomá-los como *sujeitos de direitos especiais* significa que indivíduos *menores* por idade são legalmente portadores de direitos, embora não possam, nem devam, ser reconhecidos como iguais em termos civis ou penais aos que são *maiores* por idade. E, sobretudo, que esses direitos, pela condição de *sujeitos especiais* que caracteriza tais crianças e jovens, devem ser garantidos não apenas pela *família* ou pelo Estado, mas por todos os membros da sociedade (*Ibid.*, p. 18, grifos da autora).

De maneira sucinta, o pedagogo e um dos redatores do ECA, Antônio Carlos Gomes da Costa (1992) classifica as transformações promovidas pelo ECA em três tipos: de conteúdo (organização e hierarquização das ações em políticas básicas, políticas assistenciais e política de proteção especial); de método (substituição do assistencialismo vigente por um conjunto de trabalho sócio-educativo emancipador); e de gestão (introdução do princípio da descentralização administrativa e democratização das políticas).

¹² A Constituição Federal de 1988 define em seu artigo 227 que: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

1.2 O ECA: DAS MUDANÇAS DE PARADIGMA ÀS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

O ECA é composto de 267 artigos divididos em dois Livros. No primeiro Livro definem-se os “direitos fundamentais” de crianças e adolescentes, tais como o direito à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, ao esporte e ao lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho. O segundo Livro dispõe sobre as políticas e entidades de atendimento, as medidas de proteção, a prática de ato infracional e sobre as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis. Tanto esses “direitos fundamentais” quanto as políticas e entidades de atendimento enfatizam progressivamente aquela noção de “infância universal”.

Essa ênfase na noção de “infância universal” implica no estabelecimento de todo um novo aparato que envolve expansão da vigilância judicial (com alterações nos papéis de Juízes e do Ministério Público), dispersão das responsabilidades (com a criação de órgãos como os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direito), interdependência entre os estados da federação e privatização da família, para citar alguns exemplos. No entanto, essa recente reorganização do aparato jurídico-estatal no domínio da infância e juventude implica também em uma crescente diferenciação de tais aparatos, de acordo com determinados “perfis” de crianças e adolescentes. Neste sentido, o exemplo policial é revelador. No âmbito dessa instituição são criadas delegacias especializadas em crimes cometidos contra crianças e adolescentes, frequentemente denominadas Delegacias da Criança e do Adolescente; além disso, muitas das antigas Delegacias de Menor sofrem alterações, inclusive em sua nomenclatura. Em Curitiba, por exemplo, a antiga Delegacia do Menor passou a ser designada Delegacia do Adolescente Infrator e, simultaneamente, cria-se o Nucria. Ou seja, particularizam-se situações, posições e condições em que se exercem infâncias e juventudes, conseqüentemente, a noção de “infância universal” sofre restrições em seu potencial.

Segundo Schuch (*Ibid.*), à expansão da noção de uma “infância universal” corresponde a necessidade de um refinamento da distinção entre a assistência e a repressão. Refinamento que parece se dar a partir da promulgação do ECA e da distinção por ele promovida entre “crianças e adolescente sujeitos às medidas de proteção especial” e “adolescentes sujeitos às medidas sócio-educativas”. O que a autora argumenta é que permanece a necessidade de diferenciar, classificar, separar, categorizar e hierarquizar tipos de infâncias, tipos de famílias e tipos de responsáveis, mesmo após a tentativa de substituição do paradigma da *menoridade* pelo paradigma da *proteção especial*, na passagem do Código de Menores para o ECA. Ou

seja, mais do que um rompimento com estruturas de poder e gestão anteriores ao ECA, a implementação dessa legislação parece acentuar a separação dominante desde o início do século passado entre crianças e adolescente “perigosos” e “em perigo” (MEYER, 1977). Obviamente, o novo aparato que se constrói a partir do ECA e a especialização de um domínio judicial sobre personagens que passam a ser definidos menos ambigualmente, se comparados com aqueles sujeitos à classificação de *menor*, trazem contribuições importantes para os destinatários das categorias de suas políticas. No entanto, há pelo menos dois pontos a serem ressaltados.

Acompanhando a doutora em Direitos Humanos Sinara Fajardo (2003), o primeiro ponto é que, no que diz respeito aos “direitos de crianças e adolescentes” no Brasil, a euforia da promulgação de uma legislação vista como igualitária e moderna por vezes faz esquecer que o que está sendo universalizado não são os *direitos* em si, mas os *sujeitos de direitos*. Em seguida, é preciso dizer que a perspectiva sugerida pelo ECA e por outras legislações internacionais enfrentam várias dificuldades em sua implementação, tais como a confrontação com situações concretas nas quais é impossível exigir mínimos sociais para esses *sujeitos especiais* sem que haja como oferecê-los aos que estão ao seu redor. Cláudia Fonseca e Andréa Cardarello (1999) apontam ainda outras duas dificuldades à implementação do ECA: as dificuldades em dispor mecanismos políticos de redistribuição de benefícios sociais através do aparelho estatal e as contradições internas à própria legislação.

Essas perspectivas críticas, como as de Fonseca e Cardarello (*Ibid.*) e de Fajardo (*Op. cit.*), partem geralmente de pesquisas acerca da realidade da implementação do ECA para apontar alguns dos obstáculos e dificuldades à sua implementação. Na contrapartida, baseados fundamentalmente na legislação juristas e doutrinadores desenvolvem argumentos que celebram o ECA como legislação inovadora e transformadora. Nesse sentido, o desembargador paranaense Olympio Sá Sotto Maior Neto, por exemplo, afirma que o ECA

materializou a proposta de dar atenção diferenciada à população infanto-juvenil e, como fórmula para estabelecer a igualdade material, entendeu-se indispensável que as crianças e adolescentes perseguidos, vitimizados, excluídos, marginalizados na realidade social (vale dizer, à margem dos benefícios produzidos pela sociedade) viessem a receber, pela lei, um tratamento desigual (porque desiguais na realidade social), necessariamente privilegiado (SOTTO MAIOR NETTO, 2002, p. 28).

Para citar apenas mais um exemplo, a doutrinadora Mônica Rodrigues Cuneo (2003), atualmente titular da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, defende que a *doutrina da proteção integral* sobre a qual se baseia o ECA contrapõe-se ao tratamento que historicamente reforçou a exclusão social. Segundo a autora, essa legislação apresenta a vantagem de um conjunto conceitual, metodológico e jurídico que permite compreender e abordar as questões referentes às crianças e aos adolescentes sob a ótica dos *direitos humanos*. Estes e outros juristas e doutrinadores convergem em associar o caráter inovador do ECA à chamada *doutrina da proteção integral*, a qual parte do pressuposto da condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.¹³ A qualificação de *sujeitos de direitos* às crianças e aos adolescentes possibilitou a estruturação de concepção (*proteção integral*), gestão (participativa e descentralizada) e método (não assistencialista e, quanto aos atos infracionais, de caráter sócioeducativo) que objetivavam trazer limites ao subjetivismo do poder público e corresponsabilidade da sociedade e da família, desempenhando um “papel decisivo na objetivação das relações da infância com os adultos e com o Estado” (AMARAL E SILVA, 2002, p. 07-08).

Segundo Assis da Costa Oliveira (2008), ao estabelecer a criança e o adolescente como *sujeitos de direitos* em estágio de desenvolvimento, a *doutrina da proteção integral* determina, entre outras coisas: a condição especial de pessoa em desenvolvimento como parâmetro hermenêutico; a normatização de um leque exemplificativo de direitos fundamentais para garantia do satisfatório desenvolvimento, demandando uma priorização do atendimento (sobretudo na oferta de políticas públicas) e uma consideração ao melhor interesse (com ênfase nos litígios judiciais); exigibilidade da participação de terceiros (adultos/instituições) para a evolução satisfatória do desenvolvimento e efetivação plena de seus direitos; normatização dos múltiplos aspectos humanos que precisam ser contemplados pela lógica do desenvolvimento e da proteção integral: físico, mental, espiritual, moral, social e sexual. Ou seja, o ECA pode ser visto como uma legislação que visa promover a aplicação de outras leis e normas já estabelecidas na Constituição Federal e nos Códigos Civil e Penal a partir de uma nova relação entre crianças e adolescentes – estes *novos sujeitos de direitos* –, a sociedade civil e o Estado. Nesses sentidos apontados por Oliveira (*Ibid.*), muitas das mudanças e inovações propostas pelo ECA são sentidas no âmbito das instituições estatais, sobretudo em suas formas de classificação e categorização de *crianças e adolescentes* e em

¹³ Outros exemplos são: AZAMBUJA, 1999; SARAIVA, 2002; LIBERATI, 2000; KONZEN, 1994; KUKINA, 2002.

suas políticas de atendimento.

Na esteira da *doutrina da proteção integral* inúmeras instituições sofreram modificações e outras foram criadas. Assim, a última década do século XX e os primeiros anos do século XXI assistiram ao surgimento de inúmeras delegacias de polícia e instâncias jurídicas, tais como juizados e varas, especializadas no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de crimes, para além da já citada mudança de nomenclatura de algumas instituições. Segundo relatório da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça (2007), existe atualmente no Brasil setenta e cinco delegacias especializadas em crianças e adolescentes, somando delegacias de proteção à criança e ao adolescente e delegacias de investigação de ato infracional. É curioso notar que a grande maioria das unidades da federação possuem apenas duas delegacias especializadas em crianças e adolescentes e, por outro lado, apenas duas unidades da federação possuem cerca de um terço das delegacias especializadas existentes: Rio Grande do Sul (quinze) e São Paulo (doze). Uma comparação possível, para mensurar o universo abrangido pelas delegacias especializadas em crianças e adolescentes, é com as delegacias especializadas de atendimento à mulher, que somam aproximadamente 400 em todo o Brasil. Além disso, aquele mesmo relatório (*Ibid.*) indica como obstáculo a ser ultrapassado a concentração das delegacias da criança e do adolescente nas capitais, sendo portanto o serviço especializado no interior dos estados mais restrito. Outro obstáculo, segundo o relatório, é que em muitos casos “a delegacia de proteção é a mesma de investigação de ato infracional, não havendo nenhum serviço especializado/capacitado para atendimento da temática de criança e adolescente” (*Ibid.*, p. 24).

O Paraná conta com três delegacias especializadas em crianças e adolescentes: a Delegacia do Adolescente Infrator, antiga Delegacia de Proteção ao Menor, criada em setembro de 1995 através da Resolução nº 902/1995 da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP-PR) e desde então sediada em Curitiba; o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes (Nucria) de Foz do Iguaçu, criado em dezembro de 2004; e o Nucria de Curitiba, criado em setembro de 2004, através da Resolução nº 120/2004 da SESP-PR. O Nucria de Curitiba está em funcionamento desde outubro de 2004 e desde o início de suas atividades encontra-se sediado à rua Hermes Fontes, 315, no Batel, junto ao prédio da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ-PR). Já teve no seu comando três diferentes delegadas titulares, sendo que a primeira foi a que mais tempo permaneceu no cargo, entre os anos de 2004 e 2007. Entre o final de 2007 e fevereiro de 2008, o cargo ficou sob a responsabilidade da segunda delegada e, aquela que atua até hoje

nesta unidade policial, assumiu tal cargo em fevereiro de 2008. Durante o ano de 2008 foram realizados 850 *boletins de ocorrência* e instaurados 463 *inquéritos policiais* no Nucria, sendo os crimes de maior incidência: estupro, atentado violento ao pudor, violência doméstica, maus tratos e ameaça.

Também sob inspiração da *doutrina da proteção integral*, o Poder Judiciário do Estado do Paraná criou em janeiro de 2007 a Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, através da Resolução nº 01/2007 do Tribunal de Justiça do Paraná. A partir de então, todos os crimes em que crianças e adolescente figuram como vítimas passaram a ser processados e julgados por esta 12ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente.¹⁴ Desde sua instalação, funciona na avenida Iguaçu, 750, no Centro. No mesmo prédio estão alocados o promotor de justiça e o defensor público que foram designados para atuar junto à 12ª Vara, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Justiça, respectivamente. Desde a sua instalação até o final de 2008 esta Vara recebeu 650 *inquéritos*, provenientes dos mais diversos distritos policiais de Curitiba e conduziu 271 *ações penais*, dentre as quais, 224 eram de violência sexual.

Esses dados e a própria criação das três instituições aqui pesquisadas – o Nucria, a 12ª Vara e a designação de um Promotor Público para atuar junto a esta Vara – são sinais de algumas das mudanças propostas pelo ECA apontadas neste capítulo. Eles demonstram, por exemplo, a tentativa de realização do princípio da *prioridade absoluta*, premissa da *doutrina da proteção integral* segundo a qual criança e adolescente têm prioridade sobre outras categorias e grupos de pessoa nos mais diversos tipos de serviços, tais como justiça, saúde, educação, alimentação, etc. Eles também mostram uma consequência particular, em um contexto específico, da nova forma de classificação adotada pelo ECA, que é a própria criação de algumas instituições e/ou a modificação de nomenclatura de outras. O objetivo deste capítulo era justamente o de mostrar em que medida o ECA sugere algumas mudanças institucionais a partir, fundamentalmente, de mudanças nas formas de classificação da infância e juventude. Este era o objetivo e o limite, já que aqui apenas abre-se uma pequena brecha para ver algo sobre a realidade mesma destas instituições. Ou seja, uma brecha para

¹⁴ Salvo os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados; as infrações de menor potencial, que são julgadas em Juizados Especiais Criminais; e os crimes decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. A competência da 12ª VARA foi fixada pela Resolução nº 15/2007 do TJ-PR e diz respeito aos crimes definidos nos artigos 129, §§ 1º e 2º, 133, *caput* e parágrafos, 134, parágrafos 1º e 2º, 136, parágrafos 1º e 2º, 213, 214, 216-A, 218 e 244 do Código Penal; nos artigos 237; 238, *caput* e parágrafo único, 239; 240, *caput* e parágrafos 1º e 2º; 241, *caput* e parágrafos 1º e 2º; 242; 243 e 244-A, *caput* e parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.069/1990; no artigo 1º, inciso II e parágrafos 2º e 3º, da lei nº 9.455/1995.

ultrapassar uma perspectiva que vê o *direito* apenas como conjunto e aplicação de leis.

A “dinâmica legislativa” do *direito* da infância e da juventude no Brasil já permite ver uma das características que serão acompanhadas durante todo o percurso desta dissertação: o fato de as construções jurídicas, tanto as legislações quanto as peças processuais, se caracterizarem por uma extrema abstração. Nas palavras de Marie-Angèle Hermitte: “O direito não tem a ambição da realidade, menos ainda da verdade, ele reinventa um outro mundo” (1999, tradução nossa).¹⁵ Hermitte está falando sobre uma etapa do *direito* posterior à promulgação de leis, está falando dos *processos jurídicos* propriamente ditos e da *doutrina jurídica*, mas, mais uma vez pode-se estender um pouco o argumento para pensar a construção de leis. A autora argumenta o *direito* como um sistema de pensamento que inventa uma realidade virtual, aparentemente destacada de seu modelo. Característica presente também em leis, como o ECA. Parece evidente que legislação nenhuma vai conseguir dar conta de forma não ambígua ou não precária da diversidade do mundo real. A infância e a juventude presente no ECA parece, neste sentido, ter muito menos crianças e adolescentes, muito menos “carne, osso e alma”. No entanto, esse distanciamento tem uma razão de ser, que segundo Hermitte (*Ibid.*), é a de eficazmente dar a medida das relações entre os homens. Outra característica, segundo a autora é que

os objetos têm uma espécie de duplo jurídico que depende de seu lugar no universo do direito muito mais do que de sua própria natureza. (...) Da mesma maneira, cada época deixa seu traço nas construções jurídicas que acumulam e justapõem estratos sucessivos sem eliminar as camadas mais antigas. Essas tensões são geralmente reabsorvidas com o tempo, mas podem levar às vezes a crises de categorias. (*Ibid.*, tradução nossa).¹⁶

Ou seja, o próprio ECA é resultado, como ficou claro, de tensões que são reveladoras das transformações da própria sociedade, das formas de idealizar e elaborar a infância e a juventude características deste tempo particular. Um tempo de crianças e adolescentes como *seres em desenvolvimento*, *sujeitos de direitos*, os quais merecem por isso uma atenção jurídica diferenciada, segundo a proposta do ECA e de outras legislações.

¹⁵ *Le droit n'a pas l'ambition de la réalité, moins encore de la vérité, il réinvente un autre monde.*

¹⁶ *Les objets ont donc une sorte de double juridique qui dépend de leur place dans l'univers du droit bien plus que de leur nature propre. (...) De la même manière, chaque époque laisse sa trace dans les constructions juridiques qui accumulent et juxtaposent des strates successives sans éliminer les couches les plus anciennes. Ces tensions sont généralement résorbées au fil du temps, mais peuvent aboutir parfois à une crise des catégories.*

O que veremos nos próximos dois capítulos, ultrapassando a lei como a única dimensão do *direito*, são alguns contextos particulares de implementação dessa “nova forma” de idealizar e elaborar a infância e a juventude em termos jurídicos. Para isso, e aqui reside a principal contribuição deste trabalho, olharemos para as práticas cotidianas de três instituições que trabalham em prol de crianças e adolescentes vítimas de crimes. Fonseca e Cardarello afirmam que, “apesar de boa parte do mundo compartilhar hoje princípios humanitários bastante semelhantes, não existe uma legislação ideal capaz de promover estes princípios em todas as épocas e em todos os lugares” (1999, p. 111); ou seja, é preciso estar atento a como essas noções – *direitos humanos*, crianças e adolescentes como *seres em desenvolvimento* e *sujeitos de direitos* – são traduzidas na prática.

2 O NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMA DE CRIMES

Como foi dito na Introdução, os rumos deste trabalho foram em grande medida determinados pelos elementos que saltaram aos olhos da pesquisadora desde os primeiros momentos da pesquisa de campo. Alguns destes elementos demonstraram centralidade durante todo o processo de pesquisa – no Nucria, na 12ª Vara e na Promotoria Pública – acabaram por configurar os objetos em torno dos quais giram os objetivos da presente pesquisa: *papéis*, *documentos* e o *direito* que estes dois ajudam a construir. Sabe-se que *papéis* e *documentos* ocupam este mesmo lugar central em toda a *burocracia* estatal.¹⁷ O contexto pesquisado reserva porém algumas especificidades. Aqui *papéis* e *documentos* fazem algo mais. Para além de trilhar um certo circuito burocrático, nas três instituições aqui pesquisadas os *papéis* e *documentos* constroem um certo *direito*. Nosso objetivo com este capítulo é demonstrar e compreender o ponto de partida deste direito particular – o de crianças e adolescentes vítimas de crimes –, a partir da etnografia do Nucria.

Para começar, a distinção feita entre *direito* enquanto *enunciação* e enquanto *instituição jurídica* por Latour (2004b) é interessante. O autor sugere o *direito* como uma das maneiras, única e original, de explorar a alteridade; maneira na qual a *verdade* não residiria em uma fonte exterior, como a sociedade e suas relações de força, mas no próprio *direito*.¹⁸ Assim, Latour (2004) desenvolve um trabalho descritivo baseado na pergunta “como se faz” e não no “porque se faz”, trabalho este que permite ver o *direito* para além da regra (este, seria o *Direito*). Este trabalho descritivo implica em seguir passo a passo o caminho percorrido por aquela que é a matéria mais visível do *direito*, os *papéis* e os *documentos*, atentando sobretudo ao que estes carregam, *enunciados*, *enunciadores*, *enunciatários*. A justificativa de Latour (*Ibid.*) é que o regime de circulação da matéria textual do *direito* é constitutivo da solidez e da objetividade do mesmo. Assim, compreender a forma de *enunciação* promovida pelo *direito* é uma das chaves para compreender também a própria manutenção das

¹⁷ Sobre a centralidade de papéis e documentos na burocracia estatal ver: Weber (1999), Peirano (2006), Danilo Pinto (2006), entre outros.

¹⁸ Latour (2004b) aponta algumas das características do *direito*, que são na verdade algumas noções que o permeiam, tais como: a noção de procedimento, de assinatura, imputação, qualificação (laço entre texto legal e caso), responsabilidade ou autoria, autoridade e propriedade. Enquanto forma de construção de verdade que gira em torno destas noções o *direito* seria, segundo o autor, uma das diversas formas sociais de explorar a alteridade e de construir verdades, como a *ciência*, a *religião* e a *arte*.

instituições jurídicas.¹⁹ Diante da questão sobre como seguir os deslocamentos entre enunciadores, enunciatários e enunciados a resposta de Latour (2004b) sugere a impossibilidade da tarefa, visto que seria da própria natureza da *enunciação* promover a perda do laço entre aquele que fala e o que é dito.²⁰ Essa distinção proposta por Latour é o ponto de partida mas certamente não será o ponto de chegada, os dados etnográficos apresentados mostram as particularidades e as especificidades do contexto em que foi realizada a pesquisa.

Inicia-se apresentando o Nucria enquanto *instituição*, oportunidade para especular um pouco sobre noções como delegacia, polícia, “ser policial” e as relações destas *instituições* com o universo da infância e da juventude, relações estas que são estabelecidas a partir de um acontecimento particular, a ocorrência de crimes contra crianças e adolescentes. Interessa olhar para a *instituição* porque é ela que torna possível aquele que será o segundo ponto a ser observado: a produção e o percurso dos dois principais *documentos* (ou conjunto de documentos) no Nucria: *boletim de ocorrência* e *inquérito policial*. Acompanhar a produção e a circulação destes *documentos* permitirá capturar, ao mesmo tempo, o movimento institucional desta delegacia em particular, suas relações com outras instituições e parte do processo constitutivo do *direito*, aquela que diz respeito às atividades de polícia judiciária no que se refere a crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

Uma última palavra sobre o *direito* antes de adentrarmos no universo de um *direito* particular, suas *instituições* e modos de *enunciação*. Novamente, uma imagem fornecida por Latour pode ser interessante. Ao deparar-se com a pergunta se o *direito* está “por tudo” ou somente no tribunal o autor busca em uma situação muito comum na infância indícios de resposta:

(...) à cada vez que um garoto diz “você não tem o direito de roubar minhas bolas de gude”, ele aciona na discussão que vai começar sobre as regras do jogo de gude, um tipo de construção da verdade que supõe uma leitura particular do que vai se seguir – e que vai culminar em confusão se a discussão acaba em um olho roxo... No entanto, não há lá (ainda) nem processo verbal, nem juiz, nem advogado em toga, nem código civil, etc. Mas existe sim “o Direito” nos modos como as crianças têm de se opor

¹⁹ Latour (2004b) argumenta que a manutenção das instituições jurídicas depende também, nos Estados de direito, de elementos tais como moral, política, religião, técnica, economia, etc., sendo esta a originalidade do direito nestes Estados. Originalidade esta que é responsável também pelo etnocentrismo da nossa concepção de direito.

²⁰ Essa característica de “perda do laço” está presente também em outros regimes de *enunciação*, como na enunciação política, por exemplo. Segundo Latour (*Ibid.*), a enunciação política inclusive se aproveitaria de uma certa confusão entre aquele que fala, o que é dito e o que o faz falar para construir a verdade.

ainda que não se trate de modo algum de um apego à instituição jurídica (LATOURE, 2004b, p. 4, tradução nossa).²¹

A resposta diz mais sobre o modo particular de realização do *direito* nos Estados de direito do que sobre a existência ou não do *direito* “por tudo”. Nestes Estados, segundo Latour (*Ibid.*), o *direito* tende tanto a ser um híbrido de política, moral, religião, organização, economia, técnica, etc. – estando então “por tudo” –, quanto tende a ser imaginado como existindo somente no tribunal – restringindo-se às *instituições jurídicas*. Seria este o etnocentrismo, inerente ao direito, tipicamente europeu ou ocidental, que impede às vezes o reconhecimento de que “os outros têm direito”, não raro, “direitos diferentes dos nossos”.

O exemplo anterior reitera o que já foi discutido na Introdução deste trabalho, que *direito* é uma categoria complexa, potencialmente polissêmica e passível de múltiplos e diferentes significados conforme o contexto em que é utilizada. As mais diversas etnografias realizadas na África, por exemplo (FORTES, 1970), demonstram outras possibilidades de solução de conflitos e de realização do *direito*. Entretanto, no contexto pesquisado *direito* é pensado, tanto por aqueles que o fazem quanto por aqueles que o buscam, como a dimensão institucionalizada para a solução de determinados conflitos. Ou seja, lida-se aqui com um *direito* etnocêntrico, no sentido assinalado por Latour.

Além de ponto de partida de uma trajetória jurídica específica, que permanece devidamente registrada por escrito, que cria um universo particular e que encontra materialidade em *papéis* e *documentos*, o Nucria é também o norte deste capítulo, que configurará parte indispensável neste projeto de compreender a forma de produção do *direito* institucionalizado de crianças e adolescente vítimas de crimes em Curitiba. Porém, se o *direito*, pensado enquanto *enunciação*, parece de início ter relativa autonomia em relação ao “mundo real”, dado que constrói um mundo que lhe é próprio, em sua outra dimensão, *institucional*, ele insere as instituições jurídicas numa rede de relações particulares, que começam a ser esboçadas antes mesmo da criação das instituições propriamente ditas, conforme ficou evidente ao final do capítulo anterior. Assim, é preciso tanto observar as atividades e os materiais do *direito* quanto observar as relações intra e interinstitucionais.

²¹ De même, à chaque fois qu’un gamin dit ‘t’as pas le droit de me piquer mes billes’, il engage dans la discussion qui va commencer sur les règles du jeu de bille, un type de vérédiction qui suppose une lecture particulière de ce qui va suivre – et qui va être déroutée si la discussion finit par un oeil au beurre noir... Pourtant, il n’y a là (encore) ni procès verbaux, ni juge, ni avocat en robe, no code civil, etc. Il y a donc bien ‘du Droit’ dans la façon que les enfants ont d’objecter bien qu’il ne s’agisse aucunement d’un rattachement à l’institution juridique.

2.1 DA “POLÍCIA EM GERAL” AO NUCRIA: UMA “NOVA CONCEPÇÃO DE POLÍCIA”

Para chegar ao Nucria é preciso antes passar pela Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente (SECJ-PR), já que é aos fundos do prédio desta Secretaria que desde o início de suas atividades funciona o Nucria. Da calçada, vê-se um prédio de dois andares com um pequeno jardim na frente, no qual uma placa informa que ali funciona a SECJ-PR, no entanto, não há indicações de que ali funciona também uma delegacia de polícia. É necessário entrar no prédio e perguntar a uma das funcionárias da empresa terceirizada de vigilância se ali funciona também uma delegacia. A resposta afirmativa vem seguida da solicitação de dados pessoais como nome e número do documento de identidade, os quais são anotados, juntamente com o horário de entrada, em um caderno de registro do trânsito de pessoas. Neste hall de entrada há, além da mesa onde as funcionárias registram a entrada e saída de pessoas, um sofá, uma mesa de centro com diversos panfletos e revistas, um caixa eletrônico do Banco do Brasil e uma pequena agência do Banco Itaú. Entra-se então por uma porta que dá acesso a um pequeno corredor, tomado em suas paredes laterais por cartazes de programas e campanhas que a SECJ-PR apoia – campanhas pela erradicação do trabalho infantil, contra a exploração sexual, e outras. Seguindo as indicações da vigia, é necessário sair do prédio e seguir pela calçada lateral – larga o suficiente para comportar ao mesmo tempo carros estacionados e em circulação – até o final da mesma. Após andar cerca de vinte metros, sob sol ou chuva, vê-se fixado na parede ao lado de uma porta um papel tamanho A4, plastificado, no qual está impressa a logomarca do Nucria – sobre uma mão, o desenho de uma menina que esconde o rosto entre os joelhos (Figura 1).

A logomarca nos dá uma primeira pista, que será confirmada ao decorrer deste capítulo, sobre algumas das características do Nucria e do tipo de público e de crimes atendidos. O acesso a dados estatísticos referentes aos tipos de crimes *notificados* ao Nucria foi, desde o início da pesquisa, complicado. Não porque os policiais não quisessem fornecer tais tipos de dados, simplesmente porque eles são escassos. Mas, conforme foi indicado no capítulo anterior, a maioria dos registros de ocorrências feitos no Nucria são de crimes sexuais (estupro e atentado violento ao pudor), sendo que, segundo os funcionários desta instituição, a grande maioria das vítimas que aqui chegam são meninas. Note-se ainda a mão que “ampara” e “protege” a garota na imagem, princípio que está evidente também no fato de a delegacia se

chamar Núcleo de **Proteção** à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes. Além disso, simplesmente pela logomarca é impossível associar o Nucria à Polícia Civil.²²



Figura 1: Logomarca do Nucria.

Entra-se então naquele que é o último dentre três prédios, depois desse há apenas uma espécie de edícula, aos fundos do terreno. Há um pequeno corredor, ladeado por algumas salas desocupadas e dois lances de escada pela qual se deve subir. Chega-se então a um hall, o qual, na minha primeira ida ao Nucria, parecia propor um jogo de escolher portas. Neste hall há cinco portas, duas identificadas com um adesivo de “acesso restrito a pessoas autorizadas” e três sem identificação alguma. Assim era antes da reforma no Nucria. Porém, descobrir a porta por qual se deve entrar não era difícil, já que uma dava acesso à cozinha, outra ao refeitório e a terceira à sala do plantão. No entanto, era frequente ouvir de pessoas que entravam no plantão perguntas como: “é aqui o Nucria?” De fato, se há alguma imagem associada a delegacias, e mais especificamente ao plantão de delegacias, é a de um balcão, e até aquele momento o Nucria não contava com um balcão. Essa questão da “imagem” de delegacias é delicada, e não é objetivo deste trabalho examinar as representações de polícia e de delegacia, seja dos próprios policiais seja daqueles que utilizam os serviços daquelas instituições, mas o fato de a pesquisa de campo ter sido feita durante uma reforma pode revelar alguns pontos interessantes sobre, pelo menos, a imagem que a delegada, em última instância quem decidiu tudo acerca da reforma do Nucria, tem ou gostaria de expressar desta delegacia.

2.1.1 Mãos à Obra: Reformando Física e “Culturalmente” o Nucria

²² Minha sugestão é no sentido de que a feminilidade associa-se mais facilmente à ideia de proteção em dois sentidos, tanto da necessidade de ser protegida quanto da capacidade para proteger.

O prédio no qual funciona o Nucria e a SECJ data dos anos 1970, mas já demonstra sinais de desgaste devido ao uso e à grande circulação de pessoas. Nas salas onde se espalham os diversos setores no Nucria, era comum tropeçar em tacos e lajotas já descolados do chão, a pintura das paredes não estava em bom estado, e muitos funcionários reclamavam do mau funcionamento de tomadas e interruptores de luz. Esses foram justamente os primeiros pontos de atenção durante a reforma: trocou-se o piso do hall de entrada e nos outros setores o antigo piso foi reformado, as paredes receberam camadas de tinta e a fiação elétrica foi trocada. A sala do plantão, por exemplo, teve duas de suas paredes pintadas em um tom terracota, além disso, distribuíram-se em suas paredes seis cartazes, a tonalidade das paredes e o conteúdo dos cartazes foram selecionados pela delegada. Um exemplo de cartaz é:

***Acreditem no que seus filhos dizem.** Verbalizar uma situação de abuso já é bastante complicado para um adulto, imagine para uma criança ou jovem. O fato de o agressor ser alguém em quem a família confia torna tudo ainda mais difícil. A vítima passa por cima do medo e da vergonha e merece ser acolhida por isso.*²³

O conteúdo dos textos é tanto direcionado aos pais e mães que vêm ao Nucria quanto aos próprios funcionários da delegacia. Muitas vezes ouvi da delegada e da escritã chefe do Nucria frases que ressaltavam a importância de se acreditar no que diz a criança.²⁴ É interessante também perceber que todos os quatro cartazes com conteúdos específicos sobre violência contra crianças e adolescentes alertam em relação a um tipo particular de violência, a sexual. Isto se deve tanto ao fato de que grande parte dos casos denunciados ao Nucria é de

²³ Outros exemplos são: “Os pais têm papel importante na prevenção e na identificação dos casos de abuso e violência. É preciso estar atento a mudanças de comportamento da criança/adolescente: sociais, familiares ou alimentares e não excluir a possibilidade de o filho ter sido vítima de abuso sexual”; “É relevante desenvolver a relação de confiança entre os pais e os filhos, criança um espaço em que os filhos possam expressar-se sem medo de punição. Alguns tipos de abuso não costumam deixar sinais físicos como prova, por isso é preciso acreditar nos relatos e nas queixas dos pequenos”; “Mudança de comportamento. A criança ou jovem que sofreu violência sexual pode passar por alterações bruscas de comportamento. Os pais devem ficar atentos aos seguintes sinais: alterações no sono; queda brusca no rendimento escolar; a criança volta a fazer xixi na cama ou nas calças; medo inexplicável de ficar sozinha na presença de adultos estranhos ou de algum adulto específico; brincadeiras agressivas com brinquedos ou pequenos animais”; além destes textos, foram fixados na parede também um quadro com o Salmo 23 e outro com um texto intitulado “Pegadas na areia”.

²⁴ Escritã chefe é aquela que trabalha no Cartório Central, os outros três cartórios são: 1º Cartório, 2º Cartório e 3º Cartório; é ela quem distribui os inquéritos policiais para estes três.

violência sexual quanto ao fato de que são estes os casos que requerem uma maior atenção por parte dos pais e dos funcionários que prestam atendimento nas instituições que podem identificar a ocorrência de abusos sexuais, sobretudo porque muitas vezes essa forma de violência não deixa marcas físicas e corporais visíveis.



Figura 2: Plantão.

Além de nova cor e cartazes na parede, a sala do plantão, que mede cerca de dez por cinco metros, na qual eram dispostos três mesas (duas com computadores, nos quais eram confeccionados os boletins de ocorrência, e uma com um telefone) e dois armários, foi a primeira a receber novo mobiliário, incluindo um balcão. Depois da reforma, a grande sala do plantão passou a ser dividida ao meio por um alto balcão, de um lado dispõem-se cadeiras nas quais pais, mães, outros parentes ou responsáveis aguardam atendimento, de outro há duas mesas e um armário. Sobre o balcão há uma televisão, com a tela voltada ao público que aguarda atendimento, além de revistas e jornais (Figuras 2 e 3). Segundo os funcionários que já trabalharam em outras delegacias, o balcão é elemento característico do plantão em qualquer delegacia. Ou seja, ele é parte de uma certa concepção do que é uma delegacia de polícia, que não estava presente, aos olhos da delegada recém-chegada ao Nucria no início de 2008. Este balcão, e as novas placas afixadas sobre cada porta do Nucria, que identificam os setores, inclusive o plantão, deixaram mais evidentes que este é o local de atendimento ao público e contribuíram na diminuição de perguntas do tipo: “é aqui o Nucria?” Mas, antes de seguir na descrição do Nucria e de adentrar no percurso dos documentos, é interessante observar rapidamente algumas das considerações teóricas acerca da polícia, na tentativa de entender esta centralidade do balcão.



Figura 3: Plantão: o balcão de atendimento.

De acordo com Weber (2004), o Estado moderno reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física, conforme se lê na citação a seguir:

A violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida –, mas é seu instrumento específico. Em nossos dias, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos – a começar pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal do poder. Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. É, com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do “direito” à violência (WEBER, 2004, p. 56).

Nessa concepção contemporânea do Estado, as polícias são os órgãos privilegiados deste “direito” à violência ao mesmo tempo em que têm suas funções associadas ao “controle” da violência. Mas as funções desenvolvidas por policiais são diversas, segundo o sociólogo Egon Bittner:

O papel da polícia é enfrentar todos os tipos de problemas humanos quando (e na medida em que) suas soluções tenham a possibilidade de exigir (ou fazer) uso da força no momento em que estejam ocorrendo. Isso empresta homogeneidade a procedimentos tão diversos quanto capturar um criminoso, levar o prefeito para o aeroporto, tirar uma pessoa bêbada de dentro de um bar, direcionar o trânsito, controlar a multidão, cuidar de crianças perdidas, administrar os primeiros socorros médicos e separar brigas de familiares (BITTNER, 2003, p. 136).

A descrição das atividades do Nucria permite ver esse processo de homogeneização dos diversos procedimentos realizados por uma delegacia de polícia, mas também aponta a diversidade destes mesmos procedimentos e o fato de que, mesmo diante desta diversidade, há uma certa concepção do que seja polícia, e mais, uma certa concepção de uma “nova polícia”, concepção esta que começou a ser construída no mesmo contexto de criação de “novos sujeitos de direitos”, tal como apresentado no Capítulo 1.

Além de identificar as polícias como órgãos privilegiados do Estado para o uso do monopólio legítimo da violência, e de apontar o aparente processo de homogeneização de procedimentos diversos, alguns trabalhos indicam a hierarquia como forte característica da polícia.²⁵ Em um trabalho de pesquisa realizado junto à Academia Militar das Agulhas Negras, com o objetivo de compreender o “espírito militar”, o antropólogo Celso Castro (2004) ressalta a importância da hierarquia neste “espírito”. Neste trabalho, o antropólogo pensa não só a hierarquia interna à Polícia Militar, mas também sua própria relação, também hierárquica, com os militares. A centralidade do balcão no Nucria permite pensar também na relação hierárquica, ou ao menos distintiva, que se busca estabelecer entre policiais e os usuários do sistema policial, entre os que estão do “lado de dentro” do balcão e aqueles que estão “do lado de fora”.

O balcão e o conteúdo dos cartazes afixados nas paredes do plantão revelam, portanto, uma das funções centrais da polícia, segundo a delegada do Nucria, o atendimento. A primeira orientação da delegada aos funcionários do Nucria é que tratem bem as pessoas que vão à delegacia efetuar uma denúncia, sobretudo porque, segundo ela “*a gente não consegue resolver o problema de uma violência com outra*”. Além disso, ela diz ter consciência das limitações de seu trabalho diante da complexidade dos problemas que lhe são apresentados e

25 Cf. LEIRNER, 1997; 2009.

para os quais se demandam soluções.

Nem sempre a gente vai conseguir resolver o problema das pessoas que vêm à delegacia, às vezes, o problema delas não está só em vir aqui registrar um boletim de ocorrência, a gente instaurar o inquérito policial e conseguir com que o promotor ofereça a denúncia contra o acusado e que ele seja condenado. Às vezes, o problema dela é muito além de tudo isso aí, mas o fato de atender bem e tratar com educação e carinho faz com que a pessoa saia daqui agradecida e achando que você resolveu o problema dela, mas você não resolveu, o problema dela continua ali (Delegada do Nucria).

Era com esse objetivo de incentivar os funcionários a “*tratarem as pessoas com educação e carinho*”, que a delegada disse pensar as diretrizes da reforma do Nucria. Neste sentido, além do desejo de reformar “estruturalmente” ou “fisicamente” o Nucria, a delegada iniciou a reforma, que durou cerca de seis meses, com a intenção de reformar também “*a cultura dos funcionários*” e assim, modificar a “*forma como as pessoas vêm o Nucria*”. O fato de as primeiras modificações realizadas serem nos setores onde são feitos os primeiros atendimentos aos usuários do Nucria demonstra essa preocupação em modificar a forma como o Nucria era visto por estes usuários, e demonstra também uma certa concepção de polícia, que o próprio nome da delegacia expressa.

O Estado do Paraná conta atualmente com quatro diferentes Núcleos, dentro dos quadros da Divisão de Polícia Especializada da Polícia Civil, são eles: Núcleo de Combate aos Ciber Crimes (Nuciber), Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (Nurce) e o Nucria, todos têm as mesmas competências de delegacias de polícia, porém, são denominadas “núcleos”. Segundo a delegada, o Nucria não é chamado Delegacia da Criança e do Adolescente para, primeiramente, não ser confundida com a Delegacia do Adolescente Infrator, e segundo, porque no Nucria objetiva-se um “*atendimento diferenciado*” em relação a outras delegacias comuns, e ainda, para que as crianças e adolescente que tenham sido vítimas de crimes não “*sintam o peso de chegar num lugar que se chama delegacia*”. Segundo a delegada,

a criação das especializadas é para que se possa desenvolver um atendimento e um tratamento diferenciado da delegacia comum. Na delegacia você atende tudo e por isso não tem uma estrutura diferenciada de atendimento, como é na Delegacia da Mulher; do Adolescente Infrator; no

Sicride [Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas]. *É um trabalho diferente da delegacia comum. Precisa de policiais que tenham mais fino trato. Precisa de um setor de psicologia. Porque aqui não se trata com marginais, a maioria das pessoas que se atende aqui são famílias e a maioria dos crimes ocorre dentro da família. Então, tem que ter todo um jogo de cintura, um plus a mais para ter um atendimento diferenciado* (Delegada do Nucria).

Esta fala da delegada permite entrever a concepção de uma “nova polícia” e em que ela pensava quando falava de “*reformular também a cultura dos funcionários*”. Na teoria social, o conceito de *cultura policial*, conforme afirma o sociólogo Jerome Sholnick (1993, 1994), foi inspirado nos estudos sobre culturas ocupacionais desenvolvidos dentro da perspectiva do interacionismo simbólico. É um conceito que descreve as características encontradas entre os policiais, mas deixa de lado aspectos importantes, já que toma como foco de análise apenas a situação de trabalho (HAGEN, 2005). Nos estudos que vêem *cultura policial* do ponto de vista do trabalho e da ocupação, algumas das características apontadas são: desconfiança em relação aos não-policiais, solidariedade interna ao grupo, sentido de missão em relação ao trabalho, conservadorismo moral e político, machismo e ceticismo (SHOLNICK, 1993, p. 90-98), além de valorização da ação, cinismo, pessimismo, racismo e pragmatismo (REINER, 2004). Há também autores que apontam o fato de o trabalho policial implicar no uso da violência, mesmo que legalmente justificada (BITTNER, 2003, p. 98), porém, tantas outras vezes assiste-se a casos e depara-se com análises nas ciências sociais de casos em que o uso da violência por parte dos policiais ultrapassa os limites do legalmente justificado (KANT DE LIMA 1995; PINHEIRO, 1996, 1997; MESQUITA NETO, 1999; SOARES, 1996).²⁶

Esta associação entre o trabalho do policial e a violência, tanto a violência contra a qual atuam os policiais quanto a violência cometida por policiais, é recorrente no que pensam as pessoas e os próprios policiais sobre esta atividade, como demonstram inúmeras

²⁶ Segundo o cientista político Paulo de Mesquita Neto (1999), pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, a violência policial afeta um grande número de pessoas. Em um capítulo de livro intitulado *Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle* (Op. cit.), Mesquita Neto cita a pesquisa de vitimização realizada pelo CPCOC-FGV/Iser, cujos resultados mostram que entre agosto de 1995 e agosto de 1996, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 5,33% da população foram desrespeitados, 2,3% foram ameaçados e 1,1% foi agredido fisicamente por policiais. O que significa que no período de um ano, pelo menos 835.454 pessoas sofreram algum tipo de violência policial. Talvez o caso mais conhecido, e mais divulgado pela imprensa, tenha sido a “Chacina da Candelária”, ocorrido em 1993, no qual seis meninos e dois adultos “sem-teto” foram assassinados por policiais militares em frente à Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro.

pesquisas.²⁷ Em oposição a esta perspectiva, constrói-se uma “nova concepção de polícia”, fonte de inspiração da delegada do Nucria quando esta diz pretender “*reformular a cultura dos funcionários*”. Em sua perspectiva, o trabalho do Nucria em particular, e das delegacias especializadas em geral, deve ser diferenciado, no sentido referido na citação acima, onde ela fala que nas especializadas os policiais devem ter mais “*fino trato*”, não seria como nos distritos policiais comuns, conhecidos no jargão policial como “*clínica geral*”. Porém, segundo os funcionários do Nucria, o trabalho aqui realizado em nada difere do trabalho que é realizado em outras unidades policiais. Para um dos investigadores do Nucria, a natureza do trabalho de um investigador é sempre a mesma, independentemente do objeto específico com o qual lida a unidade policial em que esteja atuando. Segundo uma das escrivãs da delegacia, o que mais altera a forma de trabalho são as mudanças no quadro funcional, sobretudo mudanças de delegado, porque “*cada delegado tem uma dinâmica própria de trabalho que incide sobre todas as etapas posteriores do trabalho da equipe*”. Ou seja, os procedimentos de atendimento, confecção de *papéis* e *documentos* e atividades de investigação aqui descritos, em alguma medida, são também influenciados pela “dinâmica” que a atual delegada do Nucria procura impor à sua equipe.²⁸

Conforme transcorria a reforma, todas as salas foram pintadas, receberam novos móveis e alguns setores foram remanejados; dentre estes, foi naqueles em que há atendimento ao público (plantão e setor de psicologia) que a nova configuração trouxe mudanças à forma de trabalho. A partir do seguinte desenho pode-se ver a nova disposição dos setores do Nucria em relação à antiga.

²⁷ A mesma pesquisa CPDOC-FGV/Iser (1997 apud MESQUITA NETO, 1999) citada na nota anterior, mostra que, no mesmo período, entre os meses de agosto de 1995 e 1996, 80% das vítimas de roubo, furto ou agressão não recorreram à polícia, sendo que de 30 a 40% destas vítimas, dependendo do tipo de crime, não o fizeram porque não acreditavam na polícia ou tinham medo dela.

²⁸ Em seu já citado trabalho Schuch (2005) argumenta etnograficamente que após o ECA os novos delegados passaram a buscar desenvolver um novo estilo profissional, que almejava o rompimento com práticas, saberes e estilos de trabalho associados ao contexto anterior àquela legislação. No entanto, esta atitude era contrária à de investigadores e escrivães. Esta tensão estaria configurando um contexto de mudanças ambíguo, repleto de visões não homogêneas sobre a relevância das transformações legais em curso.



Figura 4: Croqui da planta baixa do Nucria antes e depois da reforma.

2.1.2 Delegacias “Boas” e “Ruins”: algumas formas “nativas” de classificação

Como já foi dito, o Nucria funciona desde outubro de 2004. Até hoje, teve em sua direção três delegadas, do sexo feminino. Falante e ativa, a atual delegada do Nucria é nascida em uma cidade do noroeste do Paraná. Formou-se em Direito, com licenciatura plena em Legislação aplicada e especializou-se em Direito Penal e Segurança Pública. É delegada de polícia há quinze anos. Quando há concurso na Polícia Civil, a norma diz que os primeiros colocados têm a prerrogativa de escolher a localidade em que querem atuar. A delegada escolheu ficar em sua cidade natal, para permanecer próximo à família. Depois de uma semana, foi designada para iniciar os trabalhos da Delegacia da Mulher em Foz do Iguaçu, função que ela aceitou sob o compromisso assumido pelo seu chefe – chefe da Divisão de Polícia Especializada – de que depois de Foz do Iguaçu ela seria transferida para Curitiba. Passado um ano em Foz do Iguaçu, foi transferida para uma cidade na Região Metropolitana de Curitiba, porém, preferiu retornar a sua cidade natal, onde permaneceu por doze anos.

Segundo a delegada, esse seu retorno à cidade natal foi possível porque seu chefe “teria ficado em dívida”, por não ter cumprido o acordo e tê-la alocado na Região Metropolitana e não em Curitiba. Em sua cidade natal, atuou sempre no que chama “clínica geral”, delegacias não especializadas, que atendem todas as ocorrências de uma região, onde se chega a ponto de exercer atividades como delegada de três ou quatro unidades policiais ao mesmo tempo. Segundo a delegada, é assim que se adquire experiência, “*atuando em diferentes tipos de delitos e lidando com uma diversidade de públicos e de funcionários*”. Em 2007, foi convidada a participar da Operação Verão, na qual diversos policiais são designados para trabalhar no litoral do Paraná durante o verão. Foi ao final dessa operação que surgiu o convite, por parte do chefe da Divisão de Polícia Especializada, em acordo com o Secretário de Segurança Pública, para atuar na Delegacia da Mulher de Curitiba, onde permaneceu por cerca de um ano.

A experiência na Delegacia da Mulher de Curitiba é frequentemente apontada, por diversos policiais, como uma espécie de “provação”. A atual delegada do Nucria, por exemplo, disse que “*depois de um ano, não agüentava mais mulher reclamando do marido*”. Segundo um dos investigadores do Nucria,

A Delegacia da Mulher é muito ruim de trabalhar. Mil vezes trabalhar com criança ou com homicídio. Homicídio que é bom de trabalhar. Lidar com mulher vítima é uma tristeza. Se a gente fizer uma análise bem fria, fica difícil encontrar uma mulher que de fato tenha sido vítima.

Ou seja, ainda que os policiais entrevistados digam que a mudança de unidade policial não altera a forma de trabalho, há critérios segundo os quais eles diferenciam “lugares bons” de “lugares ruins”, “crimes bons” de “crimes ruins”, critérios que vão desde a formação da equipe e a dinâmica do delegado titular, até uma possível “preferência pessoal” por determinado tipo de crime. A referência do investigador supracitado, por exemplo, se baseia em uma comparação com os tipos de delitos recorrentes no Nucria. Segundo ele, a parte mais difícil do trabalho no Nucria é a tipificação dos crimes, o que na Delegacia de Homicídios é bem mais fácil e evidente.

De acordo com esses critérios classificatórios, de “lugares bons” e “lugares ruins”, depois de um ano atuando como Delegada Adjunta na Delegacia da Mulher de Curitiba, a atual delegada do Nucria, afirma que ficou “chocada” ao chegar no Nucria. Ao reavaliar sua trajetória disse: “*eu, que sempre reclamei tanto da Delegacia da Mulher, agora estou pagando*

com a língua. Aqui é tão ruim quanto lá, mas é diferente". Em relação à Delegacia da Mulher as reclamações diziam respeito aos tipos de casos e de vítimas atendidas, geralmente definidas como *"mulheres que vêm reclamar de seus maridos num dia e que, no dia seguinte, voltam pra retirar a queixa"*. No Nucria, a delegada passou a reclamar da falta de material para a realização das atividades, da falta de condições do prédio e de uma certa *"acomodação dos funcionários"*. Assim, ao assumir a titularidade do Nucria, a Delegada resolveu providenciar a reforma do prédio e como ela mesma dizia: *"vou ficar no pé do meu chefe [chefe da Divisão de Polícia Especializada] para que o Nucria receba investimentos e para que a gente possa transformar isso aqui numa delegacia de verdade"*.

Passados alguns meses em que a delegada estava no Nucria ela descobriu, porém, que *"aqui cai dinheiro do céu"*. Foram diversas as fontes de recursos utilizados na reforma do Nucria e em investimentos em outros projetos, sobretudo de prevenção da violência contra crianças e adolescentes. Há verbas provenientes tanto da SESP-PR e da SECJ-PR, quanto do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PR) e do Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA). No entanto, a atual delegada alega que em gestões anteriores, o Nucria teria deixado de aproveitar algumas verbas pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos pelas instituições doadoras. A delegada acredita que este seu perfil, que chama de *"mais ativo"*, foi justamente a motivação do convite para que ela fosse trabalhar no Nucria.

O que ela chama de *"perfil ativo"* pode ser observado em sua fala rápida e articulada, em sua movimentação agitada e em atitudes como a que tomou antes de prestar o primeiro concurso para a Polícia Civil, ainda para escrivã, em 1990. O edital daquele concurso pretendia preencher mais de cem vagas de escrivães do sexo masculino. Diante de tal fato, a atual delegada, que na época era recém formada em Direito e advogava no interior do Estado, solicitou que o edital fosse retificado, o que foi acatado e o concurso foi aberto também às mulheres. O número de aprovadas foi bem maior do que o número de homens aprovados, assim, ela diz que seu chefe brinca *"que a culpa de ter um monte de mulher na polícia"* é dela. Ela foi uma das aprovadas, três anos após a realização do concurso chegou a cursar a Academia de Polícia, mas não assumiu o cargo, principalmente porque seus colegas de Academia diziam que ela seria uma boa delegada. Entrou então para a polícia a partir de sua aprovação, em 1994, no concurso para delegado de polícia.

A expectativa sobre a delegacia, sobretudo da SESP-PR, fica explícita na atitude que foi tomada pelo Secretário de Segurança Pública quando ocorreu em Curitiba um homicídio no qual uma mãe jogou sua filha de oito meses do sexto andar do prédio onde moravam. Segundo a Resolução que criou o Nucria e definiu os crimes de sua competência, quase todos

os crimes em que crianças e adolescentes figuram como vítimas devem ser investigados por esta especializada, com exceção de homicídios. Porém, segundo a delegada, visando alcançar visibilidade na mídia e na sociedade e porque acreditava que o Nucria contava com um setor de psicologia, o Secretário de Segurança Pública teria determinado que tal homicídio fosse investigado pelo Nucria. Note-se que a delegacia encontrava-se na fase final da reforma e, na semana em que a ré foi presa em flagrante, na qual os trabalhos de oitiva da ré e de testemunhas estendiam-se noite adentro, a delegacia foi tomada dia e noite por diversos repórteres, câmeras e fotógrafos, que na ocasião admiravam-se pelo fato de nunca terem ouvido falar em tal delegacia. Ou seja, é fundamentalmente em casos extraordinários que este tipo de instituição estatal adquire visibilidade social e midiática.²⁹

Essas observações e comentários acerca de outras delegacias, do próprio Nucria e dos critérios sobre os quais fundamentou-se a reforma desta delegacia, permitem pensar em um “modelo” de delegacia, que no caso de delegacias especializadas edifica-se um pouco em relação aos distritos policiais comuns. A reforma do Nucria pretendia “transformá-lo em uma delegacia de verdade”, com “cara de delegacia”, e a necessidade e as características do balcão deixam isso explícito. Ao mesmo tempo, deseja-se que o Nucria não pareça com uma delegacia comum, já que aqui, como diz a delegada, *“se lida com crianças e famílias o tempo todo, por isso a gente não quer um monte de policial andando armado por aí na frente das crianças”* e ainda, *“as pessoas que são atendidas aqui já sofreram uma violência, não precisam sofrer mais uma, aquela violência do Estado”*. Isto remete à questão acima apresentada, acerca de uma certa representação da polícia, enquanto instituição violenta, partilhada por policiais e não-policiais, diante da qual constrói-se uma “nova concepção de polícia” – mais humana e menos violenta, mais conciliadora e menos repressora, etc. Ou seja, nesta “nova concepção de polícia”, presente no discurso da delegada e sobre a qual se baseou a reforma do Nucria, há tanto manutenção de antigas características da polícia quanto se busca novas formas de trabalho e de relação com os usuários do sistema de polícia. No entanto, esta “nova concepção de polícia” não se constrói, na prática, sem a presença de algumas contradições entre o “antigo” e o “novo”, entre o “discurso” e a “prática”. Ao mesmo tempo em que se busca *“dar ao Nucria cara de delegacia”*, não há desejo da “cara de uma delegacia

²⁹ No entanto, exatamente no período desta ocorrência não havia psicólogos trabalhando no Nucria. Durante as duas primeiras semanas desta pesquisa o Nucria contava com uma psicóloga, que ao ser convocada através de edital de outro concurso pediu exoneração de seu cargo. A delegacia ficou cerca de cinco meses sem equipe de psicologia. Atualmente conta com três psicólogas e um psicólogo. Eles são responsáveis pelas demandas de avaliações psicológicas das crianças e adolescentes atendidas no Nucria.

comum”. A diferenciação está, no entanto, em sutilezas, tais como o fato de os policiais não andarem armados nas dependências do Nucria; na preocupação em “acreditar no que dizem as crianças e seus pais”, mais do que em duvidar; nas plantas que são distribuídas nos cantos dos corredores; na escolha de cores para a pintura de paredes; na preocupação em “tornar o espaço mais acolhedor”; etc. Quando na verdade, o que se pretende é dar condições para que, dado o caráter do trabalho do Nucria, fundamentalmente atividades técnicas de produção de *papéis* e *documentos* segundo modelos e com finalidades específicas, estas operações um tanto automáticas ou de rotinas sejam suficientemente bem feitas. O que, segundo Latour, é forte característica do *direito*:

A passagem entre o automático e o jurídico, entre o incontestável e o contestável, entre a rotina e a iniciativa é marcada por este traço que, de agora em diante, todas as correspondências devem ser registradas e não mais correspondências simples – os formulários rosas dos correios deve ser devidamente conservados no dossiê para poder replicar possíveis problemas que forem contestados. Compreende-se que entre as memórias, ampliações, avaliações, traços diversos, comprovantes e recibos, o plano de instrução suja-se rapidamente e a pasta se põe a seriamente inflar... (LATOUR, 2004, p. 94, tradução nossa).³⁰

Aqui reside um ponto de tensão, que já foi apontado mas que merece ser melhor esclarecido. Essa ideia de “nova polícia” é muito mais evidente na fala da delegada do que na de escrivães e investigadores. Inicialmente, porque as decisões tomadas pela delegada são as que de fato podem apresentar mudanças para a polícia em geral, segundo os funcionários do Nucria. Estes, por sua vez, vêem suas atividades como estando mais diretamente relacionadas à operacionalização, ou, à simples execução do trabalho policial, que consiste na maioria das vezes (sobretudo na polícia judiciária) em atividades definidas como burocráticas e investigativas.

³⁰ Le passage entre l'automatique et le juridique, entre l'incontestable et le contestable, entre la routine et l'initiative se marque d'ailleurs à ce trait que, dorénavant, tous les courriers doivent s'effectuer en recommandé et non plus par courrier simple – les formulaires roses de la Poste étant dûment conservés dans le dossier pour pouvoir répliquer si jamais des questions de délais se trouvaient contestées. On comprend qu'entre les mémoires, ampliations, expertises, traces diverses, bordereaux et récépissés, le plan d'instruction se noircisse rapidement et la chemise se mette à sérieusement gonfler...

2.1.3 Da Circulação Obrigatória dos Policiais

Os policiais que atuam no Nucria têm trajetórias bastante diferentes, mas há sempre algo em comum a todos eles: estão na Polícia Civil há pelo menos dez anos e o Nucria não é o seu primeiro local de trabalho, pelo contrário, a maioria já trabalhou em no mínimo outras cinco unidades policiais. Um dos plantonistas, por exemplo, tem quarenta e cinco anos de idade e é policial há dezenove anos. Depois de cursar os cinco meses obrigatórios na Academia de Polícia, no início dos anos noventa, foi designado para trabalhar em um município da região metropolitana de Curitiba. Depois de algum tempo foi transferido para Curitiba, onde trabalhou no Grupo Tigre³¹, na Delegacia de Furtos e Roubos, no Terceiro Distrito Policial, na Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, na Delegacia do Consumidor, no Nono Distrito Policial, no Décimo Primeiro Distrito Policial, até chegar ao Nucria, onde trabalha desde 2007. Em dezenove anos de carreira desempenhou funções as mais diversas, em nove unidades policiais, ou seja, permaneceu menos de dois anos em cada uma delas, e ainda, segundo ele, *“porque gosta de ficar bastante tempo em cada unidade”*. Ele explica que há uma norma interna da Polícia Civil que obriga que haja um “rodízio” de todos os funcionários, dos mais altos aos mais baixos cargos, todos têm que trocar de unidade policial em média a cada dois anos. Os policiais não sabem bem ao certo explicar o porquê desta norma interna, mas geralmente dizem que é para sua própria segurança. Segundo aquele investigador do Nucria, porque *“como muitos criminosos são reincidentes, permanecer mais do que dois anos em um mesmo distrito pode representar um risco... não é bom para um policial ser facilmente encontrado”*.

A mudança de unidade policial é, geralmente, designação de instâncias superiores da Polícia Civil, a qual cabe aos policiais acatar. Algumas prerrogativas são respeitadas, um policial que trabalha há anos em Curitiba, por exemplo, e que aqui tem família, tende a não ser designado para outras cidades do interior do Estado, embora isso possa acontecer. Quando é o policial quem deseja mudar a unidade em que presta serviço, ele tem de entrar em contato com algum policial da unidade na qual pretende trabalhar que aceite “trocar de lugar”, além disso, a negociação é acompanhada e deve ser autorizada pelos delegados titulares das duas unidades trocadoras. Os delegados têm uma certa autonomia para administrar suas equipes. Foi assim que a atual delegada do Nucria trouxe consigo da Delegacia da Mulher boa parte da

³¹ Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial da Polícia Civil, tem seu trabalho voltado principalmente para a solução de casos de crime organizado e sequestros.

equipe que atualmente trabalha com ela.

O quadro funcional do Nucria é composto por dez policiais civis, quatro policiais militares, quatro escrivães, quatro psicólogos, uma secretária e duas estagiárias. Como já foi dito, os policiais civis se revezam entre diversas funções, como investigação, protocolo e plantão. Já dentre os policiais militares há um revezamento entre atividades externas e internas, estas, basicamente relacionadas à investigação e à confecção de *termos circunstanciados de infração penal*.³² O trabalho de investigação do Nucria tem suas particularidades em relação às outras delegacias, segundo os policiais, sobretudo porque a maioria dos casos aqui chega a partir de denúncias pessoais, nas quais já se sabe de antemão o nome, o local de residência e, muitas vezes, até o número do documento de identidade daquele que está sendo acusado, visto que em quase noventa por cento dos casos o denunciado é parente ou alguém muito próximo à vítima. Assim, boa parte do tempo dos investigadores é dedicada ao plantão e à confecção dos *boletins de ocorrência* e às atividades administrativas, como entregar *intimações* a *noticiados* e testemunhas, e distribuir os *documentos* produzidos pelo Nucria a outras instituições. Assim, o tempo de trabalho dedicado às atividades propriamente investigativas é relativamente pequeno, se comparado a essas outras atividades, mas é a investigação o trabalho mais valorizado pelos policiais. Como fica claro na seguinte fala, orgulhosa, de um investigador de polícia diante de suas conquistas na resolução de um caso “bom”:

Hoje à tarde vai ferver aqui, porque vai vir um preso dos bons, que é pra eu poder inaugurar o meu banner novo. Porque, de que adianta gastar setenta reais em um banner novo e não usar.

Na ocasião, ele se referia, durante o horário do almoço, ao fato de que naquela tarde,

³² Termo circunstanciado de infração penal é o documento redigido em casos de crimes para os quais a pena máxima é inferior a dois anos de reclusão. É o procedimento utilizado pela autoridade policial militar (desde a lei 9.099/95) para encaminhar os casos de menor gravidade diretamente aos juizados especiais criminais, sem a necessidade de instauração de inquérito policial. Nele, qualifica-se a vítima, o noticiante e o noticiado, seguindo o mesmo critério de qualificação utilizados nos boletins de ocorrência (tais como: nome, sexo, idade, filiação, estado civil, naturalidade, número de documento de identidade, endereço residencial e comercial, telefone). No termo circunstanciado de infração penal o policial redige a versão do noticiante. No mesmo dia da denúncia, o noticiante deixa a delegacia com a data em que deverá comparecer no Juizado Especial Criminal. Antes dessa audiência em juízo, é acrescentado pelo policial responsável pelo termo circunstanciado de infração penal a versão do noticiado, colhida no Nucria em interrogatório posterior à intimação do noticiado. Assim, o juiz que procederá o julgamento e o possível acordo para o caso conta com as duas versões, redigidas de forma geralmente sucinta por um policial militar.

policiais militares escoltariam do Centro de Triagem de Piraquara ao Nucria um *réu* preso e ele, o investigador, poderia fotografar o *réu* diante dos novos *banners* que haviam recentemente sido confeccionados com as logomarcas do Nucria e da Polícia Civil.³³ Segundo o investigador, o caso era de um “*cara que violentou o sobrinho e desgraçou a vida de uma família*”, ele disse:

Pra você ter uma idéia, o cara é tão ruim, bandido, cachorro, lazarento, que os caras [bandidos] entraram no barraco dele, deram quatro tiros, pegou tudo de raspão e ele não morreu. Um tiro pegou na mãe dele e ela morreu. A família ficou cuidando dele, dava comida, roupa e cigarro, e mesmo assim o cara estuprou o sobrinho. Então, ele fugiu para Santa Catarina, estava lá em Jaraguá do Sul. Eu então corri atrás, consegui um mandado de prisão pro cara, que demorou quinze dias. Daí consegui entrar em contato com um delegado daqueles bons, lá em Jaraguá. Enviei o mandado às 17h15 e às 18h o delegado ligou dizendo que estava lá com ele. Daí eu contei pro delegado o que o cara tinha feito, mas ele disse que não queria nem saber, que estava mandando o vagabundo pra cá. Ele foi direito pro CT [Centro de Triagem]. Por sinal, o nosso CT é muito bom! É por isso que hoje ele vem pra cá já com o uniforme laranjinha do nosso CT, daí ele já sai de uniforme nas fotos com o banner novo.

Esse é o tipo de trabalho investigativo que é valorizado e desejado pelos investigadores de polícia no Nucria, casos que, segundo um dos investigadores, possam lhe “dar prestígio”, ainda que um outro policial tenha dito que:

Tem muita gente que desiste de ser policial porque começa a carreira pensando que vai ter prestígio. Não dá pra dizer que dá pra enriquecer como policial, a maior recompensa é a satisfação pessoal. Se você entra pra uma carreira dessa achando que vai ter prestígio, você se decepciona, já que o prestígio é muito relativo, pois uma hora você está em uma delegacia boa, mas depois está numa delegacia ruim. Num momento você pode estar fazendo ótimos trabalhos, mas de repente, muda a política e você pode ficar encostado num local. A gente tem que gostar bastante do trabalho pra permanecer e procurar realizar um bom trabalho. [...] Hoje estou numa

³³ Piraquara é uma das cidades da Região Metropolitana de Curitiba.

unidade que trabalha com crianças e adolescentes vítimas de crimes, mas amanhã, no futuro, não sei. Do meu passado eu sei o que fiz. Eu não imaginava que ia trabalhar numa delegacia dessas, agora que eu estou trabalhando aqui, estou procurando desempenhar o melhor trabalho possível. Amanhã eu posso estar numa outra delegacia e vou procurar desempenhar o melhor trabalho possível também.

Para além das diferenças de estilo e de representação acerca do trabalho policial, interessa afirmar que, dentre tantos casos semelhantes, para os quais os procedimentos tendem a se repetir, bastando que as atividades técnicas sejam suficientemente bem realizadas, alguns casos são extraordinariamente reconstruídos a partir de certos atributos, que envolvem geralmente dificuldades na investigação e a capacidade individual ou de uma equipe em sua resolução, e um sentimento de *justiça*. Naquela tarde, um dos policiais militares alocados no Nucria dizia: “*não me deixe chegar perto dele senão dou umas cotoveladas nele*” e, quando chegou a viatura da polícia militar que conduzia o *réu*, um dos investigadores do Nucria dizia à escritã que iria colher o depoimento do acusado: “*já chegou o de hoje, está até embrulhado pra presente*”, se referindo ao uniforme laranja usado pelos internos do Centro de Triagem.

Além das constantes mudanças de unidades, a carreira dos policiais é permeada por constantes promoções. A carreira de investigador de polícia, por exemplo, é dividida em cinco níveis. Inicia-se a carreira como investigador de quinta classe e termina-se a mesma na primeira classe. O investigador supracitado, que está há dezenove anos na polícia, está na segunda classe, e suas promoções foram acontecendo à medida em que realizava cursos – os de reciclagem, oferecidos pela Escola Superior da Polícia Civil e outros, como os que realizou na Escola de Governo do Estado do Paraná. Segundo ele, a realização de cursos “*não é obrigatória, vai do interesse de cada um e pode acontecer de a unidade ver a necessidade de o funcionário fazer um curso específico e inscrevê-lo, mas o policial também pode procurar se inscrever por conta própria*”. Para subir de nível há uma lista tríplice feita pelo Conselho da Polícia Civil, com o nome de três policiais aptos a subir de nível. Nesta lista, a cada um dos policiais é conferida uma pontuação, baseada nos critérios de tempo de serviço, ficha policial, análise dos cursos que fez, avaliação da chefia e outros. Em seguida, esta lista é enviada ao Governador do Estado que, segundo esses critérios de pontuação e de acordo com as necessidades apontadas pela SESP-PR, promove ou não os nomes da lista, que não é classificatória, ou seja, pode acontecer de o terceiro nome da lista ser promovido e os outros dois não, por exemplo.

A carreira de escrivão é dividida em quatro classes e os dois critérios mais relevantes para a ascensão na carreira são: antiguidade e formação. O Nucria tem quatro escrivãs, todas mulheres com mais de quarenta anos de idade; trabalham na Polícia Civil desde quando o nível exigido no concurso para escrivão de polícia era o Ensino Médio. Atualmente, este mesmo cargo é destinado a candidatos que tenham concluído algum curso de nível superior. Em geral, assim como ocorre com outros cargos da Polícia Civil, a carreira de um escrivão tem início em distritos do interior do Estado ou em cidades da região metropolitana de Curitiba. Uma das escrivãs do Nucria, por exemplo, entrou para a polícia no último concurso para o qual era exigido o nível médio, há oito anos, e começou atuando na região metropolitana de Curitiba. Em seguida foi transferida para a Delegacia da Mulher, ainda na região metropolitana e está no Nucria desde 2006. Ela confirma que seu desejo era trabalhar na capital, não importando muito em qual delegacia, quando surgiu a oportunidade de vir para o Nucria, de imediato ela aceitou. Assim como os investigadores, as escrivãs afirmam que o trabalho por elas realizado não sofre muitas alterações quando muda o objeto da unidade policial. Como já foi dito, segundo uma das escrivãs, *“o que mais altera a forma de trabalho são as mudanças no quadro funcional, principalmente mudanças de delegado, porque cada delegado tem uma dinâmica própria de trabalho, que incide sobre todas as etapas posteriores do trabalho policial”*. Essa mesma escrivã, que ainda está na terceira classe, diz que pretende fazer o curso superior em Segurança Pública da Escola de Governo para poder subir de classe, já que, como ela diz *“tenho vergonha diante dos colegas que fizeram escola de formação comigo, há oito anos, e já são escrivães de segunda ou de primeira classe”*. Sua justificativa para o fato de não ter conseguido concluir o curso de graduação em administração, que começou há alguns anos, é a quantidade excessiva de trabalho. Esse mesmo fato é visto como causa de certa frustração para as quatro escrivãs do Nucria. Devido a quantidade de trabalho, considerada muito grande, não daria tempo de cumprir todo o serviço de forma satisfatória. É notável que quase todos os *inquéritos policiais* do Nucria não sejam finalizados no prazo máximo legal, de trinta dias, depois dos quais quase todos os *inquéritos* são encaminhados ao juiz e ao promotor de justiça com solicitações como a seguinte:

Certifico para os devidos fins que não foi possível dar continuidade ao presente caderno investigatório, tendo em vista o acúmulo involuntário de serviço ocasionado pelos outros inquéritos vencendo em mesmo período, e demais procedimentos em trâmite neste cartório; sendo que o presente Inquérito encontra-se com o prazo legal exaurido, permanecendo diligências

faltantes, assim faço conclusos a Dra. Delegada de Polícia, para deliberações cabíveis. O referido é verdade e dou fé. Curitiba, oito dias do mês de abril de dois mil e oito. Eu, Escrivão de Polícia que o subscrevo.

A pesquisa de campo permitiu observar que, de fato, ao menos no Nucria, as escrivãs têm maior quantidade de trabalho que investigadores. No entanto, não é essa a realidade encontrada em outras unidades policiais. Um investigador explica que em alguns distritos policiais, dependendo do tipo de delito, a equipe de investigação trabalha mais que os escrivães. Acontece no Nucria que, segundo a delegada, o elemento mais importante para constituir a materialidade da denúncia é o depoimento das partes envolvidas:

*Muitas vezes, não há muito que examinar ou investigar. Muitas mães demoram para virem fazer a denúncia de crime sexual, por exemplo, e daí, se existiam marcas corporais que pudessem aparecer em exame de conjunção carnal já não apareceriam mais. Então, nos resta acreditar na palavra da mãe e da vítima. **Essa palavra é a nossa maior prova.***

É nesse sentido que as escrivãs e a delegada reivindicam junto à Divisão de Polícia Especializada o aumento do efetivo de escrivães no Nucria. Não nos adiantemos, as escrivãs só entram em cena depois que o *boletim de ocorrência* vai para as mãos da delegada e esta, por meio de uma *portaria*, instaura um *inquérito policial*. Antes disso, é preciso começar a perseguir os *documentos* produzido no Nucria, começando por aquele que pode ser considerado como um primeiro passo do *direito*: o *boletim de ocorrência*.

2.2 O BOLETIM DE OCORRÊNCIA: OUVINDO E ESCRREVENDO UM CASO

São duas as principais vias de acesso dos “crimes em tese” ao Nucria: a *notificação* e a *denúncia*. Diante de *denúncias*, geralmente anônimas, realizadas via telefone, a atitude normal da delegacia é a dúvida e a hesitação. Diante de *denúncias* produz-se um documento chamado *auto de verificação de procedência*, assinado pela delegada, documento a partir do qual a equipe investigativa do Nucria sai em busca de indícios de que o crime tenha de fato ocorrido. De outro modo, as *notificações* são feitas pessoalmente, de segunda a sexta-feira entre as nove

e as dezoito horas, no Nucria, por mães, pais e/ou responsáveis, professores, conselheiros tutelares e outras pessoas que, a partir do momento em que *notificam* a ocorrência de um crime, passam a ser tratadas como *noticiantes*. Nestes casos, que geram *boletins de ocorrência*, a atitude normal da delegacia é acreditar e não hesitar, como era diante das *denúncias*. A participação de conselheiros tutelares, profissionais da área da educação e da saúde nas *notificações* de crimes ao Nucria é bastante importante. Por ser uma instituição recente e pouco conhecida da população de Curitiba, mães e pais muitas vezes chegam ao Nucria aconselhados por aqueles profissionais, conselhos que quase sempre vão no sentido de buscar formalizar uma demanda junto à delegacia especializada.³⁴ Muitas vezes, os próprios conselheiros tutelares, por exemplo, figuram em *boletins de ocorrência* na condição de *noticiantes* ou de *testemunhas*. Segundo o artigo 246 do ECA passou a ser crime deixar de denunciar à autoridade policial ou judiciária competente crimes contra crianças ou adolescentes:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente (artigo 246 do ECA).

Em um caso que será retomado diversas vezes neste capítulo, na *declaração* dada pela mãe da vítima ao Nucria, redigida em cartório, pode-se ler:

(...) que depois de saber tudo ela começou a “ligar os pinos” e começou a lembrar que muitas vezes ela chegou em casa e a menina estava chorando; que a primeira coisa que a noticiante fez depois que ouviu todo o histórico

³⁴ Em 21 de julho de 2009 foram divulgados os resultados de uma pesquisa realizada pelo Governo Federal em parceria com o Unicef na qual Foz do Iguaçu, cidade paranaense da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, ocupa o topo da lista do Índice de Homicídios na Adolescência. A pesquisa teve repercussão nacional, mas ganhou especial atenção nos jornais televisivos e impressos paranaenses. No dia seguinte à divulgação dos resultados da pesquisa, a professora Priscilla Placha Sá, mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, foi convidada a opinar em edição de jornal televisivo da Rede Paranaense de Comunicação na condição de especialista em Direito. Durante a entrevista, enfatizou a importância de as pessoas efetuarem denúncias, ressaltou que há diversos canais de comunicação destinados a isso e que em Curitiba as denúncias de crimes contra crianças poderiam ser feitas diretamente no Nucria, segundo ela, uma delegacia recente e desconhecida da população em geral. Em geral, órgãos como o Nucria ganham reconhecimento em casos extraordinários, que o coloca diante dos holofotes da imprensa, mas não têm uma divulgação continuada.

*da menina, esta ligou para seu marido que na ocasião estava em São Paulo e foi bem direta perguntando o que ele tinha feito com a menina e ele negou tudo; que em seguida após desligar o telefone a noticiante foi até a FAS [Fundação de Assistência Social da Prefeitura de Curitiba], para tentar conversar com um advogado e não conseguiu vaga então resolveu ir ao Conselho Tutelar pedir uma orientação a qual foi atendida, orientada e encaminhada para os lugares certos e que não quis ir para a Pousada de Maria pois preferiu por causa dos filhos ficar em casa de parentes (...)*³⁵

Encontrar os órgãos estatais competentes para as respectivas demandas nem sempre é fácil. Em casos de crimes contra crianças e adolescentes a coisa se complexifica um pouco mais. A *notificação* ou não de um crime à autoridade policial ou judiciária competente passa antes pela identificação, por parte daqueles que *notificam*, de um fato social enquanto crime. Inúmeros são os casos *notificados* ao Nucria em que os responsáveis pelas denúncias sabiam há algum tempo da ocorrência dos fatos relatados mas não os associavam a crimes legalmente reconhecidos e passíveis de julgamento e condenação. Um exemplo foi relatado por uma mãe de cerca de 40 anos, moradora da periferia de Curitiba, proveniente de uma pequena cidade do interior do Paraná, que dizia que seu marido – pai de suas duas filhas – mantinha relações sexuais com a mais velha, de doze anos, desde que essa tinha dez anos de idade. Em conversa informal enquanto esperava para registrar o *boletim de ocorrência*, disse que seu marido sempre dizia que quem tinha que tirar a virgindade da filha era o pai, e que esse era o costume. Ela dizia que não achava normal, mas sempre que tentava se opor a tal prática, o marido reagia violentamente contra ela e as filhas. Assim, ela dizia não tomar nenhuma atitude pensando em se proteger e proteger as filhas das possíveis reações violentas de seu marido. Ela disse, na ocasião, que ficou sabendo que aquela atitude de seu marido era criminosa e que ela deveria ir à delegacia quando sua filha abortou espontaneamente um feto de quatro meses, recebeu atendimento médico e no hospital foi orientada a *notificar* a ocorrência ao Nucria.

³⁵ O caso referia-se ao abuso sexual cometido pelo pai contra sua filha de oito anos. Segundo os relatos da vítima e da mãe da vítima, o noticiado – na ocasião o pai da menina – começou a molestar sexualmente sua filha quando esta tinha oito anos de idade, situação que perdurou por mais de quatro anos, quando ele de fato consumou ato sexual e a menina, então com doze anos, engravidou de seu próprio pai. Seis meses após o nascimento da criança, por causa de desentendimentos entre a adolescente e sua mãe, a menina acabou contando quem era de fato o pai daquela criança, foi então notificado o crime ao Nucria. O caso foi capitulado nos artigos 213 (constranger mulher à conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça) e 214 (constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal) do Código Penal Brasileiro.

Este caso é interessante, pois denota a existência de diferentes sensibilidades no que se refere à identificação de atos criminosos. A perspectiva daquela mãe, por exemplo, que não considera nem “normal” nem “absurda” a atitude de seu marido é oposta a uma certa sensibilidade de classe média urbana que classifica imediatamente a prática de um pai que mantém relações sexuais com sua filha como criminosa. Ou seja, o caso demonstra a necessidade de especialistas que “ensinem” o que é crime e que mostrem o caminho correto da busca pelo “direito”, já que esta sensibilidade parece mais fortemente encontrada nas classes médias urbanas e na própria lei. Como já foi dito, a criação de instituições como o Nucria também demonstram essa preocupação com a existência de especialistas que “ensinem” a população.

O Nucria foi criado pela Resolução nº 120, de 18 de maio de 2004, da SESP-PR enquanto instituição competente “para operacionalização das atividades inerentes à polícia judiciária na investigação de ilícitos penais praticados contra crianças e adolescentes”, o que envolve também, segundo a mesma Resolução, providências como: “conscientização da sociedade sobre os crimes praticados contra as crianças e os adolescentes”; “integração entre os órgãos e entidades de defesa da criança e do adolescente”; “participação nas campanhas de combate aos crimes contra as crianças e os adolescentes”; “estabelecer intercâmbio com as demais unidades policiais civis, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público estadual e federal e com os Conselhos Tutelares”; e a “criação de um centro de estudos de violência sexual infanto-juvenil”. Ou seja, é uma das atribuições do Nucria atuar como especialista que “ensine” e “conscientize” a população acerca dos crimes praticados contra as crianças e os adolescentes e incentive a procura pelas vias legais de resolução deste tipo de conflitos.

As duas vias de acesso de crimes ao Nucria são portanto a *denúncia*, que gera o *auto de verificação de procedência* e a *notificação*, que produz o *boletim de ocorrência*. Além da já mencionada diferença entre as atitudes mais comuns da delegacia diante de cada um destes *papéis* – hesitação e crença, respectivamente –, outra grande diferença é relacionada ao anonimato e ao papel assumido por aquele que figura na condição de *noticiante* de um crime, sendo que as duas características podem estar relacionadas. De outro modo, o fato de o *boletim de ocorrência* ter alguém que assume a responsabilidade pelo que está sendo dito à autoridade policial o torna talvez mais crível e menos dubitável, em relação à *denúncia*. E, em certa medida, o *boletim de ocorrência* permite melhor observar a transformação de um “fato social” em um “fato de direito”, ou seja, a construção de um “universo jurídico”.

O primeiro atendimento a qualquer pessoa que chegue ao Nucria é feito no plantão, que antes da reforma e da instalação do balcão, era uma sala grande com três mesas e algumas

cadeiras, disposição que não permitia distinção muito clara entre funcionários e usuários. Como já foi dito, muitas das pessoas que procuram a delegacia o fazem decididas a registrar uma ocorrência, principalmente quando vêm seguindo orientações de outros órgãos, já esclarecidas quanto aos procedimentos e, eventualmente, das consequências que uma denúncia pode ter. O registro de ocorrências é realizado por policiais civis. No total, atuam na delegacia dez investigadores, os quais se revezam em funções como plantão, investigação e atividades protocolares. O fluxo de investigadores que atuam como plantonistas varia de quatro a seis funcionários, que efetuam os registros de ocorrência em dois turnos durante o dia. Como a maioria dos casos chega ao Nucria a partir de encaminhamentos de outras instituições, são raros os casos em que não se registra a ocorrência. Por dia, é registrada uma média de três a cinco ocorrências, número considerado pequeno por todos os funcionários do Nucria, sobretudo quando comparado a outros distritos policiais nos quais haviam trabalhado. Porém, como afirma um dos investigadores, *“a diferença é que aqui cada registro de ocorrência dá prosseguimento a um procedimento”*. Durante o restante do dia, os plantonistas auxiliam outros funcionários em diversas atividades, fornecem esclarecimentos por telefone, recebem e orientam as pessoas que chegam à delegacia para prestar depoimento junto a um dos três cartórios, etc.

Registrar uma ocorrência consiste, geralmente, em perguntar à pessoa que *notifica* um crime os diversos itens constantes no *boletim de ocorrência* e questionar o *noticiante* sobre uma breve descrição do fato ocorrido, de forma que seja possível ao investigador plantonista capitular o delito de acordo com o devido artigo do Código de Processo Penal. O tom de voz utilizado pelos policiais que registram as ocorrências é um tanto automatizado, tanto na solicitação de dados como nome, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número de documento, sexo, grau de instrução, estado civil, ocupação, parentesco com o envolvido, quanto nas perguntas feitas visando descrever o fato ocorrido. Os investigadores dizem que tentam sempre fazer perguntas do modo mais imparcial possível, mas suas práticas e atitudes corporais acabam por demonstrar diferentes sensibilidades no atendimento a públicos diferenciados. Segundo um dos investigadores do Nucria,

é preciso bastante sensibilidade para escrever brevemente aquela longa história que a pessoa está te contando. Em outras delegacias, nem tanto, mas aqui no Nucria, sim. A gente trabalha com criança né, e se a gente não entende direito o que aquela mãe ou alguma outra pessoa está contando, a gente arrisca tipificar o crime de forma errada, o que pode até mesmo

colocar a vida da criança em risco.

Em um primeiro caso, o investigador recebeu um telefonema de um hospital especializado no atendimento de crianças e adolescentes informando que estava encaminhando ao Nucria a mãe e o pai de uma menina de dez anos que havia sido molestada sexualmente pelo tio, irmão do pai da garota, morador de outra cidade, quando este passava por Curitiba. Não é sempre que o hospital telefona avisando que encaminhou alguém, mas como já era final de tarde, próximo do horário em que o Nucria encerra suas atividades, a equipe do hospital preferiu telefonar avisando para que aquele casal não perdesse sua viagem até a delegacia. Ao desligar o telefone, o investigador veio até a sala onde eu ficava pesquisando nos *boletins de ocorrência* avisar-me que se eu quisesse acompanhar o registro de uma ocorrência, estava indo para o Nucria um casal com “*um caso daqueles bons*”. Já no fim do expediente, alguns dos funcionários que se preparavam para voltar às suas casas resolveram adiar sua partida e ficaram na expectativa da chegada do casal. Nesses minutos de espera, os comentários eram os mais diversos. O relato feito ao telefone pela enfermeira do hospital era breve, mas abriu brechas para diversas especulações, sobre a família, sobre o criminoso e sobre o caso. O clima de tranquilidade do final de expediente de um dia chuvoso transformou-se em um clima de ansiedade, no qual o plantonista que havia atendido o telefonema e que já havia deixado claro para todos os funcionários que ele registraria a ocorrência andava de um lado para outro enquanto aguardava a chegada dos *noticiantes*. Ou seja, havia uma certa expectativa coletiva bastante diferente do tom enfadonho mais comumente encontrado nos *documentos* ou de atitudes que girem em torno da imagem da *indiferença*.

O casal chegou, reclamando da chuva e das condições do transporte público em Curitiba. O homem sentou-se ocupando todo o assento da cadeira e a mulher ocupou apenas a ponta do assento, não chegando a tocar no encosto da cadeira. O plantonista, que já estava instalado em sua cadeira, diante do computador, conteve a ansiedade até então demonstrada e, deixando as especulações de lado, passou a seriamente registrar as informações prestadas pelos *noticiantes*. A mãe da garota mexia agitadamente nos papéis que trazia em sua pequena bolsa artesanalmente confeccionada em tricô: cópias de documentos seus, de seu marido e de sua filha e alguns papéis fornecidos pelo hospital. Seu marido tentava constantemente acalmá-la, repousando a mão em seu ombro e ajudando-a com os papéis. Assim como ela, falava alto e tinha um discurso um tanto repetitivo e enérgico, ambos usavam xingamentos para se referir àquele que estava sendo denunciado. A agitação que era antes vista no policial passou a ser

vista nas atitudes do casal *noticiante*. O policial poucas vezes tirou os olhos da tela do computador para olhar para a mãe ou para o pai da garota. Depois de impresso o *boletim de ocorrência*, solicitou a assinatura do casal, assinou também aqueles papéis e ao se despedir do casal, olhou-os nos olhos e disse que sentia muito e que “*aquele infeliz*” – foi como chamou o *noticiado* – deveria pagar pelo que tinha feito. O casal deixou a sala, e o investigador olhou para mim e animado perguntou: “*Viu como é que se faz?*”.

A exclamação do policial – “*aquele infeliz tem que pagar pelo que fez*” – sugere a existência da existência dois níveis diferentes de “falas”: uma “institucional” e outra dos “bastidores” (ABREU, 2005). O argumento desenvolvido por Abreu de que a linguagem “institucional” e a linguagem dos “bastidores” “são duas maneiras completamente diferentes de expressão, quanto ao vocabulário, à postura e à ‘intimidade’” (*Ibid.*, p. 332) é fundamental para a compreensão dos usos que se faz da “fala” no Nucria. É através da “fala” – de sua forma e de seu conteúdo (as palavras) – que os policiais estabelecem relações de maior ou menos proximidade com crianças e adolescentes, mães, pais ou responsáveis, *noticiantes* e *noticiados*. Segundo Abreu, a linguagem “regimental” (ou “institucional”) nega a troca, a pessoalidade e a contingência. No Nucria, a “linguagem institucional”, antes de estar no *papel* e no *documento*, está no modo de fazer as perguntas “regulamentares” e obrigatórias. Assim, é somente na linguagem dos “bastidores” que o policial encontra a possibilidade de expressão da troca e da pessoalidade, na medida em que “nós policiais faremos de tudo para que aquele infeliz pague pelo que fez”.³⁶ No primeiro contato entre *noticiantes* e policiais costuma haver troca de palavras (mas também de expectativas), ainda que às vezes se troque também silêncios, tanto de um lado quanto do outro. O silêncio, neste contexto, faz parte também da fala “regimental”, já que todos os casos de crimes que envolvem crianças e adolescentes, sejam eles vítimas ou autores, devem ser mantidos em “segredo de justiça”. O silêncio retorna, muitas vezes, nas atitudes de *noticiados* em seus depoimentos, momento no qual a expectativa gira em torno da palavra e, se possível, da confissão.

Em outro caso, uma mãe veio ao Nucria com sua filha de oito anos de idade *notificar* que seu companheiro vinha abusando sexualmente de sua filha há mais ou menos um ano. A menina permanecia quieta, apesar de algumas tentativas de aproximação por parte do policial, que perguntou se ela queria pipoca. A mãe, que tinha entre 30 e 35 anos, empregada doméstica, falava baixo e pediu à sua filha que se sentasse em uma cadeira um pouco mais

³⁶ É possível pensar na “linguagem de bastidores” em dois sentidos: os comentários dos policiais enquanto esperam o casal chegar e a fala dirigida ao casal ao final do registro da *ocorrência*; sendo a primeira mais de “bastidor” que a segunda.

distante, porque ela queria “*conversar com o tio*”. Ela disse que não queria que sua filha a visse contando o ocorrido a pessoas estranhas, já que a própria menina tinha resistido bastante em contar o que vinha acontecendo, até mesmo para ela, sua mãe. Aquela mãe falava baixo, mantinha as costas curvadas, o olhar baixo e um tom de voz lamuriento enquanto relatava ao policial o que sua filha tinha lhe contado há poucas horas atrás. Nessa ocasião, a policial plantonista pacientemente perguntou os dados da *noticiante*, da criança e daquele que estava sendo acusado, sem perguntar maiores detalhes sobre os fatos que haviam sido contados por aquela mãe, preencheu a maioria dos itens do *boletim de ocorrência* e descreveu da seguinte maneira o crime que passaria então a ser investigado:

Relata a notificante, mãe da vítima, que o noticiado, seu companheiro há três anos, vem mantendo relações sexuais com sua filha de oito anos, vítima, relata ainda que trabalha como empregada doméstica em uma casa de família próxima à sua casa e que deixa sua filha na escola às sete horas e trinta minutos da manhã todos os dias e que antes do almoço sua mãe, avó da menina, a pega na saída da escola e que é na casa da avó que a menina passa as tardes até que ela saia do serviço, relata ainda que há cerca de um ano, algumas vezes quando foi buscar a menina na casa de sua mãe, esta lhe dizia que seu companheiro já havia levado a menina para casa, a notificante disse que foi sua filha quem lhe contou o que vem acontecendo.

Em geral, quando há mais pessoas na sala do plantão, sobretudo em situações de denúncia de crimes sexuais, como atentado violento ao pudor e estupro, os *noticiantes* costumam falar baixo. Porém, como o número de registros de ocorrência é relativamente pequeno, não costuma haver muita gente na sala do plantão, a não ser funcionários da delegacia e pessoas esperando para prestar depoimento, que em geral, permaneciam sentadas nas cadeiras dispostas nos corredores. Assim, ao chegar ao Nucria, a pessoa que queira realizar um registro de ocorrência é prontamente atendida. Quando é caso de crimes nos quais a máxima pena possível é menos de dois anos de reclusão o *termo circunstanciado de infração penal* é realizado logo após o registro da ocorrência, por um dos quatro policiais militares alocados no Nucria.

Em relação aos *noticiantes*, é possível perceber que suas atitudes, seu tom de voz e a escolha das palavras utilizadas variam não somente conforme a quantidade de pessoas presentes na sala do plantão, mas também conforme o grau de proximidade que o mesmo tem

com a vítima e com o *noticiado*. São inúmeros os casos em que pessoas vinham cometendo crimes há algum tempo, geralmente crimes sexuais ou violência doméstica, e são descobertos por outros parentes. São esses, em geral, os casos que são expressos nos maiores termos da indignação e da surpresa, sentimentos presentes em falas como “*Eu não acredito que ele pôde fazer isso*”. No entanto, em quase todos os relatos – contados por parentes ou por pessoas distantes – a indignação é atitude presente, indignação esta quase sempre relacionada ao estatuto de crianças e adolescentes, vistos como seres em desenvolvimento e incapazes de bem se defenderem sozinhos. Esta indignação está presente tanto nos discursos de *noticiantes* quanto nas falas dos diversos funcionários envolvidos nessa produção do *direito institucionalizado* de crianças e adolescentes.

A maioria das denúncias é feita por pais e mães, ou outros parentes e/ou representantes legais de crianças e adolescentes. São raras as vezes em que crianças comparecem junto com estes à delegacia já no momento da primeira *notificação*. Assim, as poucas crianças vistas no plantão, geralmente aguardam para prestar depoimento junto a um dos cartórios ou para avaliação psicológica. Depois da instalação do balcão no plantão, o procedimento de confecção do *boletim de ocorrência* mudou um pouco. Primeiramente, o policial do plantão entrega ao *noticiante* uma folha de papel, em uma prancheta, onde são preenchidos alguns dados como nome, idade, número de documento de identificação, endereço, telefone, grau de parentesco entre *noticiante*, *noticiado* e vítima, enfim, os primeiros dados referentes à qualificação das pessoas envolvidas no que em seguida será relatado em outra sala. O mesmo plantonista faz algumas primeiras perguntas, sobre a ocorrência, visando compreender se a *notificação* configurará ou não um delito legalmente punível. O restante do procedimento é, depois da reforma, realizado na sala que anteriormente era o refeitório, ao lado do plantão (Figura 5).

Esta sala recebeu três mesas separadas entre si por divisórias, nas quais os funcionários preenchem as lacunas da versão digital do *boletim de ocorrência*, juntamente com o *noticiante*. A intenção, segundo a delegada, era conferir maior privacidade no momento da confecção dos boletins, que, como foi dito, eram feitos no plantão, em frente a qualquer pessoa que lá estivesse. A partir desse momento, no qual é preenchido o *boletim de ocorrência*, os dados fornecidos pelo *noticiante* – seus, da vítima e do *noticiado* – passam também a estar disponíveis para consulta por qualquer policial em computadores autorizados através de um sistema interno de compartilhamento de informações, que integra as polícias Militar e Civil. O atendimento ao público ganhou maior formalidade. Agora, qualquer um que chegue ao Nucria sabe que quem está do lado de dentro do balcão é um funcionário da

delegacia e antes da existência do balcão essas posições não estavam visivelmente definidas. Ou seja, as expectativas depositadas na reforma pela delegada, que pretendiam também reformar a “cultura dos funcionários” tiveram alguns impactos sobre a dinâmica e a forma de trabalhar de alguns setores da delegacia.



Figura 5: Sala de confecção de *boletins de ocorrência* e *termos circunstanciados de infração penal*.

Os *boletins de ocorrência* geralmente não ultrapassam duas folhas impressa nas quais constam as informações pessoas do *noticiante*, da vítima e do *noticiado*, além da *descrição sumária dos fatos*, segundo a delegada, a parte mais importante deste documento. Do plantão eles seguem para a mesa da delegada, que diante do relatado instaura ou não um *inquérito policial*.

2.3 O INQUÉRITO POLICIAL: JUNTANDO DOCUMENTOS E PROVANDO A MATERIALIDADE DO CRIME

Tendo chegado ao meu conhecimento através do ofício nº 30/03 e ofício nº 10/2003, bem como as declarações da menor G. F., que informaram que a mesma fora vítima de violência sexual por parte de seu pai S. F., e que deste relacionamento resultara no nascimento de uma criança, instaurou Inquérito Policial para apurar os fatos e determino as seguintes providências:
Registre-se e Autue-se esta.

Junte-se os documentos acima mencionados.

Junte-se as fotocópias do relatório do plantão.

Junte-se o termo de encaminhamento do Conselho Tutelar.

Junte-se as declarações prestada pela menor.

Junte-se fotocópia da Certidão de Nascimento da menor.

Junte-se cópia da guia requisitando perícias ao Instituto Médico Legal.

Junte-se as declarações da mãe da menor.

Junte-se os depoimentos colhidos das testemunhas.

Proceda-se à qualificação, pregressa e interrogatória do pai da menor, autor dos fatos.

Proceda-se às comunicações de estilo.

Junte-se o laudo de conjunção carnal.

Cumpra-se.

Voltem-me, para outras providências.

Este é um exemplo de *portaria*, documento através do qual é instaurado *inquérito policial*. A *portaria* é redigida pela delegada a partir da leitura do *boletim de ocorrência*, consiste basicamente em um resumo do fato que motivou a autoridade policial a instaurar o *inquérito* e da listagem das diligências que deverão ser realizadas pelos investigadores, escrivães e outros agentes técnicos. Assim, os diversos funcionários do Nucria passam a desenvolver seus trabalhos em prol da confecção do *inquérito policial*.³⁷

A partir da *portaria* e no decorrer do *inquérito policial*, aquela breve descrição da *notificação* feita pelo *noticiante* vai se distanciando cada vez mais do fato relatado, com o objetivo de compor um dossiê que possa materialmente comprovar a existência do crime. Os dados levantados até o momento sugerem que, na grande maioria dos casos investigados pelo Nucria, a materialidade reside na palavra de vítimas e *noticiantes*, mais do que em provas materiais, exames de corpo delito ou declarações de testemunhas. Nesse sentido, para além dos diversos documentos que buscam qualificar as diversas partes citadas no *boletim de ocorrência* e documentos que comprovem a materialidade do crime (cópias de certidões de

³⁷ Quando há prisão em flagrante, é produzido um documento chamado auto de prisão em flagrante, que consiste em apresentação à autoridade policial de caso sujeito a autuação em flagrante do conduzido e dispensa a elaboração de portaria policial de instauração de procedimento, já que ali estão configuradas todas as diligências a serem elaboradas, ou já elaboradas, bem como todo o fato especificado através de declarações do condutor, testemunhas e conduzido. De outro modo, o *inquérito policial* pode ser instaurado a partir de despacho ordenatório, quando há requisição de instauração de *inquérito policial* pelo representante do Ministério Público ou Juiz, mediante simples despacho, a autoridade policial determina o cumprimento da requisição e determina a instauração do *inquérito policial*.

nascimento e outros documentos pessoais; guias de requisição de exames e os próprios exames feitos pelo Instituto Médico Legal; documento produzido pelo Instituto de Identificação do Paraná que contém foto e identificação papiloscópica do *noticiado*; histórico de vida pregressa, “ficha policial” do *noticiado*, etc.), procede-se ainda com uma série de interrogatórios realizados em cartório pelas escrivãs de polícia.

Todos os interrogatórios são realizados em um dos três cartórios existentes no Nucria. Com a reforma, apenas o cartório central foi transferido para a sala onde anteriormente ficavam os arquivos da delegacia, no mesmo corredor que todos os outros dois cartórios. Agora a sala do cartório central é dividida ao meio por um grande armário no qual em nichos estão dispostos os *inquéritos* em andamento. De um lado desse armário fica a mesa de uma das estagiárias, função que exige estar cursando Ensino Médio, que além de auxiliar na impressão e eventualmente preenchimento de oitivas, fica encarregada de preencher e enviar as intimações para *noticiados* e testemunhas, entregues via postal ou por um dos investigadores de polícia. Do outro lado do armário, estão a mesa da escrivã e um arquivo de metal. É certamente a sala que concentra a maior quantidade visível de papéis, eles estão sobre a mesa, nos nichos do armário e no grande arquivo de metal. Isso se deve porque todos os *inquéritos*, mesmo os que não serão conduzidos pela escrivã chefe, passam por aqui para então serem distribuídos aos outros cartórios (Figura 6).



Figura 6: Cartório central: de onde são distribuídos os *inquéritos* aos outros cartórios.

Cada escrivã recebe em seu Cartório o *boletim de ocorrência* e a *portaria* que instaura *inquérito policial*, e de posse desses dois documentos, começa a “montar” o *inquérito* propriamente dito, preenche um papel com o número do *auto de inquérito policial*, data em

que o mesmo foi iniciado, natureza do crime, nomes do delegado e do escrivão responsáveis, nome do *noticiado* e da vítima. Esse papel é colado à capa de uma pasta branca, a qual recebe uma proteção plástica e que vai progressivamente engordar com a anexação de outros tantos documentos conforme o andamento do *inquérito* (Figura 7).



Figura 7: A escrivã em sua mesa, “juntando” documentos, ou, “montando” *inquéritos*.

Assim, é nos cartórios que se dá, normalmente, o segundo contato de vítimas e *noticiantes* com o Nucria e o primeiro de *noticiados*. Aqui, todos comparecem com hora marcada, indicada em intimação oficial. Os primeiros interrogatórios sempre feitos com *noticiantes* e possíveis testemunhas geram os *termos de declaração*. Com conteúdo e formatos semelhantes à seguinte:

F. G, brasileira, solteira, estudante, filha de I. G. e A.G., RG nº 333333333, residente na Rua Paraná nº 333, Fazendinha, próximo ao Mercado Silva, fone 3333-3333, neste ato assistida por sua genitora que assina abaixo, no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Crimes - NUCRIA e acompanhada pela Conselheira Tutelar do Bairro Alto M. S., perante a Escrivão de Polícia G. S., declaro que desde os sete anos de idade o meu pai A.G. me obriga, mediante violência física e ameaça de morte se eu contar, a com ele praticar atos libidinosos. Declaro que a partir dos meus doze anos de idade o meu pai passou a comigo manter relações sexuais, sempre com agressões físicas, consistentes em força física, tapas, puxões de cabelo, xingamentos e ameaças de morte. Declaro que dele engravidei em novembro

de 1999 e a criança L. G., registrada somente em meu nome, nasceu em 26 de agosto de 2000. Não contei nada para minha mãe e o relacionamento familiar continuou com normalidade, sempre minha mãe insistindo para que eu contasse quem era o pai de minha filha. Declaro que me calei até o dia de ontem por medo de meu pai. Todavia, mesmo depois do nascimento de L.G. o meu pai continuou a me obrigar a com ele manter relações sexuais e suspeito dele estar novamente grávida. Diante de tanta pressão, e do fato de que meu pai não se encontrava em casa em razão de ter viajado para São Paulo a trabalho, acabei por contar tudo para minha mãe, que me levou ao Conselho Tutelar do Bairro Alto, para tomar as medidas cabíveis. Tenho medo da reação do meu pai, que está para chegar de viagem hoje, por volta das 14:00 horas e pede providências para segurança física minha e de toda minha família, principalmente de minha mãe que se encontra apavorada. Declaro que eu e minha mãe I. desejamos a instauração de ação penal para prosseguir os crimes que meu pai A. praticou contra mim e que essa violência acabe de uma vez por todas. Meu pai pode ser encontrado no endereço descrito no início dessas declarações, ou na casa de sua irmã I. que mora no Bairro Pinheirinho, próximo ao módulo policial, e que posso fornecer posteriormente através do Conselho Tutelar do Bairro Alto, que me abrigará, juntamente, com minha filha L. e minha mãe I. até que as autoridades dêem solução de garantia para que voltemos para casa. (Termo de declaração de noticiante).

Cada pessoa que vai ao Nucria prestar depoimento se apresenta primeiramente no plantão e aguarda até que o plantonista a encaminhe ao cartório. Aqui, de posse do relato feito no momento do registro da ocorrência e diante de vítimas e *noticiantes*, as escrivãs passam a repetir o relato e solicitar confirmações quanto àquelas informações. Além disso, passam a solicitar maiores detalhes referentes aos fatos. É a possibilidade para o esclarecimento de dúvidas e para estender o relato que constava no *boletim de ocorrência*. É também o documento que sugere que questões serão feitas posteriormente, no interrogatório do *noticiado*. O contato visual com os depoentes, sejam eles vítimas, *noticiantes*, testemunhas ou *noticiados*, é sempre breve. As escrivãs passam boa parte do interrogatório de olho na tela do computador e digitando as informações. Como a escrita é sempre mais lenta que a fala, a dinâmica dos interrogatórios é atravessada por longos momentos de silêncio. Tentando evitar momentos de silêncio muitos longos, as escrivãs tendem a, enquanto digitam alguma

resposta, repetir a pergunta que já haviam feito, ou seja, a mesma pergunta tende a ser repetida diversas vezes. Os interrogatórios duram cerca de vinte minutos.³⁸

O vocabulário usado pelas escrivãs pouco varia, envolve sempre termos técnicos, que permanecem incompreendidos pelos depoentes, o que também contribui para que cada pergunta tenha que ser feita mais de uma vez e de diferentes formas. Mas percebe-se uma mudança no tom da fala das escrivãs quando se ouve o *noticiante* e quando se ouve o *noticiado*. Se com aqueles não há contato visual e as perguntas são pacientemente repetidas, com o *noticiado* as escrivãs costumam estabelecer um contato visual e a paciência na repetição das perguntas é mais curta. O contato visual é feito através de olhares intimidadores, e a fala é mais agressiva ou enfática, chegando a ponto de exigirem maior respeito diante da autoridade policial, exigindo por exemplo, dos *noticiados* que falem mais alto, que chamem as escrivãs de senhora ou que se sentem adequadamente na cadeira. Isso porque, de fato, os *noticiantes* não vêm à delegacia em uma posição confortável, estão claramente sendo acusados de algum crime, e os crimes que incorrem em *inquérito policial* são puníveis com penas sempre superiores a dois anos de detenção, ou seja, os *noticiados* vêm à delegacia de antemão com o objetivo de defenderem-se. Assim, a “desconfiança” das escrivãs é quase sempre destinada aos *noticiados* e raramente aos *noticiantes* e às testemunhas, e ainda menos às crianças. Novamente, o que se tem é a “fala”, em sua forma e conteúdo, determinando a relação que se busca estabelecer entre escrivães e aqueles que estão prestando depoimento. Um exemplo de *termo de declaração de noticiado* é:

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e três, nesta cidade de Curitiba/Paraná, no Nucia, onde presente se achava a Delegada, comigo, Escrivã de seu cargo, ao final assinada, aí compareceu A. G., RG 3.333.333-33, filho de I. F. e S. F., de nacionalidade brasileira, estado civil solteiro, de profissão auxiliar de transporte, com endereço residencial sito à rua Paraná nº 333, nesta Capital, e com telefones 3333-3333, o qual perguntado disse saber ler e escrever; depois de cientificado da acusação que lhe é feita, passou o indiciado a ser interrogado pela Autoridade, respondendo o

³⁸ Uma das constantes reclamações da promotora de justiça que recebe os *inquéritos* a partir dos quais denuncia ou não para o juiz é que as escrivãs poderiam “*ir mais a fundo*”, detalhar e perguntar mais, não apenas sobre o crime em questão mas também sobre a vida dos envolvidos. O exemplo de informação, dado pela promotora, que poderia fazer diferença nas decisões tomadas ainda no andamento do *processo criminal* e na sentença final é referente a casos de crimes sexuais cometidos por pais ou padrastos contra meninas. A promotora diz que muitas vezes, é somente na audiência com o juiz que se descobre que a família mora em pequenas casas ou “barracos” e que todos os membros da família dormem no mesmo cômodo ou na mesma cama.

seguinte: ciente de seus direitos constitucionais e livre de qualquer coação física ou moral, passa a relatar: que o interrogado, após ter sido informado sobre o crime o qual está respondendo esclarece que começou a ter um certo aconchego com a filha a partir de novembro de 1999, porém a princípio somente “se esbarravam um no outro”, “se encostavam”, mas não mantinha relação; que em meados do ano de 2000 eles começaram a manter relação sexual, mas não era frequente, que ela se insinuava para ele e acontecia; que os fatos ocorriam geralmente no período da tarde, quando não tinha ninguém em casa e depois que “faziam aquelas coisas” a menina se arrumava rapidinho e saía e o interrogado ficava em casa limpando a casa para que quando a esposa chegasse estivesse tudo limpo, pois o mesmo trabalhava à noite e a esposa durante o dia; que sempre que mantiveram “relação sexual” eles usavam preservativo; que o interrogado, por sempre usar preservativo, está achando que a criança não é sua filha, porém se for ele assume e sabe que vai ter que pagar perante Deus e perante a Justiça Humana, pois a criança foi gerada de um pecado; que o interrogado está muito arrependido de tudo mais que sabe que tem que pagar pelo que fez; que a última relação sexual que tiveram foi em dezembro de 2001; que perguntando ao interrogado o que levou ele a fazer isso com a filha, ele respondeu que não sabe o que acontecia, ele não sabe explicar o porque daquela tentação, pois ela nunca vinha pelada para o lado dele, este não sabe realmente o que acontecia, quando percebia já estavam “transando”; que o interrogado esclarece que não tinha lugar certo para transarem, aonde desse “tcham” era ali mesmo que acontecia; que nega as ameaças relatadas pela vítima, que iria matá-la caso esta contasse para mãe, ela não contava porque gostava da liberdade que o pai dava para ela e inclusive às vezes ela pousava fora na casa de amigas; que o interrogado está disposto a fazer o exame de D.N.A. para comprovar a paternidade da neném que está com seis meses de idade; que perguntado ao mesmo quantas vezes transou com a filha, este respondeu que diversas vezes, não recorda a quantidade certa; que perguntando ao interrogado como está sua esposa e filha agora, este disse que a esposa está chateada, mas não tem raiva nem da menina nem dele, pois já que aconteceu agora tem que levar a vida pra frente e que a filha disse que perdoou ele quando este foi pedir perdão pelos seus atos. Nada mais. (Termo de declaração de noticiado).

Percebe-se, no entanto, que apesar de as escritas agirem diferentemente nas oitivas de

noticiantes, *noticiados* ou vítimas, os resultados produzidos – os *termos de declaração* – são bastante semelhantes. Há um estilo de escrita no qual poucos pontos finais são utilizados e as frases são emendadas umas às outras a ponto de o leitor desacostumado demorar a familiarizar-se com tal estilo. Ouviu-se a delegada e as escrivãs dizerem que, no Nucria, a “materialidade” do crime muitas vezes está nas falas de vítimas, *noticiantes* e *noticiados*. É importante, portanto, deter-se um pouco sobre essas falas e sobre como elas são transformadas em texto.

Todos os *termos de declaração* são semelhantes, o que sugere a existência de uma homogeneidade textual. Não se espera de escrivães grandes inovações em termos de forma, conteúdo e linguagem, pelo contrário, espera-se que, mesmo que eles saiam de férias, se aposentem ou mudem de unidade policial, os *inquéritos policiais* possam continuar seus percursos sem maiores dificuldades. Desde o *boletim de ocorrência* e a breve descrição do crime que neste documento é feita, até os *termos de declarações* redigidos a partir dos depoimentos das partes envolvidas no caso que são anexados aos *inquéritos policiais*, vê-se o início da construção de um modo específico de construir um fato jurídico a partir daquilo que era apenas uma *notificação*, que foi pacientemente perseguida e investigada pelos mais diversos policiais em suas mais diversas funções. Mas as escrivães demonstram o que já foi observado por Latour em relação aos conselheiros do Conselho de Estado francês:

Apoiados em seus assentos, atentos ou dormindo, interessados ou indiferentes, eles se mantêm sempre à *distância*. Somente o requerente sofre um pouco. Presente às vezes (mas não sempre), ele não entende mais o que é dito sobre a sua denúncia assim como o rato nada sabe sobre a estrutura de seu cérebro que é comentado em voz alta pelos cientistas cujas propostas lhe passam acima de suas cabeças... Além disso, de todos os elementos em jogo, é a paixão do requerente que tem o menor interesse para o destino do procedimento: é justamente o que não importa, ou mais, ou ainda não. (LATOUR, 2004, p. 213, tradução nossa).³⁹

³⁹ Adossés à leurs sièges, attentifs ou endormis, intéressés ou indifférents, ils se tiennent toujours à distance. Seul le requérant pâtit quelque peu. Présent parfois (mais pas toujours), il ne comprend pas plus ce que l'on dit de sa plainte que le rat ne saisit la structure de son cerveau commentée à grand bruit par les savants dont les propos lui passent tout à fait au-dessus de la tête... D'ailleurs, de tous les éléments en jeu, c'est la passion du requérant qui a le moins d'intérêt pour le destin de la procédure : c'est justement ce qui n'importe pas, ou plus, ou pas encore.

Latour⁴⁰ compara a objetividade do *direito* com a objetividade da ciência, e como semelhança argumenta que:

Com os estudiosos como com os juízes, já estamos sempre em um universo textual que tem a dupla particularidade de estar tão estreitamente ligado à realidade que ele substitui tornando facilmente incompreensível, a sempre renovada interpretação. E este trabalho incessante, aquele dos juristas como aquele dos estudiosos, leva a novos textos cuja qualidade, a ordem, a coerência terão como resultado paradoxal aumentar a complexidade, a desordem, a incoerência dos corpus legados a seus sucessores, obrigados por sua vez a retomar este trabalho de Sísifo ou de Penélope (*Ibid.*, p. 235, tradução nossa).⁴¹

Ou seja, há claramente, tanto no *direito* quanto na ciência, um trabalho de construção que não é mera recombinação de elementos preexistentes. Algo diferente do que se tinha no início – um relato apaixonado feito por uma mãe decidida a *notificar* um fato – é criado. Neste percurso iniciado no Nucria, que segue adiante em outras *instituições* e em outros *documentos*, a demonstração que Latour (2001) faz da forma de construção de verdade científica é interessante para começar a compreender a forma de construção de verdade do *direito*.

Latour (*Op. Cit.*) relata a história de Pasteur e suas pesquisas com o fermento. O autor argumenta que Pasteur ajudou o fermento a mostrar quem era e o fermento ajudou Pasteur a ganhar uma de suas muitas medalhas, ou seja, que ambos “intercambiaram e mutuamente aprimoraram suas propriedades” (*Ibid.*, p. 145). Na história de Pasteur e o fermento, quanto mais aquele trabalha, mais independente se torna a substância que ele manipula. “Longe de ser uma matéria-prima da qual cada vez menos traços se conservam, o fermento começa como entidade vagamente visível e vai assumindo mais e mais competência e atributos até terminar como substância plena” (*Ibid.*, p. 160), ou seja, o fermento começa como atributos e termina como substância, nos termos de Latour, “uma coisa claramente delimitada, com nome, com

⁴⁰ Em *La fabrique du droit* (2004), mas também em *A esperança de Pandora* (2001).

⁴¹ Avec les savants comme avec les juges, on se trouve donc toujours déjà dans un univers textuel ayant double particularité d’être si étroitement relié à la réalité qu’il remplace tout en demeurant incompréhensible sans effort, toujours renouvelé, d’interprétation. Et ce travail incessant, celui des juristes comme celui des savants, engendre à nouveau des textes dont la qualité, l’ordre, la cohérence vont avoir pour résultat paradoxal d’accroître la complexité, le désordre, l’incohérence des corpus légués à leurs successeurs, obligés à leur tour de reprendre ce travail de Sisyphe ou de Penélope.

renitência, o que era mais do que a soma de suas partes” (*Ibid.*, p. 175). E a ideia de substância pode ser emprestada, ao menos temporariamente, para compreender a transformação pela qual passa a *notificação* até o *inquérito policial*.

A palavra “substância” não designa aquilo “que está por baixo”, inacessível à história, mas aquilo que arregimenta uma multiplicidade de agentes num todo estável e coerente. A substância lembra mais um fio que mantém juntas as pérolas de um colar que o alicerce sempre igual, não importa o que seja edificado sobre ele. Assim como a referência exata qualifica um tipo de circulação suave e fácil, a substância é o nome que designa a *estabilidade* de um conjunto (LATOURE, 2001, p. 176, grifos do autor).

Investigadores de polícia e escrivães constroem textualmente uma *substância*, conferindo outro estatuto de realidade ao fato *noticiado* depois que ele passa por transformações e assume uma forma e um estatuto próprio dentro de um universo que é exclusivo do *direito*. É essa idéia de *substância* que permite compreender o que até aqui vem sendo chamado indiscriminadamente de *materialidade*. *Materialidade* é o termo “nativo” utilizado pelos policiais, que está também na lei, para descrever o conjunto de provas por eles construídas ou encontradas que autorizam falar na real ocorrência de um crime ou não. Ela tem, portanto, uma *substância* que é visível nos documentos que são construídos conjuntamente por *noticiados*, *noticiantes*, vítimas e policiais. *Substância* e *materialidade* dos crimes investigados pelo Nucria contém, elas mesmas, os mais diversos *documentos* e *papéis* que mantém unido um amplo conjunto de estruturas e autorizam progressivamente o fato *noticiado* a falar por si próprio, do mesmo modo que Pasteur autoriza o fermento a falar em nome dele. Assim, a linguagem utilizada por policiais e escrivães cria um texto no qual autoria e autoridade são questões em aberto, já que personagens e autores, e ambos assinam quase todos os *documentos*, trocam credibilidades.

É nesta *materialidade* e em sua *substância* que residem algumas das especificidades do *direito* que começa a ser construído no Nucria, especificidades estas que giram em torno de uma noção muito presente nas falas da delegada, de investigadores e escrivães: a *sensibilidade*. A *sensibilidade* apareceu ao longo deste capítulo nas sutilezas das escolhas referentes à reforma do Nucria, na construção de espaços “mais agradáveis” aos próprios policiais, mas principalmente ao público atendido e às próprias crianças. A reforma incluiu a transformação do corredor em frente ao setor de psicologia em um espaço destinado às

crianças, com mesas ergonomicamente adequadas a esta faixa etária nas quais dispõe-se giz de cera, papéis e gibis. A parede deste corredor recebeu uma grande pintura na qual conhecidos personagens de desenhos animados parecem se divertir. (Figuras 8 e 9)



Figura 8: O corredor onde as crianças aguardam atendimento.

A *sensibilidade* está também na ideia de que em uma delegacia que lida com crianças e adolescentes que foram vítimas de crimes os policiais devem ter um “*fino trato*” com o público e um “*jogo de cintura*” para se lidar com situações muitas vezes complicadas, visto que a grande maioria dos crimes acontece no interior de “casas” e de “famílias”. A *sensibilidade* está também na parte do trabalho de policiais destinada à orientação e esclarecimentos da população em relação aos direitos destes sujeitos particulares, as crianças e os adolescentes. Está na troca de palavras e de silêncios. Oficialmente, é desejada na “fala institucional”; extra-oficialmente, encontra expressão na “fala dos bastidores”. Está ainda na ideia de uma “nova polícia”. Mas, a *sensibilidade* está principalmente na “importância de se acreditar no que diz a criança” e na capacidade de “escrever uma longa história em um breve registro oficial”.



Figura 9: A mesa das crianças.

Diante de um tipo de violência específico constrói-se neste contexto um *direito* que é também específico, no qual a produção da prova se sustenta muitas vezes na fala da criança. Aqui há pelo menos duas coisas que merecem destaque. A primeira referente ao fato de que “falas de crianças” tendem a ser facilmente descartadas em outros contextos, jurídicos ou não. A segunda é referente ao estatuto concedido à própria “fala”. O paralelo ao tribunal muçulmano apresentado por Clifford Geertz é interessante pois neste tribunal

qualquer evidência apresentada é considerada como sendo oral, mesmo que inclua documentos escritos ou elementos materiais de prova. Só o testemunho falado tem valor, e qualquer material por escrito que possa ser incluído, não é considerado como uma prova legal e sim como meras inscrições daquilo que alguém disse a alguém na presença de testemunhas meramente confiáveis (GEERTZ, 2007, p. 286).⁴²

A diferença é que no *direito* ocidental o registro por escrito tende a ser mais importante que a “fala”. No Nucria, “fala” e o seu registro por escrito parecem ter quase o mesmo estatuto de confiabilidade. A *sensibilidade* que perpassa todo o fluxo de atividades e dos documentos está fortemente presente no “ouvir”, que se torna neste contexto preeminente em relação ao ver.

⁴² Seria possível, a partir desta imagem de “testemunhas meramente confiáveis” incluir policiais e escrivães na categoria também de “testemunhas”, além de serem os “mensageiros da verdade oficial”. Na medida em que eles assinam todos os documentos que produzem (e as escrivãs muitas vezes assinam depois da assertiva “Dou fé”, que confirma a veracidade do conteúdo daquele documento) policiais e escrivães seriam as testemunhas às quais, posteriormente, o juiz daria maior credibilidade.

Ou seja, a *sensibilidade* envolve também uma re-hierarquização dos sentidos.

O contexto pesquisado começa, então, a propor formas de problematizar a distinção proposta por Latour (2004b) entre *direito* como *enunciação* e enquanto *instituição*. Nestas duas formas uma das características do *direito* é o distanciamento. Distanciamento institucional evidente nas hierarquias e distinções que se procura marcar entre os agentes institucionais e os outros. Em seu modo como *enunciação* o distanciamento está na transformação do caso, relatado apaixonadamente por *noticiantes*, em uma linguagem oficial e padronizada, mais facilmente manipulável nas etapas sucessivas do *direito*, uma característica inerente à *enunciação*, que é o *envio* da informação, no sentido de desfazer o laço entre aquele que fala e o que é dito (*Ibid.*). Entretanto, no Núcleo algumas formas de aproximação são buscadas: busca-se aproximação com as crianças, para que elas se sintam mais à vontade para falar a “verdade” e busca-se também aproximar aquele que fala do que é dito. Os diversos agentes que fazem uma espécie de mediação entre aquele que fala (principalmente quando é a fala da criança) e o que é dito buscam na *sensibilidade* uma forma de ressaltar sempre a especificidade da violência e das vítimas em questão.

Concluídas as investigações, a delegada faz minucioso relatório do que tiver sido apurado em *inquérito policial*, no qual inclui além de resultados relevantes apontados em exames e laudos psicológicos, trechos de falas de testemunhas, *noticiantes*, vítimas e *noticiados*. Neste relatório, a delegada também confirma ou não a definição jurídica que havia sido dada ao delito ainda naquele primeiro momento, de *notificação*. Concluído o *inquérito policial* o mesmo é remetido ao poder judiciário competente, no caso dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes, em Curitiba é a 12ª Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes. Continuaremos, no próximo capítulo, perseguindo os *documentos*, o que permitirá avançar na compreensão das singularidades desta *substância* e desta *materialidade* que resultam, espera-se, no encontro com a *verdade* e com a *justiça*.

3 A 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E A PROMOTORIA PÚBLICA

Neste capítulo continua-se seguindo o percurso dos *documentos* produzidos em casos de crimes contra crianças e adolescentes que são *notificados* à polícia e que visam uma resolução legal do conflito. Depois de concluído o *inquérito policial* no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Víctima de Crimes (Nucria), o mesmo é encaminhado à 12ª Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente (12ª Vara), que através de um de seus escrivães data e assina o recebimento do mesmo e o reencaminha ao representante do Ministério Público responsável pela demanda daquela Vara Criminal, no caso, uma promotora de justiça. A promotora de justiça também data e assina o *termo de recebimento* do *inquérito* e o dispõe juntamente com outros *inquéritos* em uma das muitas pilhas de pastas de *papéis* que há em sua pequena sala. Seguindo a ordem de chegada dos *inquéritos*, a promotora os analisa e oferece ou não uma *denúncia* para o juiz. Se acatada a *denúncia*, abre-se um *processo criminal*. Portanto, os *documentos* e seus modos de *enunciação* (ou conjuntos de documentos) a serem seguidos neste terceiro capítulo são: a *denúncia* e o *processo criminal*; e as *instituições* são o Ministério Público, fundamentalmente na figura da promotora de justiça, e a 12ª Vara, instituição que responde ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, e que é composta por escrivães, oficiais de justiça, psicólogas, assistentes sociais e estagiários, além do juiz de direito. Se no Nucria o *direito*, enquanto *enunciação* e *instituição*, começava a se construir, aqui, nestas outras duas *instituições*, está-se claramente em um universo diretamente identificado como *jurídico*, no qual a transformação dos fatos em textos e *documentos* se intensifica. Este universo permite observar mais claramente aquela que pode ser considerada a primeira dimensão da *força criativa* do *direito*: a de criar *papéis* e *documentos*. O capítulo mostrará ainda uma outra dimensão da capacidade *criativa* do *direito*: a da sentença, enquanto *verdade*, em certa medida incontestável, que expressa a *justiça*.

3.1 A 12ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

No capítulo anterior viu-se que ainda na fase de *inquérito policial*, o Nucria ficou responsável pela demonstração da *materialidade* do fato que lhe foi *noticiado* ou *denunciado*, o que é feito através de investigações, avaliações psicológicas, exames corporais, depoimentos, etc. Viu-se ainda que em todas essas atividades há uma relação estreita entre *materialidade* e *sensibilidade*. Quando são cumpridas todas as diligências que a delegada havia estabelecido na *portaria* que instaurou o *inquérito policial*, declara-se que a *materialidade* ficou demonstrada. A delegada então redige um *relatório* do que foi apurado, indicando os resultados relevantes de exames e laudos e dos conteúdos dos depoimentos colhidos nos cartórios da delegacia. É um *relatório* que deve agora “convencer” as autoridades judiciárias que seguirão com o caso deste momento em diante. Assim, tendo como último de seus *papéis* este *relatório*, o *inquérito policial* é *despachado*.

Antes da criação desta Vara Criminal especializada em crimes contra crianças e adolescentes os *inquéritos* nos quais estes figuravam como vítimas eram enviados, como todos os outros *inquéritos policiais*, à Central de Inquéritos da Polícia Civil, via Corregedoria Geral da Polícia Civil, órgão responsável pela distribuição dos *inquéritos policiais* por entre as mais diversas Varas de Curitiba. Nos *inquéritos* que tinham como vítimas crianças ou adolescentes era colado na capa um adesivo vermelho, no qual encontrava-se escrito: “Criança e Adolescente – Prioridade Absoluta”. O objetivo era que os mesmos pudessem ser mais facilmente identificados, “passando à frente” dos outros *inquéritos*. Porém, quando no meio de uma pilha de pastas os adesivos não eram vistos, os *inquéritos* com crianças e adolescentes vítimas permaneciam seguindo sem “prioridade absoluta”, princípio legal estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A 12ª Vara foi criada através da Resolução nº 01/2007 do Tribunal de Justiça do Paraná em 23 de janeiro de 2007. Segundo este documento, compete a esta Vara processar e julgar os crimes em que criança e adolescente figurem como vítimas (com exceção de crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados, as infrações de menor potencial e crimes decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher). Esta Vara foi idealizada e criada no mesmo período e pelo mesmo grupo de trabalho que criou a 13ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (13ª Vara). Esta foi criada após a implantação e implementação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 2006), que reforçou alguns

mecanismos que visam coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher. A criação de novas Varas e Juizados é de competência do Tribunal de Justiça, que para essa finalidade monta equipes coordenadas por um desembargador. A história da 12ª Vara começa no meio do caminho para a criação da 13ª Vara. Durante o processo de criação desta última, a desembargadora que coordenava o projeto descobriu, “*engavetado há cinco anos nos arquivos do Tribunal*”, o projeto de uma Vara especializada em crimes contra crianças e adolescentes que datava de 2001, doze anos após a implementação do ECA. Como já estava atuando na criação da 13ª Vara aquela desembargadora resolveu levar adiante o projeto de criação da 12ª Vara.

O procedimento de criação de Varas e Juizados é, segundo a desembargadora, o seguinte: redige-se o projeto e faz-se um requerimento junto à Comissão de Organização Judiciária, onde cinco ou seis desembargadores analisam a viabilidade financeira e legislativa do mesmo. Em seguida, o projeto é defendido junto ao Órgão Especial no Tribunal, no qual vinte e cinco desembargadores aprovam o projeto, que segue então para a Assembleia Legislativa. Assim que aprovada nesta instância, aquela mesma equipe do Tribunal de Justiça “corre atrás” de viabilizar a abertura e o funcionamento da Vara ou Juizado, o que envolve encontrar e fornecer: instalações físicas, estrutura material e funcionários – juizes, escrivães e oficiais de justiça. Referente às 12ª e à 13ª Vara, este percurso foi percorrido entre os meses de novembro e dezembro de 2006, “*tempo recorde*”, segundo a desembargadora que coordenou ambos os projetos. Segundo essa mesma desembargadora, essa é uma parte muito importante do trabalho, pois “*é o momento de moldar o perfil pretendido e pensado para a Vara, sobretudo na hora de escolher os funcionários*”. Sobre os critérios que definem a escolha do juiz a desembargadora fala, por exemplo, que “*hoje, o juiz não pode ser um juiz de gabinete, não pode ser um juiz que fique só olhando os processos, tem que ser um juiz atento à sociedade, atento às coisas que estão ocorrendo*”. Voltaremos a essa questão do “perfil” da Vara, de juízes e promotores mais adiante, cumpre, por enquanto, compreender sumariamente essa dinâmica de criação de varas e juizados e mapear os funcionários que integram a 12ª Vara, para então voltar a seguir os *papéis* e acompanhar a produção de *documentos*.

A 12ª Vara funciona em um prédio localizado no centro da cidade, o qual abrigava a antiga Vara de Menores, crianças e adolescentes que por terem cometido ato infracional entram em conflito com a lei. Atualmente, a Vara da Infância e Juventude/Infratores funciona junto à Delegacia do Adolescente Infrator em um conjunto de instituições chamado Centro de Atendimento Integrado do Adolescente Infrator, no bairro Capão da Imbuia, em Curitiba. O prédio da 12ª Vara estava adaptado às finalidades da Vara de Menores, por isso, aos fundos, há

pequenas celas nas quais os adolescentes aguardavam o julgamento. Para receber a 12ª Vara apenas recebeu novas camadas de tintas e novo mobiliário.

O primeiro contato na 12ª Vara, da mesma forma que no Nucria, se dá com algum agente de segurança, a qual é feita, aqui, por um policial militar e por um funcionário de empresa especializada em segurança. Ambos trabalham no mesmo período que o funcionamento da Vara, entre as nove e as dezoito horas, de segunda à sexta-feira. Pelo imponente portão de metal entra-se em um grande corredor que tem a mesma extensão do prédio. A primeira imagem é a de um painel (Figura 6), no qual ficam expostas as *citações* de réus em processo de julgamento, as mesmas que são publicadas em Diário Oficial, conforme o seguinte exemplo:

O Doutor [nome], MM. Juiz de Direito da 12ª Vara Criminal, no uso de suas atribuições legais, DETERMINA, ao Senhor Oficial de Justiça, sob sua jurisdição, que na forma da lei, se dirija aos endereços abaixo, no sentido de proceder a CITAÇÃO do acusado, adiante qualificado, noticiando, a COMPARECER, perante este juízo no dia 14 de março de 2008, às 16:00 horas, no endereço acima, para o ato da Audiência de seu INTERROGATÓRIO, devidamente acompanhado de Advogado, e não podendo constituir um, ser-lhe-á nomeado Defensor Público Dativo, a fim de instruir os Autos supra em trâmite neste Juízo [grifos do original].

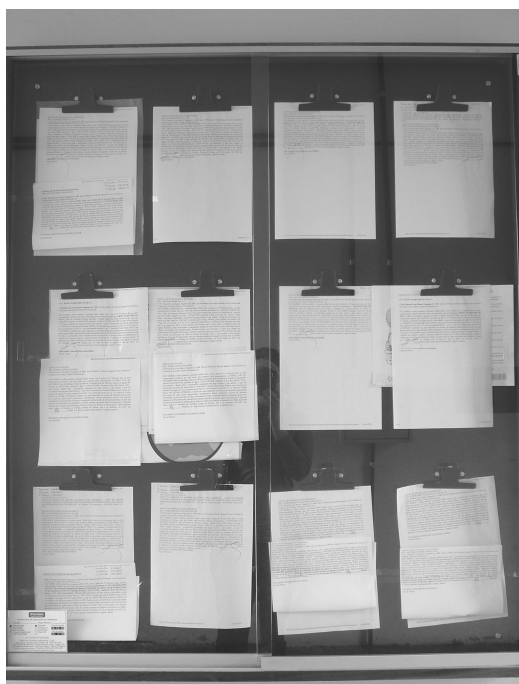


Figura 6: Painel com a *citações* de réus na entrada da 12ª Vara.

Ao lado deste painel está a porta que dá acesso ao cartório da 12ª Vara. Esta sala mede cerca de quarenta metros quadrados, espaço no qual, atrás de um pequeno balcão, há cinco mesas, sobre as quais estão os computadores e algumas pilhas de *papéis* e de *processos criminais*. Na parede, ao fundo da sala, há uma grande prateleira, que ocupa toda a parede do chão ao teto, repleta de nichos onde estão distribuídos os processos em tramitação na Vara, de acordo com os prazos a serem respeitados, para alcançar as pastas mais altas é necessário utilizar uma escada (Figuras 7 e 8). O espaço para a circulação dos funcionários entre as mesas é pequeno. Ao chegar, pela manhã, cada funcionário pega os *processos* com os quais vai trabalhar durante o dia e os deixa sobre sua mesa, assim evita de ficar circulando. Quem mais circula é a estagiária, filha de um dos oficiais de justiça, que trabalha no período da tarde auxiliando os demais funcionários em atividades como: localização e impressão de *documentos*, realização de fotocópias, atendimento às pessoas que chegam à Vara, etc. Trabalham neste cartório uma escritã e cinco oficiais de justiça, dois deles atuando também como escrivães. A escritã e um dos oficiais de justiça trabalham em jornada de oito horas e quase sempre almoçam nas próprias dependências da Vara, que fecha seu portão entre as doze e as treze horas. Os outros oficiais se revezam em turnos, até porque não haveria mesas disponíveis para que todos trabalhassem ao mesmo tempo. Assim, nem as mesas nem os computadores são de uso particular, são sempre partilhados por mais de um funcionário.



Figura 7: Cartório da 12ª Vara visto a partir do balcão de atendimento.



Figura 8: Mesa de escrivã na 12ª Vara.

É neste cartório que se dá o recebimento dos *inquéritos policiais* vindos do Nucria, e também de outras unidades policiais e de outras Varas. Os *inquéritos* são trazidos por um funcionário da Corregedoria Geral da Polícia Civil, em grandes e pesadas pilhas de pastas brancas envoltas em uma faixa de tecido na qual está estampado “Polícia Civil”. As pilhas ficam, as faixas de tecido vão. Os *inquéritos* recebem então um carimbo ou uma folha impressa, o *termo de recebimento*, assinado pela escrivã, no qual consta a data em que tal *inquérito* chegou à Vara.

3.2 “PROMOVENDO A JUSTIÇA”: A *DENÚNCIA*

Após o recebimento em cartório na 12ª Vara os *inquéritos* são encaminhados à promotora de justiça, para que a mesma possa analisá-los e tomar as providências demandadas, tais como pedidos de regularização de prazo e oferecimento ou não de *denúncia*. Um exemplo de *denúncia* redigida pela promotora é:

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 12ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba-PR

O Ministério Público do Estado do Paraná, por sua Promotoria de Justiça adiante assinada, no uso de suas atribuições legais, com base no incluso

Inquérito Policial sob nº 2000.8001-2 vem oferecer denúncia contra J. G., vulgo “Z.”, brasileiro, casado, auxiliar de transporte, nascido aos 17/06/1962, portador do RG 3.333.333.-3, filho de J. L. e L. L., residente e domiciliado à Rua Paineiras, nº 333, Portão, Curitiba, Paraná, pela prática dos seguintes fatos delituosos:

1º fato:

“Em datas não devidamente precisadas, mas desde o ano de 1992, por diversas vezes, o denunciado J. G., no interior de sua residência, situada à rua Paineiras, nº 333, Portão, nesta cidade e Comarca de Curitiba, PR, com vontade livre e consciente passou a mão no corpo e nos órgãos genitais de sua filha F. G., que contava, em 1990, com 07 anos de idade. Assim, o denunciado, mediante violência presumida pela idade da vítima e com abuso de pátrio poder constrangeu-a a permitir que com ela praticasse ato libidinoso diverso da conjunção carnal.”

2º fato:

“Em datas não devidamente precisadas mas desde o ano de 1995, por diversas vezes, o denunciado J. G., em sua residência localizada à rua Paineiras, nº 333, Portão nesta capital e Comarca de Curitiba, PR, com vontade livre e consciente constrangeu sua filha F. G., que contava com 12 anos de idade em 1995, a manter com ele relação sexual.

Desta forma, o denunciado, abusando de seu pátrio poder, mediante violência presumida pela idade da vítima, e também ameaça de morte, constrangeu-a a manter com ele conjunção carnal.”

Dessa forma, está incurso o denunciado nas disposições dos artigos 213 e 214, ambos c/c com o artigo 224, “a”, art. 226, II e 71 do Código Penal, razão pela qual se oferece a presente, que se espere seja R. e A [registre-se e autue-se], instaurando-se a instrução criminal, seguindo o reto previsto no artigo 394 do Código de Processo Penal, citando-se o denunciado para interrogatório, pena de revelia, e ouvindo-se a ofendida e as testemunhas abaixo qualificadas, até final julgamento.

Curitiba, 02 de outubro de 2000.

O conteúdo da *denúncia* é sempre muito semelhante ao *relatório* redigido pela delegada quando da conclusão do *inquérito policial*, mas há duas diferenças fundamentais. A *denúncia* enfatiza os artigos do Código Penal que capitulam o ato infracional que deverá ser julgado. Ou seja, se no *relatório* da delegada havia uma preocupação em demonstrar a *materialidade*

do crime, na *denúncia* presume-se que esta já está devidamente comprovada, sendo necessário, por sua vez, indicar o percurso legal que aqueles *papéis*, o *inquérito policial*, deverão seguir. O que conduz à segunda diferença: na *denúncia* o que no Nucria eram *notícias* é transformado pela denúncia em *atos*. Como semelhança entre o *inquérito* e a *denúncia* há a tentativa e o esforço de “convencimento” de alguma outra instância ou instituição. Viu-se no capítulo anterior que o “convencimento” no Nucria está ligado à ideia da *materialidade* do crime, que por sua vez é construída num processo onde a *sensibilidade* é acionada diversas vezes e de diferentes formas. Para compreender o “convencimento” que é buscado pela promotoria pública é necessário explorar a dinâmica institucional na qual está inserida a promotora de justiça e aquilo que ela define como seu “perfil de atuação”.

Não é uma regra, mas o representante do Ministério Público designado para atuar junto à 12ª Vara trabalha no mesmo prédio desta, em uma sala aos fundos do prédio já descrito. Nesta sala, que tem as paredes repletas de cartões postais de diversos lugares do mundo, a promotora divide espaço com duas estagiárias de direito que se alternam em dois turnos. Sobre a mesa da promotora, empilham-se livros, códigos, leis e resoluções, e em frente a sua mesa há uma pilha ainda maior de *inquéritos* e de *processos criminais*.

A Constituição Federal de 1988 retirou o Ministério Público da alçada do Poder Executivo e lhe conferiu autonomia administrativa e independência funcional, criando o que alguns passaram a chamar o “quarto poder”. Além disso, o Ministério Público deslocou-se da arte de defender o Estado para a condição de fiscal e guardião dos direitos da sociedade, neste sentido, eles são os “promotores da justiça”. Como explica o cientista político Rogério Bastos Arantes:

Dentre as instituições que compõem o sistema de justiça no Brasil, sempre coube ao Ministério Público duas funções principais: (a) a de fiscal da lei e (b) a de titular da ação penal pública. Como fiscal da lei, o MP deve acompanhar a aplicação da lei pelo juiz em casos concretos envolvendo direitos individuais considerados indisponíveis, relacionados geralmente a áreas de família, registros e filiação, sucessões, defesa dos incapazes, etc. Nesses casos, o MP não é parte do processo, mas figura como órgão interveniente. Constitui-se em um terceiro elemento, ao lado do juiz e das partes em conflito, representando o Estado e sua função pública de zelar por direitos indisponíveis e interesses de indivíduos classificados juridicamente como incapazes. Como titular da ação penal pública, o MP está encarregado de acionar o Poder Judiciário em nome do Estado com vistas à aplicação da

pena nos crimes codificados pela legislação. O direito de punir é exclusividade do Estado e o MP é o órgão estatal que detém a responsabilidade exclusiva de desenvolver a acusação no processo criminal (ARANTES, 1999, p. 84).

A autonomia relativa do Ministério Público caracteriza-se pela existência de mecanismos de governo próprio, pela vinculação dos magistrados a critérios de legalidade e objetividade e pela sua exclusiva sujeição a diretivas, ordens e instruções previstas no Estatuto do Ministério Público. A independência funcional visa garantir a inexistência de vinculação dos órgãos do Ministério Público a pronunciamentos processuais anteriores. Esses princípios de autonomia relativa e independência funcional visam conceder a procuradores e promotores de justiça maior liberdade de atuação, tanto frente aos outros órgãos estatais quanto frente aos outros membros do próprio Ministério Público, o que também resulta em variações nas formas de atuação dos mais diversos promotores públicos no Brasil.

Outras garantias concedidas aos promotores e procuradores de justiça são a vitaliciedade, que diz que a perda do cargo pode decorrer somente de sentença judicial; a inamovibilidade, segundo a qual os membros do Ministério Público não podem ser removidos de seu cargo ou função, exceto em caso de interesse público; e a irredutibilidade de vencimentos, que impede reduções no nível salarial da categoria, a não ser que a Constituição seja alterada.⁴³ Todos os promotores são recrutados por meio de concursos públicos⁴⁴ e iniciam suas carreiras como *substitutos* em comarcas⁴⁵ de entrância inicial⁴⁶, permanecem nesta função por dois anos, período no qual não gozam de vitaliciedade e são enviados para onde houver necessidade de substituição de promotores de justiça. Assim como na polícia, essas comarcas de entrância inicial são chamadas de “clínica geral”, já que aqui os promotores têm de cuidar de processos relacionados a todas as áreas, pois geralmente há apenas um

⁴³ Essas são também garantias constitucionais conferidas aos juízes.

⁴⁴ Os concursos públicos para contratação de promotores de justiça consistem em exame de conhecimentos gerais e de direito, prova escrita sobre matérias específicas, exame psicotécnico, prova oral, entrevistas e avaliação de títulos. A banca do concurso é composta pelo procurador geral de justiça, quatro procuradores eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público Estadual e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

⁴⁵ Segundo a Enciclopédia Saraiva de Direito, o termo comarca indica “o território compreendido pelos limites em que termina a jurisdição de um juiz de direito. Assim, cada um dos distritos ou circunscrições judiciárias em que se divide o estado federado, de acordo com a sua Lei de Organização Judiciária, se denomina comarca” (FRANÇA, 1977, p. 153).

⁴⁶ Entrância inicial são as comarcas situadas em pequenas cidades no interior do Estado; comarcas de segunda entrância são aquelas localizadas em cidades de médio porte, ainda no interior do Estado; as comarcas de terceira entrância localizam-se em cidades de grande porte, também no interior do Estado; sendo que a capital configura uma comarca de entrância especial.

representante do Ministério Público em cidades de pequeno porte.

Foi assim que iniciou sua carreira a promotora de justiça que atua junto à 12ª Vara, em uma comarca de entrância inicial, no interior do Estado, na qual permaneceu quatro meses. Segundo seu relato, nesse período sentia-se já como promotora titular, pois atuou sozinha como substituta de uma promotora que estava em período de licença maternidade. Em seguida, foi promovida para outra comarca, que compreendia cinco municípios, contrariando o costume de enviar o promotor para uma comarca de segunda entrância apenas depois de passados os dois primeiros anos, nos quais a conduta e o desempenho dos substitutos são permanentemente avaliados pela Corregedoria Geral do Ministério Público. Normalmente, passados esses dois primeiros anos e ocorrendo a aprovação dos promotores substitutos, os mesmos passam por um processo de vitaliciamento e são efetivamente integrados à carreira. No decorrer de suas carreiras, em função da existência de vagas e também de acordo com os interesses do Ministério Público e dos próprios promotores, os mesmos vão sendo promovidos para comarcas maiores, mediante critérios de antiguidade e merecimento.⁴⁷ Nas comarcas de segunda entrância os promotores atuam juntamente com outros colegas, o que possibilita ao promotor iniciar uma espécie de especialização em uma área jurídica determinada. Mas, a promotora afirma que desde o início de sua carreira, ainda em entrância inicial, sempre teve mais afinidade com as questões relativas à infância e à juventude.

Na ordem seguinte estão as comarcas de terceira entrância, onde, dependendo do número de promotores cada um pode assumir uma, duas ou até três áreas de especialização. Neste período, a promotora atuou na comarca de Londrina, como promotora titular, durante oito anos e meio. Em seguida, o promotor pode assumir cargos na única comarca de entrância especial, em promotorias localizadas na capital do Estado, é aqui também que está a possibilidade de último passo possível na carreira de um promotor, que é tornar-se procurador de justiça.⁴⁸ A promotora que atua junto à 12ª Vara está em Curitiba há quatro anos e meio, porém, ainda como promotora substituta. Está nesta Vara há um ano e meio, desde a sua implementação. Foi seguindo esse percurso possível e segundo os critérios de merecimento e

⁴⁷ De modo simplificado, pode-se dizer que o critério de antiguidade beneficia o candidato mais antigo na entrância anterior. O critério de merecimento envolve a avaliação da conduta, operosidade e dedicação ao cargo, segurança e presteza nas manifestações processuais, participação em listas anteriores de merecimento, frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou em reconhecidos cursos de aperfeiçoamento (MAZZILLI, 1996).

⁴⁸ No primeiro grau de jurisdição ou instância, o integrante do Ministério Público estadual é denominado promotor de justiça. No segundo grau, ele é denominado procurador de justiça. No Ministério Público federal, o membro que atua na primeira instância denomina-se procurador regional da República e o que atua na segunda instância, procurador geral da República.

antiguidade que a promotora em questão conseguiu do Poder Judiciário uma indicação para atuar junto à 12ª Vara. Como já foi apontado, esta promotora disse ter desde o início de sua carreira certa afinidade com as questões relativas à infância e à adolescência, além disso, segundo ela, “*o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei avançadíssima, em que o Ministério Público tem uma parcela de atribuições fantásticas de atuação*”.

O ECA define ao Ministério Público as atribuições que lhe são impostas (arts. 200 a 205), as quais vão desde procedimento judiciais – como promover *inquérito civil* e *ação civil pública*, instaurar procedimento administrativos, instaurar *sindicâncias*, requisitar diligências investigatórias, determinar instauração de *inquérito policial*, impetrar *mandado de segurança*, de *injunção* e *habeas corpus* – até procedimento extrajudiciais – inspecionar entidades e programas públicos e particulares de atendimento, efetuar recomendações visando a melhora de serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, e outros. Essa ampla possibilidade de atuação é um dos elementos apontados pela promotora que definiram sua escolha por atuar no Ministério Público e que, segundo ela, a enquadram no “perfil de promotor de justiça”. Antes de prestar concurso para o Ministério Público, ela atuou durante um ano como advogada, período que foi, segundo ela, suficiente para perceber que “*não se enquadrava no perfil de advogada*” e que “*iria morrer de fome*”. Diante disso, foi buscar um local onde poderia melhor se enquadrar e, como ela disse:

Juíza eu não seria porque o juiz fica mais esperando as coisas acontecerem e eu tenho um perfil mais ativo [...] Acreditando que o Ministério Público pode transformar o meio em que nós vivemos, porque como órgãos agentes de muitos assuntos da sociedade, nós podemos realmente fazer a diferença. Nunca me agradou a situação de ficar esperando as coisas acontecerem, e tendo em vista um perfil um tanto quanto investigativo, que se instiga com as coisas e que não se conforma facilmente com o que está posto, eu vejo que o meu perfil é de promotora de justiça mesmo.

Este “perfil ativo”⁴⁹ é um dos princípios mais ressaltados por doutrinadores e pelos próprios promotores como característico deste “novo Ministério Público”, pós-Constituição

⁴⁹ É interessante lembrar que um certo “perfil ativo” era também acionado pela delegada do Nucia para falar das características do seu “modo de ser” dentro e fora da polícia. Parece que essa idéia de “perfil ativo” é bastante presente neste direito de crianças e adolescente vítimas de crimes, ao menos, dentre os cargos de mais alto escalão.

de 1988, sobretudo na defesa de *interesses metaindividuais* e de *direitos difusos e coletivos*.⁵⁰ Mais especificamente quanto à área da infância e juventude, escreve um desembargador e doutrinador paranaense:

Absorveu-se a ideia de que o Ministério Público, rompendo com a antiga postura de estrita burocracia legal, deve agora atuar como verdadeiro agente político, interferindo de maneira positiva na realidade social e, mediante exame do conteúdo ideológico das normas jurídicas, dar prevalência para a materialização daquelas que signifiquem propostas de libertação do povo, internalizando – na esfera administrativa ou no espaço oficial do judiciário – as reivindicações sociais na forma de conflitos coletivos, politizados e valorizados pela ótica dos interesses das classes populares. [...] O desejo é de que o Promotor de Justiça da Infância e Juventude dê especial contribuição à esperada conformação de um novo Ministério Público, que deixe definitivamente para trás suas raízes de patrocinador dos interesses dos reis e dos poderosos, reconhecendo-se como legítimo defensor dos interesses da sociedade, com a visão clara de que tal mister implica defender prioritariamente as suas camadas marginalizadas e afastadas das propostas de cidadania contidas na legislação constitucional e infraconstitucional (SOTTO MAIOR NETO, 2002, p. 32).

Nesse sentido, é interessante a comparação com a narrativa feita pelo Visconde do Uruguai em seu *Ensaio sobre o direito administrativo* de 1862, apresentada detalhadamente por Luiz Abreu (2008).⁵¹ O mais importante da análise feita por Abreu está no fato de que o *Ensaio* incorpora uma maneira de perceber a relação do Estado com a sociedade brasileira. Em termos práticos, para o autor, a construção do *direito* brasileiro fez avançar a forma como a

⁵⁰ *Interesses metaindividuais* ou *direitos individuais homogêneos*, decorrentes de uma origem comum, são direitos individuais que, em função da inserção do indivíduo em determinado contexto social, criam um núcleo comum de questões de direito ou de fato entre os sujeitos, como o direito de cada criança à matrícula em escolas públicas. *Interesses e direitos coletivos* são interesses comuns a uma coletividade de pessoas ligadas por circunstâncias de fato, tais como os interesses que reúnem os moradores de um conjunto residencial. *Interesses e direitos difusos* referem-se a grupos menos determinados de pessoas, não ligadas, necessariamente, por um vínculo de direito ou de fato preciso, como consumidores de determinado bem lesados pela empresa que o produzia (ARANTES, 1999).

⁵¹ Segundo Abreu (2008) este é um manual importante porque está no meio do processo de formação das bases institucionais do Estado brasileiro. Ele pode, portanto, muito esclarecer sobre esse processo de formação. O *Ensaio* “caminha, por um lado, pela organização e princípios do direito administrativo e, por outro, pelos seus possíveis efeitos políticos, e são os seus efeitos políticos que servem como critério para a aplicação dos princípios” (*Ibid.*, p. 2)

relação entre Estado e sociedade brasileira era vista pelo Visconde. Segundo Abreu:

Para adaptar-se ao que o saber jurídico entende como sua situação objetiva, foi preciso dar um passo adiante na direção sugerida pela narrativa do Visconde: era contra a sociedade que o direito precisaria construir-se, de modo a frear-lhe os ímpetos, dominar sua natureza, enquadrar o seu faccionalismo. Somente na distância seria possível realizar, mesmo que precariamente, esse objetivo; era preciso, portanto, criar, entre a realidade social e a práxis jurídica, um estranhamento necessário, uma ruptura estratégica. Tarefa tão mais necessária e urgente quanto maior a proximidade daquilo que era preciso combater. (*Ibid.*, p. 12).

Agora, no chamado “novo Ministério Público”, o Estado é chamado a se reaproximar da sociedade, a agir em favor desta. O discurso da promotora é, nesse sentido, o de criar uma “aproximação estratégica”, em oposição à “ruptura estratégica” e ao estranhamento. Há um desejo, presente pelo menos na fala da promotora e nos textos doutrinários, de um movimento no qual um “novo direito” volta-se contra o “antigo direito”. O que começou a ser evidenciado no capítulo anterior mas que a etnografia continua demonstrando também no presente capítulo é que muito deste movimento baseia-se sobre a noção de *sensibilidade*, a qual, nos termos da promotora de justiça, está estreitamente ligada ao que ela chama “perfil ativo”.

É este “perfil ativo” o que mais diretamente interfere na forma de atuação da promotora que atua junto à 12ª Vara, que afirma ser este seu perfil o “*combustível para o dia-a-dia profissional*”. Dentre as tarefas por ela realizadas junto à 12ª Vara, as que mais lhe ocupam tempo, segundo ela, são as atividades burocráticas, tais como analisar *inquéritos policiais*, oferecer *denúncias*, solicitar *diligências*, redigir *notificações e ofícios*, etc. No entanto, mesmo para a realização destas “atividades mais burocráticas ou técnicas” ela afirma a importância de “*não se conformar com as coisas que estão acontecendo aí*” e de “*ter paixão pelo trabalho realizado*”. É nesse sentido que ela expressa seus objetivos no Ministério Público:

Se eu conseguir mudar algo na vida de parcela de nossas vítimas e dos nossos autores de crimes aqui, e que eles possam perceber que a justiça acontece e que o Ministério Público está aqui para protegê-los, para dar segurança a eles naquela situação posta, se eu conseguir passar para as

minhas estagiárias, que são as pessoas que estão mais próximas a mim, certos ideais, certos princípios de atuação na área do direito, eu já morro feliz.

Nesse intento de “*fazer a justiça acontecer*”, há uma outra característica deste “novo Ministério Público”, sobretudo aquele atuante na defesa dos *interesses metaindividuais coletivos e difusos*, que é a proximidade com o público. Nas comarcas do interior, o promotor de justiça costuma ter um contato contínuo com a população da cidade. Segundo a cientista política Cátia da Silva, “o atendimento ao público é uma das mais antigas atribuições do Ministério Público, por meio do qual os promotores orientam, informam, fazem encaminhamentos, recebem denúncias e reclamações” (2001, p. 131). Característica esta que já estava presente antes mesmo da Constituição de 1988 e que permaneceu mesmo quando os promotores passaram a não ter mais o dever de prestar assistência judiciária. Silva (*Ibid.*) argumenta que, devido a considerável influência que possuem os promotores em comarcas do interior, os mesmos acabam encaminhando pessoas para serviços públicos e intermediando conflitos com autoridades locais e a população, ou mesmo entre os próprios habitantes. Esta situação se repete, em certa medida, nas capitais, porém aqui, depende mais do perfil do promotor e da área temática de atuação. Em algumas áreas temáticas, como é o caso da infância e da juventude, as promotorias costumam estabelecer contatos contínuos com órgãos públicos, conselhos municipais, organizações não governamentais, comissões legislativas e instituições ligadas à área, o que é constitucionalmente uma das competências do Ministério Público.⁵² Quanto a isso, a promotora que atua junto à 12ª Vara diz preocupar-se com o fato desses contatos serem pessoalizados e “[d]eles nasce[re]m do empenho da promotora que aqui está. Eu não sei se o próximo promotor vai manter esses relacionamentos, ou pior, ele não vai nem saber que esses relacionamentos existem se eu não falar pra ele”.

Além disso, em relação à proximidade com o público, a promotora fala:

⁵² Silva (2001) propõe dois *tipos ideais* de promotores, segundo os resultados de sua pesquisa com promotores no interior e na capital do estado de São Paulo, são eles: *promotor de gabinete* e *promotor de fatos*. O *promotor de gabinete* é aquele que, embora utilize procedimentos extrajudiciais no exercício de suas funções, dá tanto ou mais relevância à proposição de medidas judiciais das quais está encarregado, de outro modo, o *promotor de fatos* ao mesmo tempo que propõe medidas judiciais e realiza atividades burocráticas ligadas às suas áreas, dá tanta ou mais importância ao uso de procedimentos extrajudiciais, mobilizando recursos da comunidade, acionando organismos governamentais e não governamentais e agindo como articulador político. Estes *tipos ideais* são criados com base na observação das formas de atuação dos promotores, mas a autora ressalta que são apenas modelos, a maioria dos promotores reais tendo uma forma de atuação que mescla atitudes de um e outro tipo.

*Uma coisa que me apaixona muito no Ministério Público é essa **proximidade** com a população e a facilidade que o promotor tem de falar, de estar falando para as massas. A vocação do promotor tem que ser esta mesmo: **interagir com a sociedade**.*

Porém, essa dita “proximidade” tem limites claros, talvez seja mais uma “proximidade mental”, em termos que explicarei logo em seguida. Mas um episódio é curioso para pensar essa noção de “proximidade”. Quando da primeira vez que fui à 12ª Vara, para negociar minha pesquisa de campo, conversei com a escrivã do cartório, a qual me disse que eu teria de pedir autorização para a promotora de justiça. Primeiro fato inesperado, eu achava que para fazer pesquisa na Vara eu teria de pedir autorização para o juiz. Era manhã de uma sexta-feira e a promotora costumava chegar pontualmente todos os dias às nove horas. Naquele dia, porém, ela não chegou no horário. O atraso foi mais tarde justificado por uma reunião no Ministério Público estadual. Eu, no entanto, fiquei esperando, já que a escrivã me disse que a promotora não costumava atrasar nem faltar sem avisar. Ela chegou por volta das onze horas e eu, que tinha ficado no portão junto ao segurança do local, fui logo me apresentando, mais ou menos assim: “*faço mestrado em antropologia social, há meses venho fazendo pesquisa de campo no Nucia e gostaria de fazer pesquisa também aqui na Vara*”. Minha fala foi cortada por uma série de interjeições: “*O que? Quem? Como é que pode? Agora deixam qualquer um entrar aqui?*”. Logo em seguida, ela me disse: “*vamos até a minha sala e eu converso com você*”. Ela andava rápido, entrou em sua sala, acendeu a luz, deixou o casaco sobre a cadeira e disse: “*eu preciso ir ao banheiro, aguarde um minutinho*”. Fiquei um pouco assustada e desanimada em relação às perspectivas futuras da pesquisa. No entanto, assim que ela voltou, sentou-se a sua mesa, respirou profundamente e então sim conversamos. Ela pediu que eu me apresentasse novamente e me pediu desculpas. Ela explicou que sua desconfiança era fruto do recente episódio:

Acontece que semana passada eu vinha para a minha sala. Você viu que há duas entradas pra esse corredor que dá na minha sala. A gente entrou pela primeira entrada. Mas tem uma outra, aqui pelos fundos, venha ver. Então, eu cheguei e vim pra minha sala e, de repente, me aparece uma mulher enlouquecida, pedindo explicações, dizendo que seu filho não era bandido coisa nenhuma, só faltou ela partir pra agressão física. Ela estava escondida ali naquele cantinho e eu não vi quando entrei. Então, você veja bem o perigo ao qual estou exposta. Por isso que não dá pra deixar

qualquer um entrar aqui.

Eu disse que estava mais do que justificado, mas que eu não tive outra opção a não ser esperar sua chegada, ali, junto ao segurança do local. Desfeito aquele primeiro mal entendido expliquei-lhe as diretrizes da pesquisa, ela ficou animada e falou que se dependesse dela eu estava autorizada a ler os *processos*, entrevistar os funcionários, mas que eu deveria também conversar com o juiz para saber se ele estava de acordo.

Somente mais tarde, com a convivência com a promotora, fui perceber que aquela “proximidade” era, como ela mesma disse, de buscar “*não se distanciar da realidade*”, o que ela fazia segundo a estratégia de “*sempre tentar se colocar no lugar do outro*”. Assim, ela dizia:

*Se você é uma vítima, que está aqui me contando um fato, eu vou me colocar no teu lugar e vou analisar; até pra analisar se aquilo tem conteúdo de veracidade, se aquilo pode ser infirmado, se aquilo pode ser afastado e também vou tentar me colocar no teu lugar pra perceber mesmo o que você esteja sentido, porque assim eu não vou subvalorizar nada do que me está sendo colocado. Mais tarde me dei conta: - o que você está fazendo? O meu problema sabe qual é, é que eu me coloco no lugar das vítimas, me coloco no lugar de todo mundo, e é sofrido isso, é doloroso. É uma **técnica** que não me afasta da realidade, de modo algum, não tem perigo de eu cometer um abuso de autoridade, não tem perigo de eu fazer qualquer coisa assim dessas que eu critico, e também, não tem perigo de eu me afastar daquilo que me está sendo colocado. O único perigo é pra mim. Mas nessa situação, a gente fica mais justo, porque a gente fica mais perto da situação.*

Nesse sentido, esta “proximidade” é mais “mental” do que “real”, além disso, é uma noção de proximidade claramente construída em oposição à dinâmica do *processo criminal* e sua característica de transformar aquela realidade da qual ela “busca não se distanciar” em texto, que como começou a ficar evidente no segundo capítulo, é uma das principais características do *direito*. Contudo, a “justiça”, na fala da promotora, é gradualmente aumentada quando se “está mais perto da situação”. Essa proximidade não é necessariamente real, já que o contato direto com a população ocorre fundamentalmente nas *audiências*, que são realizadas à tarde de segunda à quinta-feira, não ultrapassam o número de três por dia e duram em média trinta

minutos.

As *denúncias* redigidas pela promotora e oferecidas ao juiz tendem a seguir sempre o mesmo tom formal e o mesmo padrão de forma e conteúdo, padrões que não expressam este “*perfil ativo*” e a “*proximidade*”. As *denúncias*, conforme exemplo citado no início deste subitem, têm de necessariamente: qualificar aquele que até então era tratado por *noticiado*, e que, se acatada a *denúncia*, passará a ser tratado por *réu*; apresentar e transformar em *fatos* as informações que foram coletadas em *inquérito policial*, fase na qual todos o crime é ainda considerado como algo que “em tese ocorreu”; e indicar o prosseguimento legal esperado, a tipificação do crime. Na *denúncia* do Ministério Público se expressa a certeza de que o crime ocorreu e que já há argumentos suficientes para que se instaure *processo criminal*. É, porém, em outros *documentos* redigidos pela promotora que se pode, às vezes, observar aquilo que ela chama de “*proximidade*” e “*perfil ativo*”, como no seguinte ofício encaminhado ao juiz:

Tudo isto é por demais lamentável, ainda mais sabendo que o Conselho Tutelar estava acompanhando o caso desde agosto de 2005! Custo a acreditar em tamanha falta de sensibilidade para com a vida! Ante este triste quadro, requeiro seja enviado xerox dos autos ao COMTIBA [Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba] mediante ofício para que a devida apuração desta falta funcional seja levada a efeito e ao final, aplicada a sanção administrativa correspondente. Curitiba, 28 de dezembro de 2006.

Promotora de Justiça

Neste ofício, a promotora expressa uma indignação diante da “*falta de sensibilidade*” do próprio Estado diante de uma dada situação. O caso era de um menino de seis anos, portador de necessidades especiais, membro de uma família de baixa renda, que recebia tratamento gratuito em hospital especializado no atendimento ao público infantil e era constantemente visitado e assistido pelo Conselho Tutelar e pela Fundação de Assistência Social da Prefeitura de Curitiba (FAS). Apesar das possibilidades de tratamento, o menino faleceu e seus pais estavam sendo acusados pelo ato de *negligência* e *homicídio culposo*. Nesse caso, o *inquérito policial* foi instaurado a partir do seguinte *pedido de providência* feito pelo Ministério Público, na figura da promotora que atua junto à 12ª Vara:

MM. Juiz de Direito da 12ª Vara

Diante do lamentável conteúdo dos documentos ora anexados, o Ministério

Público requer a remessa ao Nucria, requisitando a instauração de inquérito policial em conformidade com o disposto no artigo 5º, inciso II do Código de Processo Penal, para que seja apurada a responsabilidade penal, que tudo indica existe, no óbito de A. C. P., apontando desde já, as seguintes diligências necessárias às apurações dos fatos:

- 1) seja realizada a oitiva da conselheira tutelar M. E. C.; da diretora da escola de educação especial 19 de dezembro, H. N.; da autoridade sanitária local da Unidade de Saúde Campo do Santana, R. V. M; bem como demais profissionais que atenderam a vítima;*
- 2) seja levantada a causa da morte da criança, vez que no assento de óbito consta a realização de exames complementares;*
- 3) seja oficiado ao Hospital Pequeno Príncipe, bem como a outros nosocômios onde tenha permanecido internado A., a que encaminhem relatórios médicos de seu estado de saúde e procedimentos realizados;*
- 4) sejam interrogados os pais da criança, devendo a mãe esclarecer porque se omitia na ministração da alimentação e medicação ao filho, que necessitava de cuidados especiais e era totalmente dependente de sua atenção;*
- 5) demais diligências reputadas necessárias pela autoridade policial.*

Curitiba, 20 de setembro de 2007.

Promotora de Justiça.

Ao que se seguiu a seguinte *portaria* instaurando *inquérito policial*:

Considerando as informações contidas no Pedido de Providência nº 2007.33333-3 proveniente da 12ª Vara Criminal, relatando que a criança A. C. P. (seis anos), portadora de necessidades especiais, seria negligenciada pelos pais M. e V. e falecido em 22 de agosto de 2006, por circunstâncias ainda não determinadas, ocorrendo em tese o crime de homicídio culposo, capitulado no artigo 121, parágrafo 3º, do Código Penal;

Instauro Inquérito Policial para apurar as circunstâncias que envolveram os fatos, determinando:

I – Registre-se e autue-se;

II – Junte-se aos autos:

- a) Pedido de Providência nº 2007.33333-3 proveniente da 12ª Vara Criminal e demais documentos que o acompanham;*

III – Proceda-se, ainda, as seguintes diligências:

a) Cumpra-se, integralmente, os itens constantes na cota ministerial de fls. 02/03;

IV – Voltem-me conclusos para novas deliberações.

CUMPRA-SE.

Curitiba, 29 de outubro de 2007.

Delegada de Policia.

O caso chegou ao conhecimento das autoridades judiciárias através de uma *notificação obrigatória* expedida em 17 de maio de 2005 pela Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência, conjunto de instituições municipais e não governamentais voltadas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes, portanto, quando nem existia ainda a 12ª Vara. Este caso remete àquele citado por Latour (2004), em *La Fabrique du Droit*, e permite ver algumas das características do processo de construção do *direito*.

Vejamos por exemplo um triste dossiê escolhido ao acaso entre tantos outros: um jovem homem morreu fazendo esqui sobre o território do município B. “Não há necessidade em insistir, escreve o advogado, sobre a dor do requerente, já viúvo e muitas vezes cruelmente tocado pelo destino, para compreender a importância do prejuízo acarretado pela perda daquele que era, em razão da inexorabilidade do destino, seu único descendente”. Este dossiê demanda ao tribunal administrativo “bem querer condenar o município B. a pagar [ao pai] em reparação de seus prejuízos moral e material a quantia de 306 492,19 Francos com juros às taxas legais a contar do julgamento”. Qual seja a dor que o pai passa ao perder seu filho, é necessário agora que ele *prove* que a prefeitura cometeu um erro ao não fechar sua estação, e o fazer por peças que às vezes referem a estados de coisas *extérieures* ao dossiê e que *sejam autênticos*, ou seja, transportem formas quase jurídicas de confiança (LATOUR, 2004, p. 87-8, grifos do autor e tradução nossa).⁵³

⁵³ *Voici par exemple un bien triste dossier choisi au hasard parmi tant d'autres: un jeune homme s'est tué en faisant du ski sur le territoire de la commune B. « Il n'est pas besoin d'insister, écrit l'avocat, sur la douleur du requérant, déjà veuf et plusieurs fois cruellement frappé par le destin, pour comprendre l'importance du préjudice subi par la perte de celui qui était, à raison de l'acharnement du sort, son seul descendant. » Ce dossier demande au tribunal administratif « de bien vouloir condamner la commune B. à payer [au père] en réparation de ses préjudices moral et*

Da mesma forma que no processo citado por Latour anexam-se *documentos* como: testemunho do guarda que encontrou os esquis e as roupas da vítima; testemunho de outro esquiador que fala sobre a falta total de sinalização que proibisse o uso das pistas em caso de mau tempo; muitas cartas de diferentes médicos que examinaram e cuidaram do corpo do paciente; uma carta da associação que organizou a viagem e que explica o evento em sua própria linguagem; um certificado do médico da família atestando o bom estado de saúde da vítima; fotos da pista de esqui; um certificado da meteorologia local; um certificado de hereditariedade emitido pela prefeitura provando o laço entre pai e filho, com assinatura de duas testemunhas; uma fatura dos gastos com o velório e enterro do rapaz; etc. Conforme Latour:

Vê-se, o traçado incansável de entrevistadores e de testemunhas, de formulários e de mapas, de carimbos, de assinaturas e de instrumentos, de profissionais e de responsáveis permitidos de alimentar o dossiê com provas tão completas (*Ibid.*, p. 89, tradução nossa).⁵⁴

No caso da morte do menino de seis anos de idade, que “em tese teria ocorrido por negligência por parte dos responsáveis”, o *inquérito policial* foi alimentado pelas mais diferentes espécies de *documentos*, como: *termo de encaminhamento* do conselheiro tutelar ao juiz de direito relatando o fato ocorrido; *requisição* do conselho tutelar para a secretaria de saúde; *ofício* da escola de educação especial com o registro de presenças e ausências do menino às atividades da escola; *certificado* informando que em busca em cartórios não há registros de outros processos envolvendo o nome de A. C. P.; *ofício* do juiz de direito ao Ministério Público solicitando que se oficie o conselheiro tutelar para que explique os motivos de não ter noticiado ao juízo as condições em que se encontrava a criança; *certidão de óbito* da criança; fotos da casa em que o menino morava; fotos da própria criança, nas quais ele aparece sentado em sua cadeira de rodas com inúmeras larvas na boca; *ofícios* e

matériel la somme de 306 492, 19 F avec intérêt au taux légal à compter du jugement à intervenir ». Quel que soi la douleur qu'un père éprouve à perdre son fils, il faut maintenant qu'il prouve que le maire a commis une faute en ne fermant pas sa station, et le faire par des pièces qui à la fois réfèrent à des états de choses extérieures au dossier e fassent foi, c'est-à-dire transportent des formes quasi juridiques de confiance.

⁵⁴ On le voit, un quadrillage inlassable d'enquêteurs et de témoins, de formulaires et des cartes, de tampons, de signatures et d'instruments, de professionnels et de responsables a seul permis de nourrir le dossier de preuves assez complètes.

relatórios das mais diversas instituições das áreas da saúde, assistência social e educação; *termos de encaminhamento*, *termos de recebimento*, *certidões*, *conclusões*, *remessas*, *despachos*, *vistas* e *juntadas*. Todos devidamente carimbados, datados e assinados, elementos que concedem aos inúmeros *papéis* o status de *documento legal*, e às vezes, a *papéis* e informações que nem sequer seriam produzidos ou permaneceriam empoeirados em algum arquivo não fosse o triste fato ocorrido. Mas, ao mesmo tempo em que um *inquérito* ou um *processo criminal* altera o status de muitos *papéis*, às vezes ordinários, ele constrói os *atos jurídicos* de uma forma que esse fiquem cada vez mais distantes da realidade e do sofrimento desta realidade. Neste sentido, os *processos* parecem fazer o oposto do que segundo a promotora que atua junto à 12ª Vara seria sua proposta de atuação: “[de ficar] *mais justo*, *porque a gente fica mais perto da situação*”, o que, segundo ela, é uma possibilidade do cargo de promotor de justiça, mas não do juiz, por exemplo. Conforme a fala da promotora:

Nós temos o inquérito. O juiz não tem o inquérito. O promotor acompanha o inquérito e denuncia. O juiz, o que ele faz? Ele recebe a denúncia, aí, preside o processo. Que vem para as alegações finais. O promotor tem que requerer e promover, ir atrás das provas que ele quer produzir. Em seguida, o juiz sentencia. Esse é o grande ato do juiz no processo criminal. Depois vem o recurso, que aqui, como as penas são altas, o regime é fechado, na maioria esmagadora das vezes, todo mundo recorre. E aí, o que eu acho injusto, o processo volta aqui pra promotora, para depois ir para o Tribunal, onde outro promotor, que lá se chama procurador de justiça, vai novamente ver o processo. Ou seja, depois da sentença, o juiz não vê mais o processo. No cível é ao contrário, lá o promotor trabalha menos que o juiz.

3.3 ACATADA A DENÚNCIA: O PROCESSO CRIMINAL

O *inquérito policial* chega à 12ª Vara pela porta da frente, é recebido pelos escrivães do cartório e segue para a sala da promotora de justiça, que após analisá-lo, *denuncia* ou não, ou seja, transforma ou não as informações contidas no *inquérito* em *atos jurídicos*. Se a promotora não opta pela “morte do inquérito”, qual seja, seu arquivamento, o mesmo retorna ao cartório da 12ª Vara e é então encaminhado ao juiz. Note-se que cada vez que aquele conjunto de *papéis* envolto por uma pasta branca é recebido ou encaminhado a alguma outra

sala, ainda que dentro da mesma instituição, é anexado ao conjunto de *papéis* um *termo de encaminhamento* e em seguida um *termo de recebimento*, o que permitiria reconstruir a trajetória de um *inquérito* dentro das instituições e por entre elas. Todos aqueles *documentos* são então recebidos pelo juiz, que em sua sala, a qual funciona no segundo andar do prédio da 12ª Vara e é nitidamente a maior e mais bem decorada de todas até então percorridas pelo *inquérito*, decide por transformar aquilo que a promotora já sugeria como *atos jurídicos*, em um *processo criminal*, o que é feito formalmente através de *documentos* que seguem o seguinte modelo:

1. *Recebo a denúncia contra C. G. uma vez presente no campo de cognição sumária, os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, as condições da ação e indícios de autoria e materialidade.*
2. *Cite-se o réu para no prazo de dez dias apresentar defesa preliminar, ficando ciente que no caso de não apresentar lhe será nomeado defensor dativo para patrocinar a sua defesa.*
3. *Atenda-se os requerimentos da cota ministerial.*
4. *Ciente a representante do Ministério Público.*⁵⁵

É então, instaurado *processo criminal*, de certo modo, uma outra forma de “morte” ou a “reencarnação” do *inquérito policial*, já que, como foi apontado, materialmente este deixa de existir. Todos aqueles *papéis* que antes constituíam *inquérito* recebem agora nova pasta, agora de cor azul, que passa então a ser chamada *processo criminal*.

Instaurado o *processo criminal*, oficiais de justiça, escrivães, estagiários, psicólogos e assistentes sociais, ou seja, todos os funcionários da 12ª Vara, se encarregam de cumprir com as determinações dadas pela promotora e pelo juiz. Solicitam *documentos*, entregam *citações*, preparam e continuam a engrossar o que, no jargão local, é chamado pelo nome de *caderno processual*. Segundo uma das escrivãs do cartório da 12ª Vara:

O que fazemos no cartório é a montagem de um processo, do início até o juizado dar a sentença criminal. Ele vem da delegacia como um inquérito. A gente manda pro juiz. O juiz manda pro promotor. O promotor oferece a denúncia, quando é o caso. Quando ele oferece, a denúncia vem pro

⁵⁵ Segundo o artigo 41 do CPP, que versa sobre o processo, a *denúncia* ou *queixa* deve conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol de testemunhas.

cartório. O cartório autua e vira um processo. Vai pro juiz receber a denúncia. Volta pra cá e daí tem que cumprir todos os atos que o juiz designou. Tem que cumprir tudo. Daí, no final, a gente manda pro juiz pra ele dar a sentença, pra absolver ou condenar o réu.

Assim que a *denúncia* chega às mãos do juiz e ele declara instaurado o *processo criminal*, ele determina ao cartório que seja feita a *citação* do *réu* – aquele que anteriormente era chamado *noticiado*. A *citação* é tanto um texto publicado em Diário Oficial quanto o ato de um oficial de justiça se encaminhar ao endereço do *réu* para lhe informar que tem um prazo legal de dez dias para se defender com uma peça escrita por advogado. Segundo o juiz, com ou sem essa peça no *processo*, já é marcada a *audiência de instrução*, na qual vão ser ouvidas todas as testemunhas arroladas pela promotora e pelo juiz, e eventualmente, pelos advogados de ambas as partes – acusação e defesa.

3.3.1 O Encontro com o *Direito*: a *Audiência*

As audiências ocorrem sempre à tarde. Podem ser realizadas entre uma e três audiências por tarde e delas participam, obrigatoriamente, o juiz, a promotora de justiça e a estagiária de direito – que fica responsável por redigir e imprimir os *documentos* produzidos durante a *audiência*. A ordem das pessoas ouvidas é sempre a mesma: ouve-se primeiramente aquela que *notificou* o caso às autoridades; seguida da vítima, que nem sempre é ouvida; possíveis testemunhas arroladas por ambas as partes, promotor e defesa; sendo o último depoimento aquele do *réu*. O que deixa claro o objetivo maior destas sessões: interrogar o *réu*, e para que as perguntas a ele endereçadas possam ser bem feitas, cumpre saber todas as versões antes de lhe perguntar sobre a sua (do *réu*).

Qualquer um que chegue à 12ª Vara para participar de *audiência* se identifica primeiramente no cartório, que encaminha *noticiantes* e vítimas ao segundo andar, para aguardar na sala de espera que fica junto à sala do juiz e, *réu* e testemunhas de defesa a uma sala de espera localizada ao lado da sala de *audiências*, no térreo. Ou seja, as partes tendem a não se encontrar antes da *audiência*. A estagiária liga os computadores na sala de *audiência* (Figura 9), prepara microfones, câmeras de vídeo e modelos dos *documentos* que serão produzidos na *audiência*, e então, chama aquele que será o primeiro a depor em juízo.

O primeiro a depor é sempre aquele que *notificou* o caso às autoridades competentes e, como quase sempre esta pessoa tem algum tipo de relação com o *réu* (de parentesco ou amizade), pergunta-se àquele se ele se incomodaria em falar na frente do *réu*. A ideia é de que o *réu* possa ouvir todos os depoimentos, para saber de todas as versões de sua acusação, mas nem sempre os *noticiantes*, vítimas e testemunhas aceitam falar na frente do *réu*, sendo que permanece na sala o seu representante, seja o advogado seja o defensor público.

O juiz senta-se na cadeira mais elevada, ao centro, à sua esquerda a estagiária e à sua direita a promotora de justiça. À frente do juiz e à esquerda, os interrogados, cada um à sua vez, e à direita, aquele que defende o *réu*, quando este permanece na sala em todos os depoimentos, senta-se à frente do juiz. Os depoimentos são todos filmados e gravados, a mídia com as imagens e o áudio dos depoimentos é anexada ao *processo criminal* ao final da *audiência*, bem como os *documentos* que nela são produzidos.

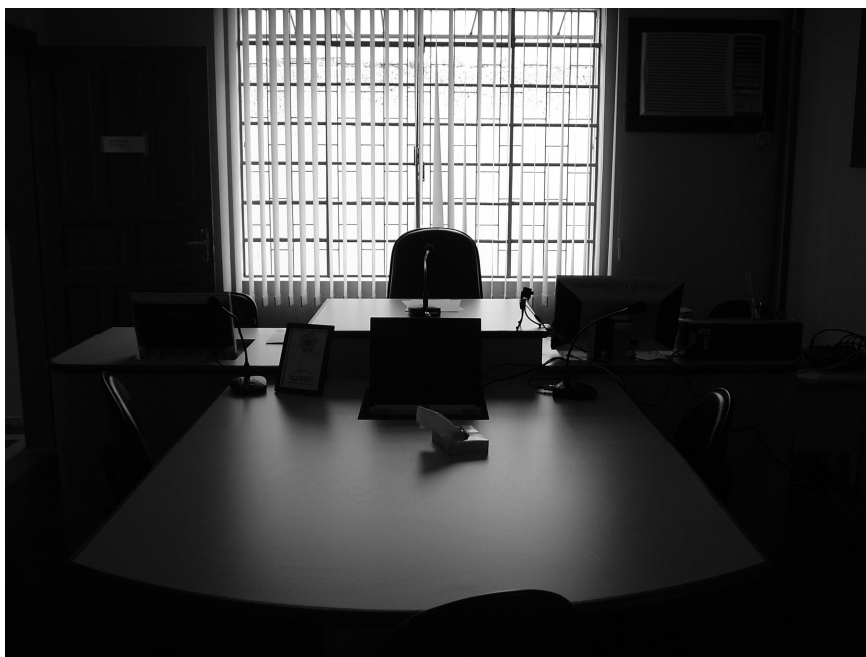


Figura 9: Sala de *audiência*.

Antes de todos os depoimentos o juiz *qualifica* o depoente, ou seja, anuncia formalmente o nome completo, relação com a vítima, faz uma brevíssima descrição do *fato* e pergunta à pessoa o que ela sabe sobre aquilo. Em geral, os depoentes contam em detalhes as histórias e o juiz se limita a fazer perguntas pontuais. Em um caso no qual dois *réus* estavam sendo acusados de ter registrado em seu nome uma menina que lhes havia sido confiada para criarem o juiz perguntou à mãe da vítima, que era então a *noticiante* do caso:

Qual o seu nome completo? Parece que houve uma situação em que a senhora entregou sua filha para Maria e Ricardo cuidarem e eles foram embora com a menina e registraram ela. O que a senhora sabe sobre isso?

Ao que se seguiu uma longa história da mãe, justificando os porquês de ter entregado sua filha para que aquele casal dela cuidasse – falta de recursos financeiros –, detalhes sobre sua vida, o que ela considerava importante esclarecer sobre seu caráter. Aquela mãe falou também de sua profissão, disse que agora estava “bem de vida”, que a filha já está morando com ela novamente, mas que a menina tem dois registros de nascimento. Segundo a mãe, ela não quer que sua filha deixe de gostar daqueles que foram seus pais por alguns anos, mas ela quer regularizar a situação da menina e esclarecer que aquele casal havia registrado sua filha contra sua vontade, ou ao menos, sem ela saber. Em seguida, o promotor fez algumas poucas perguntas, também pontuais, solicitando maior precisão em relação às datas em que os fatos ocorreram. Por último, a defensora pública disse não ter perguntas. Foi impresso então o *termo de inquirição de testemunha*, que foi assinado por todos. Em seguida, a *vítima* foi ouvida. Foram feitas apenas algumas perguntas sobre com quem ela mora atualmente, morava no passado, como é sua relação com sua mãe e com aquele casal com quem ela havia morado durante cerca de dois anos.

Não havia testemunhas a serem interrogadas, então se partiu para o interrogatório dos *réus*, primeiramente a *ré*, que disse amar a menina como se fosse sua filha e que ela já criou mais de seis crianças, mas que precisou fazer o registro da menina porque a mesma ficou doente e precisou de atendimento médico de emergência, o qual não poderia ser feito sem o registro de nascimento da criança. Em seguida foi interrogado o *réu*, que estava visivelmente mais nervoso que os outros interrogados e respondia mais agressivamente e, segundo o juiz, com menos certeza às suas perguntas. Quando o juiz disse, por exemplo, que ele estava sendo acusado de ter cometido um crime e que se ele confessasse sua pena seria menor, o *réu* disse: “Pena como Doutor? Eu vou pra cadeia? Eu sou um pai de família!”. O juiz, incomodado com a atitude do *réu*, de “*não colaboração com a justiça*” disse:

Hoje é o dia do seu depoimento, o senhor não é obrigado a responder as perguntas, mas é importante que o senhor fale a verdade. Se quiser mentir, minta, mas o senhor vai arcar com as consequências.

Durante toda a *audiência* há sinais que marcam as relações entre as pessoas. Ao entrar

na sala, o *réu* foi aconselhado pela defensora pública a fechar mais alguns botões da camisa que vestia, por exemplo. A cadeira do juiz ocupa o lugar mais elevado da tribuna. E todos os outros participantes da *audiência* tratam-no por “Vossa Excelência”. Ao acabar a *audiência*, no entanto, a promotora olhou para o juiz e disse, chamando-o então somente pelo nome: “*esse é claramente mais uma caso de adoção à brasileira*”. Vê-se aqui, novamente, uma distinção clara entre a “fala institucional” que segue as normas de códigos e regimentos e a “fala dos bastidores” (ABREU, 2005). Segundo Abreu, “são duas maneiras completamente diferentes de expressão, quanto ao vocabulário, à postura e à ‘intimidade’” (*Ibid.*, p. 332). Mas seria errado tratá-las separadamente, mesmo porque a decisão do juiz e as atitudes da promotora levam em consideração esses dois momentos de fala. Juiz e promotora quase sempre comentam a *audiência* logo que esta acaba e com frequência seguem para uma conversa em particular na sala do juiz. O juiz afirmou que a decisão é pautada pelo andamento formal do processo, pelos documentos que lhe são anexados e que comprovam materialmente o crime, ou seja, há uma preocupação evidente e a necessidade de que a decisão que será anunciada na *sentença* esteja comprovada materialmente. Mas, ainda segundo o juiz, as solicitações que são feitas e o “*trabalho mais reflexivo*” dependem também das conversas que ele tem com a promotora. A promotora, por sua vez, afirmou que sempre tenta “*conversar, mais informalmente, com as vítimas e mães de vítimas depois das audiências, para que elas sintam que não estão sozinhas, que elas estão amparadas*”. Há portanto uma visível valorização da “fala dos bastidores”, que influencia também a “fala institucional” que encontra expressão máxima em documentos, tais como a *sentença*. Para compreender a *audiência*, algumas proposições de Bourdieu sobre a noção de *campo jurídico* de Bourdieu podem ser interessantes:

O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpelar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social (BOURDIEU, 1989, p. 212).

De fato, a *audiência* é um momento no qual possíveis disputas são publicizadas. Não há somente disputa em torno das diversas versões do *fato*, mas disputam-se também a “forma de

interpelar um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa do mundo social” e a forma de interrogar os mais variados depoentes. É assim que, em quase todas as audiências, pode-se ouvir juiz e promotora falando à defensora ou ao advogado de defesa, frases como: “o interrogado já respondeu essa pergunta”, “isso já foi exaustivamente perguntando”, etc.

É verdade também que a *audiência* é o único momento no qual grande parte das pessoas envolvidas no *processo* se encontra. E mais, ela é um momento sobre o qual há bastante expectativa, sobretudo por parte de *noticiantes*. A *audiência* é vivida como um momento no qual, depois de longo período de “nada acontecendo” há um encontro efetivo com o que todas as pessoas envolvidas no *processo* identificam, cada um a seu modo, como *direito*. Conversando com uma mãe que foi à 12ª Vara depor contra seu ex-marido que estava sendo acusado de molestar sexualmente a filha que havia sido fruto daquele relacionamento, ela disse:

*É difícil. Estou nervosa com o que o juiz vai me perguntar. Não sei se vou saber responder tudo certinho, porque faz tanto tempo. Olha só. Isso tudo aconteceu quando minha filha tinha seis anos, agora ela tem dez. Tá, a gente demorou um pouquinho pra ir na polícia, mas é que eu ainda tava casada com ele e tinha medo que ele poderia fazer com a gente. Depois que eu me separei dele, eu resolvi contar tudo pra polícia. Mas isso já faz três anos. E só agora me chamaram pra audiência. Sei que o direito é um negócio sério, que **a gente não pode mentir** e tal, mas se tiver coisa que eu não lembro mais. O que eu faço?*

A ideia de que a *audiência* é momento de encontro com o *direito* é partilhada não somente por *noticiantes*, vítimas e *réus*, mas também pelos especialistas do *direito* que dela participam, mas ela é pensada diferentemente por cada um desses dois grupos. Para o primeiro grupo há a questão presente na fala daquela mãe, “direito é um negócio sério, que a gente não pode mentir”, expressa em termos de uma relação hierárquica evidente entre aqueles que *são e fazem o direito* – juiz, promotora e defensores – e aqueles que dele *participam*. No entanto, se durante todo o *processo* *noticiantes*, vítimas e *réus* se pensam quase como coadjuvantes, na *audiência* eles se aproximam um pouco mais à de protagonista, ao assumir a importância de “não mentir” e de “responder tudo certinho”. Para os especialistas do *direito*, a *audiência* é mais uma etapa do *processo* de construção do *direito*, tão importante quanto todas as outras. Segundo o juiz:

*A coisa mais importante do trabalho é conseguir **ouvir** as pessoas que participaram de alguma maneira nos acontecimentos, sem que elas estejam intimidadas, sem que elas estejam de alguma forma sofrendo influência externa por parte do agressor ou da vítima do agressor. É muito difícil você conseguir levantar a verdade quanto as vítimas estão sendo pressionadas a contar outra história. Além disso, se você pegar um caso de abuso e for olhar de forma pontual, a chance de você errar vai ser enorme, você tem que pegar e entender que é um delito muito especial, que ele não acontece ali, no dia 15 de março de 2008, às 14 horas. Não. Tem história pra frente e tem história pra trás. Se você não conseguir levantar todo esse conjunto, você corre um risco muito grande de fazer uma apreciação incorreta do que está acontecendo.*

Como no Nucria o que se anuncia é a importância de considerar o que é falado por aqueles que vêm participar do *direito*, que são vistos pelos especialistas do *direito* como protagonistas daquela história que está sendo contada e que será decidida a partir de um conjunto de *documentos* que comprovem *substancialmente* a *materialidade* de um crime. Decisão que é anunciada num outro momento específico: a *sentença*.

3.3.2 O Encontro com a *Justiça*: a *Sentença*

Mesmo com todas as evidências, a família espera uma decisão judicial. Eles querem que o Estado diga: ele fez ou ele não fez, para tomar as providências. São poucos os casos em que se toma alguma providência antes de qualquer outra coisa. A tendência é, no máximo, afastar o agressor e aguardar. Daí tem aquele compasso de espera, que quanto menor, melhor.
(Juiz da 12ª Vara)

Ainda durante a *audiência*, juiz, promotora e defesa indicam outras possíveis diligências e peças faltantes do *processo criminal* que lhe deverão ser anexadas – *documentos*, exames, avaliações, ofícios de outras instituições, etc. Após terem sido realizadas todas essas diligências e o *caderno processual* estar completo, a promotora redige o *documento* intitulado

alegações finais que é endereçado ao juiz, no qual relata brevemente o *processo* e *manifesta* sobre um possível caminho da *sentença*, conforme exemplo a seguir:

Meritíssimo juiz,

P. P. fora denunciado pela prática dos crimes previstos nos artigos 213 e 214, combinados com o artigo 224, alínea “a”, artigos 226, inciso II e 71, todos do Código Penal, conforme peça acusatória de fls. 03/05, porque:

1º fato: [trecho de descrição do fato extraído do depoimento da vítima colhido em oitiva policial]

A denúncia foi recebida em 10 de outubro de 2002 na 1ª Vara Criminal, desta Comarca. O denunciado fora interrogado em juízo e a defensora pública apresentou defesa prévia à fl. 54, não arrolando testemunhas.

Foi ouvida a testemunha de acusação F. G. e o Ministério Público desistiu das demais testemunhas arroladas.

Na fase do artigo 499, do CPP, o Ministério Público requereu atualização dos antecedentes criminais do réu e a defesa nomeada, nada requereu.

Após, aquele Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal remeteu o presente processo para esta Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, eis que o competente para processar e julgar o delito em questão, tendo este juízo recebido os autos, ratificando os atos processuais já praticados.

A seguir, vieram os autos para apresentação das alegações finais.

É o breve relatório. Passa-se à manifestação.

Inexistem preliminares ou nulidades a serem dirimidas, o que possibilita o ingresso e a apreciação do mérito, avizinando-se como solução mais consentânea e coerente com o conjunto probatório carreado a procedência da peça inaugural. Vejamos:

A imputação criminal formalizada contra o denunciado advém do cometimento das infrações contidas nos artigos 213 e 214, c/c o artigo 224, ‘a’, artigo 226, II e artigo 71, todos do Código Penal, pelos motivos já mencionados.

A materialidade delitiva e autoria encontram-se demonstradas na certidão de nascimento da vítima, no laudo de conjunção carnal, declaração da vítima e confissão parcial do réu.

O réu, P. P. em seu interrogatório judicial confessou que manteve conjunção carnal com a sua filha, por três ou quatro vezes, a partir do ano de 2000:

[trecho do depoimento do réu]

A versão do réu não encontra suporte nos elementos carreados aos autos, restando demonstrado de forma inequívoca que ele praticou os fatos descritos na denúncia, conforme se infere das declarações prestadas pela vítima na fase judicial e das demais declarações colhidas.

A vítima P. P. declarou em juízo que quando contava com sete anos de idade, seu pai, o réu, passou a mexer em seu corpo, passando a mão pelo seu corpo, inclusive no seu órgão genital. Após, quando a informante contava com doze anos, ele passou a ter relação sexual com ela. Afirmou a declarante que o réu chegou a lhe bater e ameaçava-lhe de morte:

[trecho do depoimento da vítima]

Ressalte-se, que oportuno, que a vítima foi ouvida perante o Ministério Público com atribuições para investigação de paternidade, quando confirmou os abusos sexuais praticados pelo seu genitor.

A informante I. L., mãe da vítima prestou declarações somente na fase inquisitorial, eis que em juízo houve a sua desistência, declarou que durante uma discussão com a vítima, esta lhe relatou que desde os 07 anos de idade é abusada sexualmente pelo pai -:

[trecho do depoimento da informante]

Não foram ouvidas testemunhas, posto que houve a desistência delas e a defesa não arrolou testemunhas.

Assim, não obstante o réu alegar ter mantido relação sexual com a vítima somente no ano de 2000 e que teriam sido somente 04 vezes, resta comprovado através da declaração da vítima que o réu praticou o delito de atentado violento ao pudor, por diversas vezes, a partir dos sete anos de idade da vítima, e passou a praticar a conjunção carnal, também, por reiteradas vezes, a partir dos 12 anos de idade da vítima.

De igual forma, tem-se que houve a consumação delitiva do delito de estupro, conforme se infere no laudo pericial de fls. 31/32.

*Diante dos elementos carreados aos autos, **notadamente a palavra da vítima em juízo**, aliado ao laudo de conjunção carnal, tem-se que o réu, em várias oportunidades, dolosamente, objetivando satisfazer a sua lascívia, mediante grave ameaça e violência presumida praticou conjunção carnal com a vítima, além de, também por diversas vezes, praticar atos libidinosos diversas vezes de conjunção carnal.*

Curitiba, 20 de agosto de 2008.

Promotora de Justiça

As alegações finais feitas pela representante do Ministério Público começam a esboçar aquela que é a parte do trabalho do *direito* na qual se faz a *justiça*: o trabalho de *enunciação* do *direito*, que consiste primeiramente em relacionar *atos* (pessoas, coisas e palavras) e textos jurídicos. A promotora de justiça ocupa o mesmo papel que no contexto de pesquisa de Latour, o Conselho de Estado francês, é ocupado pela figura do *rapporteur*. Segundo o autor:

O relator não faz nada além (mas é um exercício perigoso) de extrair da pilha embaralhada do processo os meios para o religar a outros textos. Do ponto de vista do método de seguir os atos gráficos ele estabelece a conexão, ele faz o vai-e-vem, entre dois tipos de escritos: de um lado os documentos *ad hoc* contraditórios, produzidos para a ocasião e pela ocasião, *mémoires* e produções diversas e, de outro lado, textos impressos, autorizados, votados, conectados, cuidadosamente dispostos nas prateleiras da biblioteca (LATOUR, 2004, p. 99, tradução nossa).⁵⁶

Esse trabalho consiste também em dar às palavras a força suplementar do direito, ou, segundo Latour, “a articulação progressiva do negócio, desde o escritório do advogado até a publicação do julgamento, consiste em fazer falar o caso como um texto, não tendo mais do que meios, cada vez melhor reagrupados, cada vez mais jurídicos” (*Ibid.*, p. 101, tradução nossa).⁵⁷ No entanto, uma particularidade que já vinha se anunciando encontra sua máxima expressão neste *documento* produzido pela promotora: a importância dada à “*notadamente a palavra da vítima em juízo*”. Confirma-se novamente a preeminência do “ouvir” em relação aos outros sentidos. Neste contexto de julgamento de casos de violência contra crianças e adolescentes a escuta atenta e sensibilizada parece mais importante que o ver, por exemplo, já que é a que produz a prova material mais relevante. Assim, os termos de Latour (*Ibid.*) são insuficientes para dar conta das especificidades do universo pesquisado, embora eles sejam parte importante deste contexto. A força suplementar dada às palavras pelas mais diversas

⁵⁶ *Le rapporteur ne fait rien d'autre (mais c'est un exercice périlleux) qu'extraire de la pile embrouillée du dossier les moyens pour le relier à d'autres textes. Du point de vue de la méthode de suivi des actes graphiques (...) il établit la connexion, il fait le va-et-vient, entre deux types d'écrits : d'une part les documents ad hoc contradictoires, produits pour l'occasion et par l'occasion, mémoires et productions diverses et, d'autre part, des textes imprimés, autorisés, votés, reliés, soigneusement rangés dans les rayonnages de la bibliothèque*

⁵⁷ *L'articulation progressive de l'affaire, depuis le bureau de l'avocat jusqu'à l'affichage du jugement, consiste à faire parler le cas comme un texte, en n'ayant plus que des moyens, de mieux en mieux regroupés, de plus en plus juridiques.*

atividades do *direito* encontra continuidade e termina na *sentença* do juiz. A sentença é, geralmente, um longo *documento*, composto de um *relatório* com a história do caso que está sendo julgado e *fundamentação*, onde restam expressas as decisões tomadas pelo juiz, sendo a primeira parte, o *relatório*:

RELATÓRIO

Os réus P. P. e D. N., já qualificados às fls. 02, foram denunciados pela representante do Ministério Público como incurso nos tipos penais descritos nos artigos:

214 e 213, ambos c/c 224, alínea “a”, e artigo 226, inciso II, observadas as regras dos artigos 69, 71 e 29, todos do Código Penal (P. E. P.);

213, c/c o artigo 29, ambos do Código Penal (D. C. N.);

pela prática dos seguintes fatos delituosos:

“Consta nos autos de inquérito policial que a partir do mês de dezembro do ano de 1987, em Pousadas do litoral paranaense e também na residência do denunciado P. P., então localizada no Bairro Bigorrilho, proximidades do Shopping Champagnat, nesta capital, este aproveitando-se do temor reverencial que detinha sobre sua filha P. R. P., à época com sete anos de idade (certidão de nascimento à fl. 21), portanto mediante violência presumida face a idade da vítima, e objetivando satisfazer sua concupiscência, constrangeu-a reiteradas vezes à prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal, consistentes em deixá-la nua e assim passar as mãos sobre sua vagina e seios. Dando continuidade a sua desenfreada lascívia, em meados do ano de 1992, em Pousadas do litoral paranaense e também na residência localizada na Avenida Silva Jardim, 3333, AP. 33, Bairro Bigorrilho, nesta capital, o denunciado P. P., sempre se aproveitando do temor reverencial que detinha sobre sua filha, a vítima P. P., então com doze anos de idade, portanto, mediante violência presumida face a idade da vítima, constrangeu-a à prática de conjunção carnal, consistente na introdução de seu órgão sexual na vagina da vítima, consumando a cópula vagínica. Consta que este mesmo fato criminoso foi repetido várias vezes pelo denunciado em relação à vítima até o final do ano de 1995, quando esta implorou-lhe para parar com essa situação.

Por fim, consta nos autos de inquérito policial que ainda no ano de 1995, em dia e hora não precisados, porém, sendo certo que na residência localizada na Avenida Silva Jardim, 3333, ap. 33, Bairro Batel, nesta

capital, local onde residia a denunciada D. N., com seu amásio P. P., genitor da vítima P. P., que à época tinha quinze anos de idade, aquele dando continuidade a sua ação delituosa que perdurava desde os idos de 1987, aproveitando-se, pois, do seu pátrio poder e de suas artimanhas de intimidação e ameaças contra a vítima, desta feita contando com a efetiva e consciente colaboração da denunciada, veio a constranger a vítima a praticar consigo a conjunção carnal, enquanto a referida denunciada, com clara intenção de induzir a vítima a satisfazer a lascívia do denunciado, bem como de aderir àquela ação reprovável, apalpava as partes íntimas da vítima enquanto o denunciado consumava a cópula vagínica”.

A denúncia foi recebida em 09.11.99 (fls. 44).

Foi determinada a suspensão do processo e do prazo prescricional, bem como decretada a prisão preventiva dos acusados (fls. 70), tendo em vista que, muito embora citados por edital, deixaram de comparecer à audiência de interrogatório.

O feito foi recebido por esta especializada em 20.04.07 (fls. 82).

Efetivada a prisão do acusado P. E. em 20.08.08 (fls. 123), apresentou resposta por escrito às fls. 129/132, sendo concedido o benefício da liberdade provisória em 15.09.08 (fls. 146/148).

A ré D. N. apresentou resposta por escrito às fls. 164/167, sendo que às fls. 190 foi revogada a prisão preventiva decretada anteriormente.

Durante a instrução foram ouvidas 04 (quatro) testemunhas de acusação (J., V., E. e P.) e, ao final, procederam-se os interrogatórios dos réus.

*Vencida a fase do artigo 402 do CPP, em alegações finais o Ministério Público postulou a procedência parcial do pedido, entendendo que o **conjunto probatório conduz à condenação do acusado P. P.**, devendo a ré D. N. ser absolvida das sanções que lhe foram imputadas, ante a atipicidade do fato.*

A defesa dos acusados, no mérito, foi pela absolvição alegando existir fundada dúvida sobre a existência dos delitos.

É o relatório, passo a decidir.

O relatório é breve mas evidencia um caráter fundamental de quase todos os *documentos* produzidos neste longo percurso do julgamento de casos de crimes contra crianças e adolescentes. Mais do que mediação entre coisas e pessoas os próprios *documentos* articulam de uma forma única coisas (ou *fatos*), pessoas e palavras (das mais diversas partes). Note-se

que obrigatoriamente segue-se pelo menos três passos: qualifica-se segundo o conteúdo das legislações e adotando-se uma linguagem oficial o crime que está sendo sentenciado, ou seja, já se chegou à etapa em que o *fato* pode falar por si mesmo neste universo jurídico, ele já tem um “duplo jurídico”, nos termos de Hermitte (1999); em seguida, qualifica-se as pessoas das quais se fala; volta-se ao *fato*, expande-se a sua demonstração, sem relacioná-lo diretamente aos artigos penais nos quais ele se enquadra, mas o objetivo é explicitar que os *atos* demonstram *materialmente* a ocorrência daquele delito. Um quarto passo, a decisão do juiz, deve ser então *fundamentada* na segunda parte da *sentença*:

FUNDAMENTAÇÃO

A materialidade está demonstrada pela informação de fls. 11, pelo laudo de conjunção carnal de fls 25/26, bem como por todas as declarações colhidas no decorrer do feito.

Sobre a autoria, têm-se os depoimentos prestados pela vítima P., em que narra ter sido abusada sexualmente pelo pai desde tenra idade.

Perante a Promotoria de Investigação Criminal, a vítima, com 18 anos de idade relatou (fls. 06/07):

“(...) que a partir do mês de dezembro de 1987, o pai da declarante começou a passar as mãos em várias partes do corpo da declarante, inclusive nos seios e vagina, deixando-a nua, masturbando-se na frente da declarante; que esses fatos aconteciam nas Pousadas, quando viajavam para a praia e no quarto da casa de seu pai, situada no Bairro Bigorrião, proximidades do Shopping Champagnat, perdurando tais atos até a metade do ano de 1992, ocasião em que o pai da declarante passou a manter relação sexual completa com a mesma, tirando a sua virgindade (...) perdurando até o ano de 1995, quando a declarante pediu para o mesmo parar com isso (...)”.

Entretanto, em juízo, já contando com 28 (vinte e oito) anos de idade, talvez na tentativa de proteger o acusado ou por qualquer outro motivo pessoal, a vítima, de forma confusa, relatou que se equivocou quanto aos carinhos praticados pelo pai. Disse ter interpretado mal os acontecimentos ante a inexperiência que tinha. Afirmou ter perdido a virgindade com relações sexuais praticadas com o primeiro namorado, relações que ocorreram após a realização do exame de conjunção carnal positivo no Instituto Médico Legal. Ao final da audiência, ao lhe ser perguntado se os fatos efetivamente não ocorreram ou se queria deixá-los para trás, demonstrou grande constrangimento e respondeu querer deixar para trás e viver sua vida (fls.

203 – audiência digitalizada).

A mãe da vítima foi ouvida em juízo às fls. 201 (audiência digitalizada) e disse ter tomado conhecimento dos fatos quando a filha já contava com 18 anos de idade. Esclareceu que a vítima verbalizou ter sido abusada sexualmente pelo pai desde os oito anos de idade, sendo que aos doze os abusos se intensificaram. Por fim, afirmou que o ocorrido foi muito traumatizante para a vítima, que necessitou de acompanhamento psicológico.

V., melhor amiga da vítima (fls 201 – audiência digitalizada) esclareceu que soube do ocorrido através da vítima, que dizia ter mantido relações sexuais com o pai entre os doze e os quatorze anos de idade. Afirmou que a vítima era inexperiente. Sabe que a acusada D. mantinha relações sexuais com o enteado E., porém, não tem conhecimento se a ré participou dos abusos sexuais perpetrados pelo acusado. Atualmente, a vítima diz ter interpretado mal os carinhos do pai.

E., irmão da vítima (fls. 201 – audiência digitalizada) esclareceu em juízo que tomou conhecimento dos fatos através da genitora. Alega não lembrar direito dos acontecimentos em razão do longo tempo decorrido. Afirmou que a vítima sempre era firme em suas narrativas. Relatou que na adolescência manteve relações espontâneas com a companheira do pai, a ré D. N.

Pelo exposto, denota-se que o conjunto probatório formado pela palavra da vítima, e de sua mãe, do irmão E. e da amiga V., bem como pelo laudo do exame de conjunção carnal é robusto, convergente e concatenado, autorizando a condenação do réu.

Neste sentido:

APELAÇÃO CRIMINAL. ATENTANDO VIOLENTO AO PUDOR. CRIME HEDIONDO. VIOLÊNCIA PRESUMIDA. AUTORIDADE SOBRE A VÍTIMA. AUTORIA E MATERIALIDADE CONFIRMADA PELA PROVA TESTEMUNHAL COERENTE E FIRME. CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Nos crimes contra os costumes, via de regra, praticado às ocultas, **a palavra da vítima, se firme e coerente, reveste-se de especial valor probatório**, mormente quando corroborada por outros elementos de convicção, gerados na prova dos autos. (TJPR – 5ª C. Criminal – AC 0479812-5 – Chopinzinho – Rel.: Desª Maria José de Toledo Marcondes Teixeira – Unânime – J. 17.07.1998).

ACÇÃO DE REVISÃO CRIMINAL – CRIME DE ESTUPRO EM CONCURSO COM ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR – OFENSA AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO – DECISÃO CONTRÁRIA À EVIDÊNCIA DOS AUTOS – NÃO OCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE – PEDIDO IMPROCEDENTE. Não há que se falar em ofensa ao contraditório no processo que desconsidera determinada circunstância, mas se vale de todo um conjunto de provas harmônicas para efeito de delinear a responsabilidade penal do agente. A sentença que conclui pela autoria e materialidade dos delitos de estupro e atentado violento ao pudor – embasada, para tanto, no teor da palavra da vítima, segura e coerente com os demais elementos de prova – desautoriza a taxação de decisão contrária à evidência dos autos. Pedido improcedente. (TJPR – 5ª C. Criminal em Com. Int. – RCACI 0491409-2 – Foro Regional de Almirante Tamandaré da Região Metropolitana de Curitiba – Rel.: Dês. Jorge Wagih Massad – Unânime – J. 03.07.2008).

Clara está a ocorrência do delito e sua autoria, visto que, além dos depoimentos prestados pela vítima na fase investigatória (fls. 06/07), na fase judicial, a mesmo com recalcitrância e constrangimento, não negou a ocorrência dos fatos, muito embora tenha se mostrado confusa.

Também verbalizou os abusos sexuais sofridos perante a 1ª Vara da Família, conforme consta na informação de fls. 11/12.

Frise-se que em juízo, quando questionada se queria deixar os fatos para trás ou se eles não ocorreram, afirmou a vítima que queria deixar eles para trás e viver a sua vida, demonstrando que, de fato, os abusos sexuais ocorreram.

A narrativa da vítima na fase policial sobre os abusos merece crédito, sobretudo porque já contava com 18 anos de idade, e não teria qualquer motivo aparente para criar uma versão fantasiosa. Além disso, jamais se constatou que teria alguma razão para gratuitamente acusar o réu.

Frise-se que as demais testemunhas arroladas pelo Ministério Público disseram que a vítima narrou o ocorrido, sendo que apenas agora, já contando com 28 (vinte e oito) anos de idade, é que diz ter interpretado errado os “carinhos praticados”.

Observe-se que a vítima narrou na fase policial os abusos ocorridos com riqueza de detalhes, sendo incabível que os inventaria, já que, como já mencionado, não teria qualquer motivo plausível para prejudicar o genitor. Portanto, o receio da vítima em relatar em juízo o ocorrido é perfeitamente

compreensível, mas não causa qualquer dúvida sobre a ocorrência dos crimes, ao contrário, são elementos indicadores que confirmam sua autoria, pois a vítima narrou os abusos com tantos detalhes, ao mesmo tempo em que revelou ter sempre tido afeto pelo pai, não possuindo nenhuma desavença que ensejasse uma denúncia falsa.

Ademais, vinque-se que, em juízo, a vítima, em mais uma tentativa de eximir a culpabilidade do acusado, afirmou ter perdido a virgindade com seu primeiro namorado, relação sexual ocorrida após a realização do laudo de exame de conjunção carnal. Nada obstante, consta às 25/36, que, ao realizar o exame no Instituto Medido Legal, a vítima apresentava uma rotura completa e cicatrizada no quadrante posterior direito.

Assim, as provas são suficientes a alicerçar o decreto condenatório, não havendo possibilidade de se acolher o pedido de absolvição formulado pela defesa do acusado.

Teses da Defesa

Interrogados em juízo (fls. 204/207 – interrogatório digitalizado), os réus negaram os fatos:

P. P. afirmou que a filha sempre teve problemas mentais, em razão de ter tido complicações no nascimento. Relatou que até os quinze anos de idade a vítima tinha muita dificuldade no aprendizado. Acredita que a filha fantasiou os fatos, bem como, nada sabe do envolvimento de E. com sua ex-companheira D.

D. N. disse nunca ter presenciado nenhum abuso sexual. Esclareceu ter conhecido a vítima quando a mesma já contava com 15 (quinze) anos de idade, ocasião em que apresentava dificuldade no aprendizado e baixa auto-estima. Com relação ao seu envolvimento sexual com E., negou que tivesse ocorrido, alegando fantasia do mesmo.

Foram juntadas aos autos declarações abonatórias em favos dos acusados (fls. 212/215).

Observe-se que os próprios réus afirmam que a vítima sempre apresentou dificuldades no aprendizado, problemas que cessaram por volta dos quinze anos de idade. Analisando o contexto, ainda que o réu impute essas dificuldades ao problema advindo do nascimento da vítima, tudo indica que decorreram dos longos anos de abuso sexual a que foi submetida. Note-se que os problemas escolares cessaram justamente no ano em que se interromperam os abusos sexuais.

Sobre as conseqüências psicológicas da vítima abusada sexualmente,

Geraldo José Ballone assegura que:

A criança que é vítima de abuso sexual prolongado usualmente desenvolve uma perda violenta de auto-estima, tem a sensação de que não vale nada e adquire uma representação anormal da sexualidade (...). Com frequência elas permanecem silenciosas por não desejarem prejudicar o abusador ou provocar uma desagregação familiar ou por receio de serem consideradas culpadas ou castigadas. Crianças maiores podem sentir-se envergonhadas com o incidente, principalmente se o abusador é alguém da família (...).

Note-se que a ré D. N. afirmou em juízo que, quando conheceu a vítima, a mesma tinha a auto-estima muito baixa, mais um indicativo dos abusos sexuais perpetrados pelo acusado.

A versão apresentada pela vítima em juízo, de que havia se equivocado quanto aos “carinhos” perpetrados pelo pai, não guardam suporte aos demais elementos carreados aos autos. Registre-se que, após esses longos anos decorridos, a vítima reorganizou sua vida, e talvez, a fim de se auto-proteger, tenta esquecer-se dos constantes abusos sexuais a que fora submetida.

A argüição da defesa de fragilidade probatória, com vistas a escusar-se da responsabilidade do réu pelo ilícito perpetrado, não logra o mínimo êxito. No caso, as provas são suficientes a alicerçar o decreto condenatório, não havendo possibilidade de se acolher o pedido de absolvição formulado.

DA ABSOLVIÇÃO QUANTO AOS FATOS PRATICADOS PELA RÉ D. N.:

*Nada obstante os relatos prestados pela vítima na fase investigatória, bem como pelos depoimentos prestados pelo irmão E., dizendo que na adolescência mantinha relações sexuais com a acusada, têm-se que **não ficou efetivamente demonstrada a participação da ré nas relações sexuais entre o acusado e a vítima.***

Dessa forma, muito embora tudo indique terem ocorrido, o que se percebe com a descrição minuciosa dos fatos na fase policial, a situação que se impõe é a absolvição da ré com relação aos fatos praticados contra a vítima P., uma vez que faltam elementos complementares para o conjunto probatório.

Nada obstante, ainda que fossem comprovados os fatos praticados pela acusada, tem-se que à época a vítima já contava com 15 (quinze) anos de idade, o que afastaria a presunção de violência, uma vez que a vítima sempre foi categórica em dizer que nunca houve violência ou grave

ameaça.

DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 71, DO CÓDIGO PENAL:

Com relação aos delitos de atentado violento ao pudor e estupro, considerando que a vítima afirmou que ocorreram por muitos anos, por inúmeras vezes, deve ser aplicada a regra da continuidade delitiva prevista no artigo 71 do Código Penal.

DO CONCURSO MATERIAL ENTRE OS CRIMES DE ESTUPRO E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR:

Prescreve o art. 69 do Código Penal Brasileiro:

Art. 69. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção executa-se primeiro aquela.

A jurisprudência, a respeito do concurso de crimes entre os delitos de estupro e de atentado violento ao pudor, recentemente pacificou o entendimento de que reclamam a aplicação do concurso material.

A esse respeito oportuno a transcrição dos seguintes julgados:

116024462 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL – OMISSÃO CARACTERIZADA – EFEITOS INFRINGENTES – ESTUPRO E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR – CONCURSO MATERIAL DE CRIMES – CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL – 1. Os embargos declaratórios são cabíveis quando “(...) o acórdão é ambíguo, obscuro, contraditório ou omissor” (artigo 620 do Código de Processo Penal). 2. **Afora as hipóteses de praeludia coiti, os crimes de estupro e de atentado violento ao pudor, enquanto de espécies diversas, consubstanciam concurso material, ainda que praticados nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução.** 3. Embargos de declaração acolhidos para, conferindo-lhes excepcionais efeitos infringentes, atestar o juízo positivo de admissibilidade do Recurso Especial e lhe dar provimento para condenar o réu, como incurso nas penas dos artigos 157, caput, 213 e 214, todos do Código Penal, reconhecido o concurso material, a 21 anos e 4 meses de reclusão e 13 dias-multa, preservado o regime de cumprimento de pena tal qual fixado pela Corte Estadual (STJ – EDRESP 300137 – SP – 6ª T. – Rel. Min. Hamilton Carvalhido – DJU 17.03.2003) JCPP.620 JCP.157 JCP.213 JCP.214. (grifos nosso).

STJ: Estupro e atentado violento ao pudor contra a mesma vítima. Se, além

da conjunção carnal, é praticado outro ato de libidinagem que não se ajusta ao classificados da “praeludia coiti, é de se reconhecer o concurso material (RSTJ 93/384).

Celso Delmanto, com toda primazia assevera que, “ainda que praticados contra a mesma vítima, o estupro pode concorrer com o atentado violento ao pudor, quando este for bem destacado daquele e não se constituir em precedente normal dele”.

DO VALOR MÍNIMO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS:

Nos termos do inciso IV do novo artigo 387 do CPP, passo a apreciar o valor mínimo da indenização:

O mencionado inciso exige que o julgador, valendo-se de seu bom senso prático e adstrito ao caso concreto, arbitre pautado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor mínimo ao ressarcimento dos danos provocados pelo agente.

Nesse mister, impõe-se que o magistrado atente às condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado, assim como à intensidade e duração do sofrimento, e à reprovação da conduta do agressor, não se olvidando, contudo, que o ressarcimento não pode importar em enriquecimento sem causa da vítima.

No caso em estudo, o réu em seu interrogatório afirmou ser proprietário de um SPA e perceber salário mensal de cerca de R\$6.000,00 (seis mil reais). Frise-se que os fatos foram gravíssimos, pois atentaram contra a liberdade sexual da própria filha. Ademais, os fatos ocorreram por muitos anos.

Diante dessa situação, sempre tendo em vista o caráter coercitivo e pedagógica da indenização e dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, fixo o valor mínimo da indenização em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a vítima.

No mais, inexistindo in casu causas excludentes de antijuridicidade e de culpabilidade, impõe-se a condenação do réu P. P., eis que a conduta por ele perpetrada se subsume nos preceitos primários das normas penais mencionadas.

Vê-se aqui o que está presente no Código de Processo Penal e que constitui o direito propriamente dito: proceder passo a passo. Como afirma Latour, “o poder do direito, como aquele de uma corrente, é exatamente tão forte quanto seu menor elo e não saberíamos detectar este se não percorrêssemos elo após elo sem omitir um sequer” (*Ibid.*, p. 103,

tradução nossa).⁵⁸ E como *elos* desta *corrente* têm-se os mais diversos *documentos* produzidos durante todo o *processo*, desde o *boletim de ocorrência* até a *sentença*, bem como as *pessoas* e as *instituições* que participaram de todo o percurso. Mas, o mais importante é o que permite manter juntos esses *elos*, usando a já citada imagem fornecida por Latour (2001), qual seria o fio do colar que mantém as pérolas juntas. Neste contexto de violência contra crianças e adolescentes esse fio não está somente nas *instituições* ou nas *enunciações* do *direito*, está sim, na *materialidade* particular que é construída com base principalmente em atividades que giram em torno da noção de *sensibilidade*. É a *materialidade* portanto que permite unir de uma forma específica, visando também fins particulares, pessoas, fatos e palavras. A *sentença*, longe de ser um *documento* anômalo em relação a todos os outros já apresentados reforça e explicita a lógica destes. Na *sentença* pode-se ver todos os *elos* e as *conexões* entre eles. A diferença fundamental da *sentença* em relação aos outros *documentos* é que este é, sem dúvida, aquele que tem maior poder performativo, o que terá maiores repercussões na vida das pessoas envolvidas no *processo criminal*. Repercussões que são matematicamente calculadas e apresentadas na terceira parte da *sentença*:

DISPOSITIVO

Ex positis, julgo parcialmente procedente a denúncia, para:

**absolver a ré D. N. das sanções dos artigos 213, c/ o artigo 29, ambos do Código Penal, nos termos do artigo 386, III e VII, do Código de Processo Penal.*

**condenar o réu P. P. nas sanções dos artigos 213 e 214, ambos c/c os artigos 224, “a” e artigo 226, II, observadas as regras dos artigos 69 (concurso material) e 71 (continuidade delitiva), todos do Código Penal.*

****FIXAÇÃO DA PENA**** (a dosimetria se refere ao último fato, vez que idênticos, com o aumento da continuidade).

Crime: Atentado Violento ao Pudor

A) CÁLCULO DA PENA BASE – ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS (ART. 59, CPB)

CULPABILIDADE: A culpa do réu é acentuada e merece censura. Aliciou

⁵⁸ *Le pouvoir du droit, comme celui d'une chaîne, est exactement aussi fort que son plus petit maillon et l'on ne saurait détecter celui-ci qu'en le parcourant maillon après maillon sans en omettre un seul.*

a vítima por muitos anos, fazendo verdadeiro jogo psicológico com a filha.

ANTECEDENTES: O réu não ostenta condenações.

CONDUTA SOCIAL e PERSONALIDADE: Não há dados nos autos de que a personalidade e a conduta do réu fossem negativas. Nada obstante, registra passagem pela polícia, conforme se denota às fls. 36, bem como afirmou que em determinada época da sua vida tinha o hábito de constantemente ingerir bebidas alcoólicas.

MOTIVOS DO CRIME: Normais ao tipo penal.

CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME: As circunstâncias foram graves, já que praticou os atos no ambiente familiar, onde deveria cuidar dos membros da família.

CONSEQUÊNCIA DO CRIME: As conseqüências para a vítima são de extrema gravidade. Verifica-se que a mãe afirmou que a vítima necessitou de acompanhamento psicológico, apresentava dificuldades no aprendizado, baixa auto-estima, sensibilidade, falta de concentração, etc.

COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: O comportamento da vítima em nada contribuiu para a prática criminosa perpetrada pelo réu.

PENA BASE: Reclusão de 07 (sete) anos.

B) ATENUANTES E AGRAVANTES:

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES: Não há.

CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES: Não há.

INCIDÊNCIA SOBRE A PENA: Reclusão de 07 (sete) anos.

C) CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO:

CAUSAS DE DIMINUIÇÃO: Não há.

CAUSAS DE AUMENTO: Considerando que o réu é pai da vítima, nos termos do artigo 226, II, do CPB, aumento a pena de quarta parte (o último delito foi cometido antes do advento da Lei n. 11.106 de 20 de março de 2005). Reclusão de 8 (oito) anos e 09 (nove) meses.

CRIME CONTINUADO: Ante a continuidade delitiva (artigo 71 do CPB), levando em conta que o réu praticou a ação por muitos anos e por inúmeras vezes, aumento a pena em dois terços. Reclusão de 14 (quatorze) anos e 07 (sete) meses.

PENA DEFINITIVA PARA O DELITO: Reclusão de 14 (quatorze) anos e 07 (sete) meses.

Crime: Estupro

A) CÁLCULO DA PENA BASE – ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS

JUDICIAIS (ART. 59, CPB)

CULPABILIDADE: *A culpa do réu é acentuada e merece censura. Aliciou a vítima por muitos anos, fazendo verdadeiro jogo psicológico com a filha, e dizendo que “era melhor praticar atos sexuais com ele do que com outros, porque podia pegar alguma doença com qualquer cara” (sic), fls. 07.*

ANTECEDENTES: *O réu não ostenta condenações.*

CONDUTA SOCIAL e PERSONALIDADE: *Não há dados nos autos de que a personalidade e a conduta do réu fossem negativas. Nada obstante, registra passagem pela polícia, conforme se denota às fls. 36, bem como afirmou que em determinada época da sua vida tinha o hábito de constantemente ingerir bebidas alcoólicas.*

MOTIVOS DO CRIME: *Normais ao tipo penal.*

CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME: *As circunstâncias foram graves, já que praticou os atos no ambiente familiar, onde deveria cuidar dos membros da família.*

CONSEQUÊNCIA DO CRIME: *As conseqüências para a vítima são de extrema gravidade. Verifica-se que a mãe afirmou que a vítima necessitou de acompanhamento psicológico, apresentava dificuldades no aprendizado, baixa auto-estima, sensibilidade, falta de concentração, etc. Ademais, a vítima perdeu a virgindade com o próprio pai.*

COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: *O comportamento da vítima em nada contribuiu para a prática criminosa perpetrada pelo réu.*

PENA BASE: *Reclusão de 07 (sete) anos.*

B) ATENUANTES E AGRAVANTES:

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES: *Não há.*

CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES: *Não há.*

INCIDÊNCIA SOBRE A PENA: *Reclusão de 07 (sete) anos.*

C) CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO:

CAUSAS DE DIMINUIÇÃO: *Não há.*

CAUSAS DE AUMENTO: *Considerando que o réu é pai da vítima, nos termos do artigo 226, II, do CPB, aumento a pena de quarta parte (o último delito foi cometido antes do advento da Lei n. 11.106 de 20 de março de 2005). Reclusão de 8 (oito) anos e 09 (nove) meses.*

CRIME CONTINUADO: *Ante a continuidade delitiva (artigo 71 do CPB), levando em conta que o réu praticou a ação por muitos anos e por inúmeras vezes, aumento a pena em dois terços. Reclusão de 14 (quatorze) anos e 07 (sete) meses.*

PENA DEFINITVA PARA O DELITO: Reclusão de 14 (quatorze) anos e 07 (sete) meses.

DA APLICAÇÃO DO CONCURSO MATERIAL

Consoante exposto na fundamentação desta sentença, deverá incidir o concurso material de crimes, sendo que as penas finais aplicadas para cada delito deveram ser somadas, conforme reza o dispositivo do art. 69 do CPB.

PENA DEFINITIVA: Reclusão de 29 (vinte e nove) anos e 02 (dois) meses.

REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA: Nos termos do parágrafo 1º do artigo 2º da Lei nº 8.072/90, deverá o réu cumprir a pena acima imposta, inicialmente no regime fechado, na Penitenciária Central do Estado, ou em outro local a ser definido pela Vara de Execuções Penais da Capital do Estado, ante a competência que lhe é afeta.

Considerando que após a soltura do réu, não sobrevieram elementos que indicassem a necessidade de sua segregação, concedo-lhe o direito de apelar em liberdade.

Nos termos do art. 804 do CPP, condeno o réu no pagamento das custas processuais.

Por fim, condeno o réu P. P. a pagar a indenização mínima de R\$15.000,00 (quinze mil reais) para a vítima, nos termos da fundamentação.

Transitado em julgado:

a) seja lançado o nome do réu no rol dos culpados (art. 393, II, do CPC e CN, 6.13.4);

b) expeça-se a competente guia de recolhimento para execução da pena (art. 674 do CPP e art. 105 da LEP), com observância do dispositivo nos artigos 106 e 107 da LEP, art. 676/681 do CPP e no Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça;

c) oficie-se à Justiça Eleitoral para os fins do art. 15, III da CF/88;

P.R. e Intimem-se, inclusive a ofendida.

Curitiba, 20 de março de 2009.

Juiz de Direito

É, portanto, na sentença, após períodos de hesitação e de manipulação coletiva do processo, que pedaços de fatos que pareciam esquecidos ou dispersos, os quais foram colados, grampeados, “ajuntados” durante o percurso, são então justapostos em um só texto, no qual o

que está dito é *justo* e é *verdadeiro*. As diversas frases grifadas na *sentença* evidenciam que neste *documento* não há mais dúvidas quanto à autoria e à materialidade do crime. Este é o final, esperado por todas as partes, de todo aquele procedimento que tem início no Nucria (às vezes em alguma outra instituição) e que segue um longo e específico percurso hesitante. Segundo Latour:

Para ir assim, da direita à esquerda, à cegueira, a justiça utiliza somente raciocínios ordinários, silogismos interrompidos como nós os empregamos todos para desenvolver nosso negócios cotidianos, dos quais o conjunto heterogêneo se assemelha mais a um gosto, a um olfato, a um nariz, negócio de hábito, de cultura, de experiência e de senso comum. Mas o que ela sente, o que ela inspira, ousa-se dizer, se marca na natureza mesma dos negócios pela presença de incômodos, de tristezas, de problemas, de “reflexos” aos quais ela deve colocar um fim através de soluções cujos objetivos parecem justamente apaziguar, fechar, acabar, terminar esta errância. A justiça escreve direito por linhas tortas. Dito de outro modo, se ela recusasse errar, se ela aplicasse uma regra, não saberíamos a qualificar nem de justa nem mesmo de jurídica. *Para que ela fale justo, é necessário que ela tenha hesitado* (2004, p. 162, grifos do autor e tradução nossa).⁵⁹

Durante o percurso do *caso* em instâncias policiais e jurídicas, a dinâmica foi de hesitação, intercalada com momentos de certeza e afirmação, nos quais se retém os elementos que permitem o *caso* avançar segundo um caminhar particular determinado pelo ritmo jurídico. São esses elementos a conclusão do *inquérito policial* e o *relatório* da delegada, no qual deve estar demonstrada substancialmente a *materialidade* do crime; a *denúncia* da promotora, baseada naquela noção de *materialidade* e na certeza da ocorrência do crime; no ato de o juiz acatar a *denúncia*; nas *alegações finais* da promotora; e finalmente, na *sentença*. Em todos estes momentos, com exceção deste último, o movimento é de distanciar os *fatos* da realidade e dos textos jurídicos, através da criação de um universo particular e de um “duplo

⁵⁹ *Pour aller ainsi, de droite et de gauche, à l’aveuglette, la justice n’utilise que des raisonnements ordinaires, syllogismes interrompus comme nous en employons tous pour mener nos affaires quotidiennes, dont l’ensemble hétérogène ressemble plutôt à un goût, à un flair, à un nez, affaire d’habitude, de culture, d’expérience et de sens commun. Mais ce qu’elle sent, ce qu’elle renifle, si l’on ose dire, se marque dans la nature même des affaires par la présence de gênes, de ennuis, de troubles, de « miroitements » auxquels elle doit mettre fin par des solutions dont le but semble justement d’apaiser, de clore, de finir, de terminer cette errance. La justice n’écrit droit que par des voies courbes. Autrement dit, si elle refusait d’errer, si elle appliquait un règle, on ne saurait la qualifier ni de juste ni même de juridique. Pour qu’elle parle juste, il faut qu’elle ait hésité.*

jurídico”. A conexão entre este “duplo jurídico” e a realidade é, em certa medida e apenas em certa medida, refeita na *sentença*.

O “duplo jurídico” reconecta os *atos* à realidade na medida em que a *sentença* tem consequências reais na vidas dos envolvidos, sobretudo dos *réus* e das *vítimas*. Mas a intertextualidade da *sentença*, entre os *atos* particulares daquele julgamento e a *doutrina* e a *jurisprudência*, indica que, além de a decisão ser tomada em decorrência dos próprios *atos*, ela diz respeito, antes, a um certo olhar, a uma forma de relacionar estes *atos* àqueles já existentes no universo jurídico. O modo de *enunciação* do direito é de expressar valores que são externos ao universo propriamente jurídico em formas que não são a sua, revestindo-os de uma tecnicidade e até mesmo de um cálculo matemático.

Assim como o *direito* pode ser visto, de um ponto de vista latouriano, como uma *corrente* formada por *elos* que se mantêm unidos circunstancialmente por um *fio* particular, e no caso do *direito* aqui acompanhado e descrito este *fio* é a *materialidade* e a *sensibilidade*, é necessário esclarecer qual o *fio* que mantém unidas as contas do colar que é esta dissertação. Para isso, as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou os procedimentos de construção de um *direito* específico, aquele produzido em três instituições estatais voltadas à proteção e ao julgamento de crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Partiu-se do Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação de 1990 que em consonância com diversas normativas internacionais traz novas propostas para a infância e a juventude. Tomou-se o ECA enquanto dado etnográfico tanto quanto aqueles obtidos com a pesquisa de campo realizada nas instituições, visto que a *lei* é uma das múltiplas faces do *direito*. Além de perceber como o ECA expressa uma mudança de paradigma, um desejo de reconstrução do próprio *direito* e de constituição de novos sentidos e valores, como afirmam alguns doutrinadores, foi possível também problematizar a forma como as *leis* são construídas, com base em valores supostamente *universais* em um mundo repleto de diversidades. Neste sentido, ao entrar nos meandros de um *direito* particular a pesquisa de campo permitiu ultrapassar uma visão que associa automática e exclusivamente *direito* e *lei*, passando-se a ver como aqueles “novos princípios e valores” propostos pelo ECA estão sendo traduzidos na prática.

Seguindo as pistas fornecidas pelo campo de pesquisa começou-se perseguindo os mais diversos *papéis* produzidos no âmbito do Nucria. Foi inclusive a trajetória destes *papéis*, que pela autoridade e “fé” dos carimbos e assinaturas ganham status de *documentos*, passando a “fazer” coisas, que aumentou os limites da pesquisa, que passou a incluir a 12ª Vara e a Promotoria Pública que atua junto a esta Vara. Partiu-se também das contribuições de Latour (2004 e 2004b) para pensar a matéria do *direito* – principalmente os *papéis*, visto que estamos falando de *direitos* escritos – e a distinção entre *direito* como *enunciação* e como *instituição*. A etnografia aqui realizada abre vias possíveis de diálogo com a teoria latouriana, inclusive no sentido de apontar algumas limitações.

O momento de reforma vivido pelo Nucria durante boa parte da pesquisa de campo foi propício para ver alguns valores e significados que se associa e que se pretende dar à polícia, na visão dos próprios policiais. São valores que giram em torno de uma “nova concepção de polícia” e da ideia de “proteção”. Nesta “nova concepção de polícia” a ideia de “proteção” tende a superar a de repressão. Pensa-se e deseja-se uma polícia que privilegie o “bom atendimento”, o “fino trato”, que “trate as pessoas com educação e carinho” e que não seja uma “segunda violência” – “aquela do Estado” – na vida das pessoas que a procuram como órgão para resolução de conflitos. É possível pensar que essa noção de “proteção” como uma

das funções da polícia seja de mais fácil associação à imagem de crianças e adolescentes vítimas de crimes, mas que em outras áreas a polícia continue sendo vista como órgão fundamentalmente repressor, sobretudo a Polícia Civil. É neste sentido que um dos investigadores de polícia do Nucria fala que a Polícia Militar atua antes do crime acontecer, preventivamente e a Polícia Civil depois que o crime ocorreu, repressivamente. Mas, é justamente o tipo de violência (e de público) particular com o qual lida o Nucria que lhe confere algumas singularidades que diferenciam o trabalho da polícia nesta instituição do trabalho realizado em outras unidades policiais.

Dentre os crimes *notificados* ao Nucria grande parte é cometida dentro de quatro paredes, sem a presença de testemunhas, freqüentemente não deixam marcas corporais, contra seres em uma fase especial de desenvolvimento – crianças e adolescentes –, os quais, em outras situações diante do Estado têm suas falas de antemão desqualificadas. No entanto, no universo desta pesquisa muito se ouviu dizer: “acreditem no que seus filhos dizem”, ou, “a palavra das crianças é a nossa maior prova”. Diante dessa muitas vezes reiterada importância da fala e da palavra, principais *substâncias* da *materialidade* dos crimes investigados, impõe-se a necessidade de desenvolver uma *sensibilidade* jurídica especial: o “ouvir”. Assim, diz um dos investigadores do Nucria: “é preciso ter bastante sensibilidade para escrever brevemente aquela longa história que a pessoa está te contando; em outras delegacias, nem tanto, mas aqui no Nucria, sim”. A *sensibilidade* está, portanto, presente desde o primeiro contato de *noticiantes* e vítimas com o Nucria, o momento do registro da ocorrência no qual é produzido o primeiro *documento*, o *boletim de ocorrência*.

A *sensibilidade* continua elemento central da rotina de investigadores e escrivães na segunda fase documental, a confecção do *inquérito policial*. Aqui novamente reafirma-se a centralidade da fala, visto que grande parte da rotina das escrivães é voltada aos interrogatórios, segundo momento de contato da polícia com *noticiantes* e, eventualmente, vítimas, e do primeiro contato daquela com *noticiados*. A descrição das atitudes das escrivães permitiu ver novamente uma certa re-hierarquização dos sentidos, na qual o “ouvir” engloba o “olhar”, ao menos na desejada constituição dessa “nova polícia”. No Nucria, *noticiantes* e vítimas recebem atendimento diferenciado em relação à outras delegacias, são “ouvidos” e “vistos” carinhosamente, ainda que sempre mais “ouvidos” do que “vistos”. Com eles, deseja-se uma certa proximidade. Porém, aos *noticiados* a atitude é a mesma que em outras delegacias, a eles são direcionados olhares de desconfiança e superioridade, marcadores de uma distância fundamental entre polícia e aqueles que “transgridem a lei”.

A pesquisa realizada junto à Promotoria Pública e à 12ª Vara permitiu continuar a

observação da construção da *materialidade* dos crimes. Explicou-se que *materialidade* é um termo nativo, que encontra também expressão na lei, usado para designar o conjunto probatório de determinado crime. A especificidade dos casos no campo pesquisado está no fato de que este conjunto probatório, a *materialidade*, constrói-se em grande medida com base nas falas e nas palavras, às quais só podem ser acessadas com técnicas específicas, permeadas pela ideia de uma *sensibilidade* especial. Ou, como disse a promotora de justiça: “eu me coloco no lugar de todo mundo (...) é uma técnica que não me afasta da realidade (...) e a gente fica mais justo, porque a gente fica mais perto da situação”.

Ou seja, do mesmo modo que há a ideia de uma “nova polícia” há a ideia de um “novo direito”, que envolvem “novos perfis” de promotores e juízes. Foi neste sentido que a desembargadora responsável pelo projeto de criação da 12ª Vara disse que “hoje o juiz não pode ser um juiz de gabinete, que fique só olhando os processos, tem que ser um juiz atento à sociedade, atento às coisas que estão ocorrendo”. Aqui reside uma importante característica do contexto pesquisado que permite ver algumas limitações de algumas definições de *direito*: a noção de “proximidade”. Segundo Latour (2004b) tanto o *direito* como *enunciação* quanto o *direito* como *instituição* têm como característica o distanciamento. A *enunciação* promovida pelo *direito* tende a distanciar cada vez mais o acontecimento da própria realidade, criando um universo jurídico particular, desfazendo os laços entre aquele que fala e o que é dito, através de uma linguagem e de uma forma específicas que possibilitam uma das diversas formas sociais de construção de verdades. A *instituição* do *direito* também busca uma autonomia em relação à sociedade, através de mecanismos que envolvem a busca do distanciamento e da diferenciação. Segundo Latour (*Ibid.*), a *instituição* do *direito* é menos uma mediação entre diferentes esferas do mundo social e mais uma rede que, para manter-se solidamente, depende tanto da moral, da política, da economia, da técnica, etc., quanto dos veículos próprios ao *direito* – as legislações, os documentos, a jurisprudência, a doutrina, os tribunais, as audiências de instrução, etc. Nesses dois modos, segundo Latour, há construção de uma distância entre *direito* e *sociedade*. Contudo, no universo pesquisado, há um desejo e uma busca pela “aproximação”, uma aproximação que possibilite a fala “sincera” e “não comprometida”.

Observar a produção dos *documentos* e sua circulação possibilitou ver também o *direito* além de atividade meramente burocrática ou mero encadeamento de *documentos*. Já que tanto na produção quanto na circulação destes mais uma vez a *sensibilidade* ocupa um papel central. Até mesmo no conteúdo de alguns *documentos* vê-se a indignação da promotora, por exemplo, diante da “falta de sensibilidade do Estado” diante de um caso em

que um menino de seis anos veio a óbito mesmo quando vinha sendo acompanhado de perto pelo Conselho Tutelar, que “deveria ter informado à autoridade judicial competente em tempo”. Assim, por mais que a circulação dos *documentos* obedeça a um circuito obrigatório e regimental, cada agente institucional que produz um *documento* sabe por quem ele será lido, é nos *documentos*, portanto, que eles podem expressar valores e princípios que serão lidos por outros agentes. É com alguns “desabafos” em *pedidos de regularização de prazo* que as escrivãs do Nucria escrevem ao Ministério Público que este pode ficar sabendo, desde que tenha *sensibilidade*, do acúmulo de trabalho na polícia, por exemplo. Os *documentos*, neste sentido não falam apenas do caso que está sendo julgado, mas também das próprias instituições e de suas relações.

Se os *documentos* constituem a matéria (em termos substantivos) e a *materialidade* do *direito* aqui pesquisado, sua circulação coloca em movimento e em relação fatos, pessoas e palavras que anteriormente não tinham. Novamente, mais do que mediação entre esses três “elementos de troca”, os *documentos* promovem misturas originais entre eles. Assim, em quase todo *documento* produzido no universo pesquisado encontramos: a qualificação da pessoa que fala (o agente institucional) e das pessoas das quais se falam (*noticiantes*, vítimas, *noticiados* e testemunhas); a qualificação do fato do qual se fala (através de narrativas e falas que vão adquirindo ao decorrer do *processo* cada vez mais uma materialidade própria, jurídica); e “palavras performativas”, palavras que “fazem” além de “falarem”, no sentido em que todo *documento* requer algo de alguém ou de outra instituição (eles podem requerer outros documentos, avaliações, investigações, e até mesmo, a prisão de alguém).

Se no Nucria, na 12ª Vara e na Promotoria Pública são os *documentos* e, principalmente, as *falas* de vítimas, *noticiantes* e *noticiados* que permitem construir a *materialidade* de um crime, no sentido em que são eles – documentos e falas – que permitem manter o conjunto probatório unido como algo que seja mais do que a simples soma das partes, como pode se ver na *sentença*. Para usar a imagem de Latour (2001), neste trabalho, o fio que mantém as pérolas do colar unidas, que permitem ver uma linha de continuidade entre os capítulos e que permite ver o trabalho como algo mais do que a simples soma das partes, é a noção “nativa” de *sensibilidade*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luiz E. A troca das palavras e a troca das coisas. Política e linguagem no Congresso Nacional. **Mana**, vol. 11, nº 2, Rio de Janeiro, pp. 329-356, 2005.
- _____. Tradição, direito e política. 2008 (Apresentação de trabalho).
- ADORNO, Sérgio. Criança: a Lei e a Cidadania. In: **A Criança no Brasil Hoje: desafio para o 3º milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.
- ALVIM, Rosilene e VALLADARES, Licia do Prado. Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Nº 26, 2º semestre de 1988.
- AMARAL E SILVA, Antônio Fernando do. A 'proteção' como pretexto para o controle social arbitrário de adolescentes e a sobrevivência da doutrina da situação irregular. In: **ILANUD. Revista do ILANUD: o papel da universidade**. São Paulo: ILANUD, nº 20, 2002, pp. 07-15.
- ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a Defesa dos Direitos Coletivos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 14, nº 39, pp. 83-102, fev. 1999.
- AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Caminho percorrido pela criança vítima. In: **Igualdade**. Curitiba, v. 7, n. 25, pp. 3-7.
- BEVILAQUA, Ciméa. Etnografia do Estado: Algumas Questões Metodológicas e Éticas. In: **Campos**. Nº 3, Curitiba, 2003.
- BEVILAQUA, Ciméa & LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. In: **Revista de Antropologia** 43(2), pp. 105-140, 2000.
- BITTNER, Egon. As funções da polícia na sociedade moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da polícia. In: _____. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: EdUSP, 2003. (Polícia e Sociedade, 8).

- BOHANNAN, Paul. **Justice and judgement among the Tiv**. London: Oxford University Press, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- _____. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BRASIL. **Código de Menores de 1927**.
- BRASIL. **Código de Menores de 1979**.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990.
- BRASIL. **Código Penal**.
- BRASIL. **Código de Processo Penal**.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. O Novo Direito da Criança e do Adolescente no Brasil: o Conteúdo e o Processo das Mudanças no Panorama Legal. In: **Cadernos CBIA**. Rio de Janeiro, nº 2, 1992.
- CUNEO, Mônica Rodrigues. Novos olhares, Novos Rumos: A Proteção Integral e a Prioridade Absoluta no Estatuto da Criança e do Adolescente e o Papel do Ministério Público diante dos Novos Paradigmas. In: **Juizado da Infância e Juventude / Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Corregedoria Geral da Justiça**. Porto Alegre, nº 01, Departamento de Artes Gráficas do TJRS, novembro de 2003.
- DINIZ, Débora. Valores Universais e Direitos Culturais. In: NOVAES, Regina (org.). **Direitos Humanos: Temas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____ & MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: DURKHEIM, É. **Sociologia**. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1984.

FAJARDO, Sinara. **Retórica e Realidade dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil: Uma Análise Sociojurídica da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais da Universidade de Zaragoza. Zaragoza: Universidade de Zaragoza, 2003.

FALK-MOORE, Sally. Certainties undone: fifty turbulent years of legal anthropology, 1949-1999. **The Journal of The Royal Anthropological Institute**. 7, pp. 95-116, 2001.

FIRMO, Maria de Fátima Carrado. 1999.

FONSECA, Cláudia e CARDARELLO, Andreea. Direitos dos Mais e Menos Humanos. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 5, nº 10, pp. 61-82, maio de 1999.

FRANÇA, Limongi (coord.). **Enciclopédia Saraiva de Direito**. São Paulo: Saraiva, 1977.

FORTES, M. & EVANS-PRITCHARD, E. E. (eds.). **African Political Systems**. London, New York: Oxford University Press, 1970.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GLUCKMAN, Max. **Política, Derecho y Ritual en la sociedad tribal**. Madri: Akal, 1978.

_____. **Order and Rebellion in Tribal Africa**. London, New York: Routledge, 2004.

GUY, Donna. The Pan american Child Congresses, 1916-1942. Pan Americanism, Child Reform, and the Welfare State in The Latin America. In: **Journal of Family History**. 23, 3, pp. 272-91, 1998.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **O trabalho policial: estudo da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2005. Tese de doutorado em sociologia.

HERMITTE, Marie-Angèle. Le droit est um autre monde. In: **Enquête**, les objets du droit,

1999. Disponível em: <http://enquetes.revues.org/document1553.html>. Consultado em 07 de agosto de 2009.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KONZEN, Afonso Armando. Aspectos teóricos e implicações jurídico-administrativas da implementação dos fundos dos direitos da criança e do adolescente. In: **Igualdade**. Ano II, n. 5, out/dez 1994.

KROTZ, Esteban. 2002. KROTZ, Esteban. **Antropología jurídica: perspectivas socioculturales en el estudio del derecho**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2002.

KUKINA, Sérgio Luiz. Efetividade dos direitos da criança e do adolescente no Brasil à luz dos direitos humanos. In: **Igualdade**. Curitiba, v. 10, n. 36, p. 44-69, jul/set 2002.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **A esperança de Pandora**. Bauru : EDUSC, 2001.

_____. **La fabrique du droit: une ethnographie du Conseil d'État**. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

_____. Note brève sur l'écologie du droit saisie comme énonciation. In: AUDREN, Frédéric e SUTTER, Laurent de (coords.). **Cosmopolitique**. N° 8, pp. 34-40, 2004b. Disponível em <http://www.bruno-latour.fr/poparticles/poparticle/P-111-DROIT-COSMOPOL.pdf>. Consultado em 11 de agosto de 2009.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. **Hierarquia e Individualismo em Louis Dumont**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares. In: **Mana**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, pp. 59-89, 2009.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Violência contra crianças e adolescentes. In: **Igualdade**. Curitiba, v. 8, n. 26, pp. 47-54, 2000.

MAINE, Henry Summer. **Ancient Law**. 1861.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e Costume na Sociedade Selvagem**. Brasília: Editora da UnB, 2008.

MAZILLI, Hugo Nigro. **Regime Jurídico do Ministério Público**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996.

MENDEZ, Emilio Garcia. **Liberdade, Respeito, Dignidade**. Brasília : FCBIA, 1991.

MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, Dulce (et. al) (orgs.), **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 130-148.

MEYER, Phillippe. **L'enfant et la raison d'état**. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

NADER, Laura. Num Espelho de Mulher: Cegueira Normativa e Questões de Direitos Humanos Não Resolvidas. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 5, nº 10, maio de 1999, pp. 61-82.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Implicações da doutrina da proteção integral na consideração das crianças e dos adolescentes como pessoas em desenvolvimento. Trabalho publicado nos anais do XVII Congresso Nacional do CONPENDI, realizado em Brasília-DF nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos da Criança**. 1959.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça e da Juventude (Regras de Beijing)**. 1985.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1989.

- PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Interamericano Del Nino: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo social** 9(1): 43-52, 1996.
- PINTO, Danilo César Souza. “Quanta burocracia!”: um estudo etnográfico dos desentendimentos burocráticos. Trabalho publicado nos anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiás, 2006.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred. **Structure et fonction dans les sociétés primitives**. Paris : Les Éditions de Minuit, 1968.
- REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: EdUSP, 2004.
- RIZZINI, Irene. Crianças e Menores – Do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um Histórico da legislação para a Infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Americano Del Nino: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.
- RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **Institucionalização de Crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.
- ROULAND, N. **Anthropologie juridique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- SARAIVA, João Batista Costa. O perfil do juiz e o novo direito da infância e da juventude. In: **Revista da AJURIS**. Ano XXVII – nº 85 – Tomo I, 2002.
- SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça: Uma Etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SHOLNICK, Jerome. **Above the law: police and the excessive use of force**. New York: The Free Press, 1993.

_____. **Justice without trial: Law enforcement in democratic society**. New York: Macmillan, 1994.

SILVA, Cátia Aida. Promotores de Justiça e Novas Formas de Atuação em Defesa de Interesses Sociais e Coletivos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.16, nº 45, São Paulo, fev. 2001.

SOARES, Luis Eduardo. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Convenção de Genebra Sobre os Direitos da Criança**. 1924.

SOTTO MAIOR NETO, Olympio Sá. O sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente. In: **Igualdade**. Curitiba, v. 10, n. 37, p. 27-41, out/dez 2002.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento**. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. 12ª ed. São Paulo: Cultrix, 2004.